



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA

ERICA LIMA GONÇALVES

**“A POLÍCIA DAS MULHERES”: PERCEPÇÕES DOS(AS)
POLICIAIS MILITARES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA
RONDA MARIA DA PENHA EM FEIRA DE SANTANA-BA**

Salvador

2023

ERICA LIMA GONÇALVES

**“A POLÍCIA DAS MULHERES”: PERCEPÇÕES DOS(AS)
POLICIAIS MILITARES SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DA
RONDA MARIA DA PENHA EM FEIRA DE SANTANA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Faculdade de Direitos/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo

Salvador
2023

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635 Gonçalves, Erica Lima
“A polícia das mulheres”: percepções dos policiais militares
implementação da Ronda Maria da Penha em Feira de Santana-BA / Erica
Lima Gonçalves. – 2023.
134 f. : il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Tavares de Araújo.
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Direito; Universidade Federal da Bahia – Escola de
Administração, Salvador, 2023.

1. Violência contra as mulheres. 2. Policiais militares - Feira de Santana
(BA). 3. Políticas públicas. 4. Brasil - Lei Maria da Penha (2006). I. Araújo,
Edilson Tavares de. II. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de
Direito. III. Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração. IV.
Título.

CDD – 345.0254

Biblioteca Teixeira de Freitas, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia

ERICA LIMA GONÇALVES

**“A POLÍCIA DAS MULHERES”: PERCEPÇÕES DOS POLICIAIS MILITARES
IMPLEMENTAÇÃO DA RONDA MARIA DA PENHA EM FEIRA DE SANTANA-BA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Escola de Administração/Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 03 de março de 2023

Banca Examinadora

Edgilson Tavares de Araújo – Orientador

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil
Universidade Federal da Bahia

Ana Luiza Pinheiro Flauzina _____

Doutora em Direito pela American University

Universidade Federal da Bahia

Rosana de Freitas Boullosa _____

Doutora em *Pianif e Politiche Pubbliche del Territor pela Università IUAV di Venezia*

Universidade de Brasília

Karine Freitas Souza _____

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Construir esta dissertação significou, para mim, percorrer por uma estrada fascinante repleta de surpresas e obstáculos, que só foi possível com a contribuição de pessoas mais que especiais. Por isso, proclamo aqui minha gratidão.

Primeiramente, a Deus pelo dom da vida, da salvação e por me conceder diariamente muitas bênçãos. Só cheguei até aqui porque Ele permitiu.

Ao meu companheiro de vida, Jair, pela cumplicidade, por me impulsionar e ajudar na materialização dos meus objetivos, tornando-os uma conquista sua também.

Aos meus familiares, pelas contribuições, orações, torcida e palavras de incentivo.

Ao meu orientador, professor Edgilson Tavares de Araújo, que admiro muito, por sua inteligência, ética e comprometimento, pela condução desse processo com competência, firmeza, paciência e empatia.

Ao Coronel PM Adalberto Oliveira Piton da Silva, comandante do CPRL, ao Tenente Coronel PM Marco Aurélio Correa Santana e ao meu chefe imediato, Tenente Coronel PM Gilson Paixão Silva Santos, que muito se empenharam para que eu pudesse realizar a pesquisa.

À Tenente PM Renata Martins, comandante da ORMP de Feira de Santana, às(aos) policiais militares que prontamente se dispuseram a participar, possibilitando a realização das entrevistas, os meus sinceros agradecimentos.

Às examinadoras da banca, por aceitarem o convite de avaliar e trazer valiosas contribuições para esta dissertação.

Enfim, a todos(as) aqueles(as) que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, muito obrigada!

RESUMO

Este estudo se propôs a analisar o processo de implementação de um instrumento de política pública de enfrentamento da violência contra mulher, a Operação Ronda Maria da Penha (ORMP), na cidade de Feira de Santana - BA, com o foco nas percepções dos(as) policiais que fiscalizam as Medidas Protetivas de Urgência (MPU). O aporte teórico-metodológico da pesquisa foi desenvolvido a partir das teorias de gênero, violência de gênero, ação pública e instrumentos de políticas públicas. A investigação teve abordagem qualitativa com análise de dados quantitativos secundários, tendo como ponto de partida a revisão de literatura, análise de documentos e análise de estatísticas oficiais. Foi feita pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com 12 (doze) policiais atuantes na ORMP. Os dados coletados foram categorizados a partir da análise de conteúdo das narrativas dos(as) entrevistados(as), buscando verificar os discursos acerca da violência de gênero, da implementação da ORMP e da atuação dos(as) policiais militares. A partir dessas dimensões de análise, foram encontradas 6 (seis) categorias empíricas: a) patriarcado e machismo como causas da violência de gênero; b) cultura masculinizada da polícia e seus reflexos na Ronda Maria da Penha; c) realização da Ronda por meio de policiamento ostensivo e seus efeitos; d) práticas de atendimento dos(as) policiais e interação com as assistidas; e) importância da formação profissional para atuação na ORMP; f) desafios e avanços na execução da Ronda. Os resultados demonstraram que a Ronda representa para os(as) policiais implementadores um instrumento de grande importância no enfrentamento da violência contra mulher. Entre as principais conclusões, destaca-se a importância da formação com perspectiva de gênero para atuação na Ronda, sobretudo no âmbito da Polícia Militar, por ser uma instituição com cultura masculinizada. O modelo da Ronda mediante policiamento ostensivo pode gerar constrangimento em algumas mulheres, constituindo motivo de recusa ao acompanhamento. Por fim, a pesquisa revelou a necessidade de integração e comunicação dos órgãos da Rede de Proteção à Mulher, com o propósito de garantir-lhe assistência psicossocial e evitar práticas de revitimização.

Palavras-chave: violência de gênero; Ronda Maria da Penha; instrumento de políticas públicas; policiais militares

ABSTRACT

This study aimed to analyze the implementation process of a public policy instrument to combat violence against women, the Operation Maria da Penha Patrol (OMPP), in the city of Feira de Santana - BA, focusing on the perceptions of police officers who supervise the Urgent Protective Measures (UPM). The theoretical-methodological basis of the research was developed from the theories of gender, gender violence, public action and public policy instruments. The investigation had a qualitative approach with analysis of secondary quantitative data, having as a starting point the literature review, analysis of documents and analysis of official statistics. Field research was carried out, with semi-structured interviews with 12 (twelve) police officers working in the ORMP. The collected data were categorized based on the content analysis of the interviewees' narratives, seeking to verify the discourses about gender violence, the implementation of the OMPP and the performance of the military police. From these dimensions of analysis, 6 (six) empirical categories were found: a) patriarchy and sexism as causes of gender violence; b) masculinized culture of the police and its reflections in Maria da Penha Patrol; c) realization of the Patrol through ostensive policing and its effects; d) police attendance practices and interaction with assisted women; e) importance of professional training to work in OMPP; f) challenges and advances in the execution of the Patrol. The results showed that the Patrol represents a very important instrument for the police officers in the fight against violence against women. Among the main conclusions, we highlight the importance of training with a gender perspective to work in the Patrol, especially in the context of the Military Police, as it is an institution with a masculinized culture. The Patrol model through ostensive policing can cause embarrassment in some women, constituting a reason for refusing follow-up. Finally, the research revealed the need for integration and communication between the organs of the Women's Protection Network, with the purpose of guaranteeing psychosocial assistance and avoiding revictimization practices.

Keywords: gender violence; Maria da Penha Patrol; instrument of public police; military police

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Ocorrências de violência contra mulher registradas pela PMBA por mês nos anos de 2017 a 2020 em Feira de Santana.....	46
Gráfico 02: Ocorrências de violência contra mulher registradas pela PMBA por ano de 2017 a 2020 em Feira de Santana.....	47

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Efetivo da Ronda Maria da Penha/Feira de Santana.....	49
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil sociocultural dos(as) policiais militares entrevistados(as).....	79
Quadro 2 – Categorias analíticas e empíricas sobre a implementação da ORMP em Feira de Santana.....	80
Quadro 3 – Avanços e dificuldades na implementação da ORMP.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CICOM Centro Integrado de Comunicações

CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CPRL Comando de Policiamento da Região Leste

FRIDA Formulário de Avaliação de Risco

IEP Instituto de Ensino e Pesquisa

MPU Medida Protetiva de Urgência

PMBA Polícia Militar da Bahia

OEA Organização dos Estados Americanos

ORMP Operação Ronda Maria da Penha

RMP Ronda Maria da Penha

STF Supremo Tribunal Federal

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUS Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
2 O PROBLEMA PÚBLICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE GÊNERO.....	23
2.2 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO PROBLEMA PÚBLICO AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	30
2.3 OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	35
2.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA.....	42
2.5 O INSTRUMENTO ORMP EM FEIRA DE SANTANA-BA.....	48
3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	53
3.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	53
3.2 AGENTES IMPLEMENTADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	59
3.3 POLICIAIS MILITARES COMO BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA.....	65
4 AS PERCEPÇÕES DOS PMS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ORMP EM FEIRA DE SANTANA.....	73
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	73
4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	79
4.3 PERCEPÇÕES DOS(AS) PMS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	80
4.3.1 Patriarcado e machismo como causas da violência de gênero.....	81
4.3.2 Cultura masculinizada da polícia e seus reflexos na Ronda Maria da Penha.....	85
4.3.3 Realização da Ronda por meio de policiamento ostensivo e seus efeitos.....	89
4.3.4 Práticas de atendimento dos(as) policiais e interação com as assistidas.....	96
4.3.5 Importância da formação profissional para atuação na ORMP.....	101
4.3.6 Desafios e avanços na execução da Ronda.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES.....	122
ANEXOS	125

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordou o processo de implementação de um instrumento de política de segurança pública voltado para o enfrentamento da violência contra a mulher, a Operação Ronda Maria da Penha (ORMP), na cidade de Feira de Santana-Bahia, pela Polícia Militar da Bahia (PMBA). O foco foi a percepção dos(as) policiais sobre sua atuação na ORMP, tendo em vista a influência que esses atores exercem enquanto burocratas de nível de rua, ou seja, aqueles que atuam diretamente na oferta de serviços públicos, no contato entre o Estado e a cidadã. O olhar para esta percepção pode revelar fatores e elementos fundamentais quanto à efetividade dessa política pública.

Os estudos de percepção dos sujeitos vêm alcançando destaque no campo das políticas públicas. Neste sentido, entende-se aqui que percepção “é o conhecimento de um sujeito corporal”, consistindo sempre em “uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências” (CHAUÍ, 2000, p. 154). Desse modo, trata-se da compreensão da relação do sujeito com o mundo exterior, não se resumindo a uma relação físico-fisiológica de um sujeito.

Pertencer ao quadro de Praça da Polícia Militar da Bahia, como soldada, desde 2010, certamente me conduziu ao interesse de investigar o objeto desta pesquisa. A ideia surgiu a partir de questionamentos práticos para compreender o fenômeno da violência contra mulher do ponto de vista científico. Entre 2012 e 2017, trabalhei no Centro Integrado de Comunicação (CICOM), em Feira de Santana-BA, e isso fez com que cada vez mais fosse impossível não ouvir os diversos gritos de socorro e não me sentir incomodada e inconformada com o problema. As violências praticadas no contexto doméstico e familiar são demonstradas por números alarmantes de ocorrências de agressões e ameaças a mulher. Ainda trabalhando no CICOM, fui designada como representante desse setor para participar do curso de aperfeiçoamento de policiais para implementação da ORMP. Assim, o meu interesse em pesquisar sobre violência de contra mulher, políticas públicas com recorte de gênero foi se delineando a partir dessas experiências.

Atualmente, trabalho no Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL), no setor de estatística e análise criminal. Assim, continuo tratando diariamente de ocorrências de violência

contra mulher e auxiliando o Comando na busca de estratégias para solucionar esse problema público.

Em Feira de Santana-BA, a ORMP, também conhecida como Ronda Maria da Penha ou apenas a Ronda, foi implementada no ano de 2016, por meio do trabalho conjunto do CPRL, do Centro de Referência da Mulher Maria Quitéria, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Vara da Justiça pela Paz em Casa. A Ronda foi pensada com o propósito de dar efetividade às Medidas Protetivas de Urgência (MPU), deferidas pelos Poder Judiciário, mediante o acompanhamento das mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. Embora seja uma operação realizada pela PMBA, a Ronda também integra a Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia, como mais um projeto destinado à proteção das mulheres.

Nem todas as mulheres que possuem MPU são atendidas pela ORMP, tendo em vista que a adesão é voluntária, manifestada na entrevista realizada pela equipe da Ronda ou pelo contato telefônico realizado por policiais que trabalham no setor administrativo da Operação. Havendo aquiescência, a equipe, composta por quatro policiais, dois femininos e dois masculinos, passa a realizar visitas periódica à assistida, que podem ocorrer diária, semanal ou mensalmente, a depender do nível de perigo que ela informe estar sujeita, o que é estabelecido, normalmente, com base nas ameaças à vida e à integridade física.

A Ronda Maria da Penha surge em um contexto no qual os números de violência doméstica e familiar praticada contra mulher passaram a ser visibilizados. Em 2015, os indicadores de violência contra a mulher colocavam a Bahia em uma das piores posições no cenário nacional. Conforme os dados apresentados no Mapa da Violência, no referido ano, o Estado da Bahia encontrava-se no segundo lugar no ranking de homicídios de mulheres, e o balanço das ligações do 190 (serviço telefônico de emergência da PMBA) indicava que 32% dos chamados recebidos eram ocorrências de violência contra a mulher (BUENO, BRIGAGÃO, 2017).

Em Feira de Santana, a RMP foi implementada no cenário de crescimento dos casos de violência doméstica e familiar contra mulher, notificados aos órgãos públicos, aliado aos descumprimentos das medidas protetivas de urgência. Diante disso, os órgãos pertencentes à rede de enfrentamento à violência contra mulher no município se depararam com a necessidade de implementar mais um instrumento de política pública de gênero que garantisse a proteção

das mulheres, tendo em vista que, mesmo com a medida protetiva, as vítimas continuavam sofrendo ameaças e violências praticadas na maioria vezes pelo próprio (ex)companheiro.

Em entrevista ao G1 Bahia (2020), o coordenador do CICOM, Capitão Rosuilson Cardoso, afirmou que, em 2017, o setor realizou 3.183 registros de casos dessa violência. Em 2018, o serviço telefônico de emergência da Polícia Militar registrou 4.662 ocorrências de violência doméstica ou familiar. Em 2019, foram registradas 6.581 ocorrências, equivalendo a um aumento de 41% em relação ao ano anterior. Comparando a situação entre 2017 e 2019, é possível verificar um aumento de mais de 100% das denúncias. O coordenador ainda afirmou que os casos de violência doméstica ocupam a segunda posição no número de atendimentos feitos pelo órgão. Atualmente, tais indicadores escancaram a violência contra mulher, evidenciando a necessidade de refletir ainda mais sobre as políticas públicas de gênero.

Um aspecto importante a ser considerado nesses dados é que a Lei nº 13.104/2015 criou o crime de feminicídio, que pune com pena de 12 a 30 anos a conduta de matar mulher em razão do gênero (BRASIL, 2015). Diante da tipificação desta conduta, há poucos levantamentos sobre este crime hediondo. De acordo com Santana *et al.* (2021), há um padrão para os feminicídios na Bahia, cujas mulheres negras de 30 a 49 anos são as principais vítimas, assassinadas pelo companheiro ou ex-companheiro, com emprego de arma branca e com motivação passional.

De acordo com os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), ocorreram 1.350 feminicídios consumados no ano de 2020 no Brasil. Do total de vítimas, 61,8% eram mulheres negras, enquanto as mulheres brancas representaram 36,5%. Nessa estatística, a Bahia destaca-se entre os Estados nos quais mais se matam mulheres em razão do gênero, registrando 113 mortes.

Embora a violência contra mulher seja um fenômeno antigo, as discussões acerca das políticas públicas com a perspectiva de gênero começaram a ganhar espaço no Brasil a partir de movimentos feministas e de gênero da década de 1980. Estudos realizados, sobretudo nos Estados Unidos e em alguns países europeus, em diversas áreas do conhecimento, descreviam as condições das mulheres nos espaços da sociedade, demonstrando as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Louro (1997) sustenta que, embora ações isoladas ou coletivas contra a opressão da mulher tenham acontecido em diversos momentos da História, o feminismo como um movimento social organizado é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX.

À medida que os estudos se desenvolviam, denunciavam-se as opressões contra as mulheres, apoiadas pelo modelo de sociedade patriarcal, baseada na dominação de gênero

masculino sobre o feminino, na qual a mulher figura como ser inferior. Assim, o formato social de dominação de gênero, estimula e legitima a violência contra mulher, tendo em vista que ela perde a condição de sujeita, passando a ser subjugada e a pertencer a outro ser, o homem, que dela pode dispor da forma que lhe interessar. Por isso, encarar a questão da violência de gênero implica refletir sobre as desigualdades de gênero e sobre o patriarcado. Enfrentar tal problema requer romper com o ciclo de dominação e violência, crença da superioridade masculina, ultrapassando os limites do campo da segurança pública.

A questão de gênero foi acrescentada na agenda governamental do Brasil em decorrência da movimentação de feministas, de grupos sociais, das pressões de organismos internacionais, aliados aos altos índices de violência contra mulher, trazidos à tona nas últimas décadas, exigindo do Estado e da sociedade a buscar soluções para o enfrentamento desse problema. Nesse contexto, essas demandas foram incorporadas às agendas governamentais e, conseqüentemente, formuladas e implementadas políticas públicas com enfoque no enfrentamento a violência de gênero.

O reconhecimento da questão como problema público no Brasil destacou-se, sobretudo, com o caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de homicídio, praticadas pelo próprio marido, o que a deixou paraplégica. Apesar da gravidade da violência, o caso só ganhou relevância após o esforço da vítima, que teve que movimentar organizações internacionais de direitos humanos para conseguir a condenação do autor do delito, decorridos 19 anos do crime. O fato chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. Isso rendeu o desfecho do caso e a condenação do autor do delito em 2002, criando uma grande arena política, fazendo com que em 2006 fosse promulgada a lei pioneira (Lei nº. 11.340/2006) para o enfrentamento a violência doméstica e familiar, conhecida como Maria da Penha. Todo o esforço da vítima, aliado aos movimentos feministas que fortaleceram a causa influenciaram a construção e aprovação desse instrumento legal cujo objetivo principal é criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (FLAUZINA, 2015).

Dentre os mecanismos de proteção estabelecidos por esta Lei, destacam-se as medidas protetivas de urgência, que são impostas ao agressor, visando a conferir a proteção da integridade física, patrimonial e psicológica da ofendida. É importante sinalizar que, com o objetivo de conferir maior eficácia a MPU, o legislador inseriu na Lei Maria da Penha o art. 24-

A, que criminaliza o descumprimento da decisão judicial que impôs a medida. Entende-se, assim, que essa Lei passa a vigorar como um dos principais instrumentos de políticas públicas no enfrentamento a violência de gênero no Brasil.

Nessa dissertação, é importante diferenciar políticas públicas de seus instrumentos, apesar do caráter metonímico entre esses. Parte-se aqui para uma visão menos estadocêntrica de políticas públicas, enquanto “o governo em ação” para a lógica multiatorial ação pública voltada para enfrentamento de problemas de pública relevância. Lascoumes e Le Galès (2012b, p. 21) compreendem a ação pública enquanto “um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos, como por finalidades, conteúdos e projetos de ator”. Os instrumentos de ação pública, constituem um “dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador” (*ibid*).

Entendo, assim, que as políticas públicas não estão adstritas ao Estado, porque denotam processos complexos, multiatoriais, que envolvem diversas expressões da questão social e de relações de poder. Sua dinâmica compreende a formação de espaços de articulação entre atores, instituições e representações. No caso das políticas de enfrentamento a violência contra a mulher, como já ressaltado, os seus instrumentos, inclusive a Lei Maria da Penha e a ORMP, foram criados a partir da construção de mobilizações e arenas pelos movimentos feministas. É importante lembrar inclusive que tal marco legal envolveu não apenas feminismos brancos, hegemônicos na seara jurídica, mas as militâncias feministas negras nas discussões sobre a Lei (FLAUZINA, 2015).

A decisão de analisar política de enfrentamento a violência contra a mulher, por meio do instrumento ORMP, com o foco nas percepções dos(as) policiais militares, parte da concepção de que é possível compreender a política pelos seus instrumentos e atores que a implementam. Além disso, há a possibilidade de verificar fatores que influenciam a implementação, sobretudo quando reconhecemos que esse processo não é estático, mas dinâmico, pois se desenvolve com ações e interações de atores.

Requer, pois, uma análise de seus elementos, fatores e de outros aparatos que também são responsáveis pela sua construção e implementação. Isso inclui os profissionais que interagem diretamente com o público beneficiário das políticas públicas, os chamados burocratas de nível de rua (*street level bureaucracy*), categoria amplamente analisada por Lipsky (1980). Em seu estudo minucioso sobre os burocratas de nível de rua, o autor

demonstrou a influência que esses profissionais exercem sobre as políticas e o poder substancial discricionário que eles têm na execução de seu trabalho. Como afirma Lotta (2010), o olhar para a atuação desses burocratas de rua, passa pelo reconhecimento e compreensão de como constroem suas ações, considerando que fazem parte de uma estrutura institucional e programática, e ainda podem implementar as políticas públicas.

Nesses processos de implementação, os instrumentos da ação estatal e a atuação dos burocratas são essenciais para que os planos e projetos formulados se concretizem. Nos estudos sobre implementação, destacam-se duas vertentes com formas diversas de abordar o tema. A primeira vertente, conhecida como *top down*, sustenta que as instituições moldam os comportamentos a partir dos objetivos e metas estabelecidas, propondo observar o processo de implementação de cima para baixo. Por outro lado, a segunda vertente – *bottom up* – está preocupada em compreender a política a partir da prática e da participação dos atores, observando como ela é reconstruída a partir de baixo (LOTTA, 2019).

Nesse sentido, ao abordar os atores envolvidos na implementação, Lipsky ([1980] 2019), observa-se a importância dos burocratas de nível de rua para o processo de construção de políticas públicas, tendo em vista que as decisões tomadas, as rotinas estabelecidas e os mecanismos dos quais esses funcionários se apropriam para enfrentar os problemas do trabalho, constituem efetivamente as políticas públicas. O teórico afirma, a palavra burocracia está relacionada a um conjunto de autoridades e normas a serem respeitadas, enquanto a expressão nível de rua refere-se à ideia de distanciamento dessas autoridades e aproximação a casos individuais. Desse modo, os burocratas de nível de rua vivenciam a controvérsia política, vez que são pressionados pelas chefias superiores em torno das demandas de serviços para cumprirem metas; e pelos cidadãos para aumentarem seu acesso.

Tais burocratas são responsáveis em ofertar serviços, benefícios e garantir direitos aos cidadãos. A distribuição de serviços e políticas públicas ocorre mediante um processo complexo de interação no qual esses funcionários precisam tomar decisões, escolher instrumentos e até mesmo traçar estratégias que julguem adequados à execução do trabalho.

Apesar de, em regra, os burocratas de nível de rua quase sempre não participarem do processo de formulação de políticas públicas e da escolha dos instrumentos, a atuação desses profissionais, durante a execução dos instrumentos, pode interferir inclusive no desenho das políticas. Fatores pessoais, relacionais, institucionais, entre outros, são variáveis presentes e de significativa relevância, principalmente, na etapa da implementação. Os burocratas de nível de

rua executam a ação, imprimindo seus valores pessoais, suas percepções, suas representações, assim podem dar outros rumos à ação pública.

Nesta pesquisa, serão utilizados como sinônimos intercambiáveis os termos burocrata de nível de rua, burocratas de rua, profissional de linha de frente, implementador do nível de rua e implementador de linha de frente, em alusão aos profissionais que trabalham diretamente com o cidadão na entrega de serviços públicos.

No contexto da ORMP, é o(a) policial militar, por meio do atendimento especializado, que estabelece a comunicação direta com as mulheres vítimas de violência amparadas pela MPU, pondo em prática o que se foi idealizado e formatado para atender às demandas destas. Embora as estratégias, objetivos e planos de ações tenham sido traçados, a forma como atua o(a) policial militar envolvido(a) pode dar contornos diferentes à Ronda, influenciando seu funcionamento. Além disso, estes(as) possuem sua própria percepção a respeito do ambiente social em que atuam e das pessoas que atendem, possibilitando analisar como percebem o problema público e como isso influencia nas suas práticas.

A ORMP busca combater os casos de violência contra as mulheres e auxiliar no processo de ressignificação cultural dos indivíduos acerca da concepção de violência gênero. Dessa forma, este trabalho de pesquisa possui relevância para que a Polícia Militar trabalhe no sentido de prevenir e proteger da violência doméstica e familiar. A relevância social e acadêmica do estudo se dá a medida que busca explicar como estes fatores podem ser verificados e consistirem em elemento de modificação dos rumos das políticas públicas e seus instrumentos, por vezes não considerado na fase da formulação.

É importante destacar que o alcance destas políticas públicas e de seus instrumentos está condicionado a fatores como o contexto histórico-social em que a política foi discutida e implantada, e ainda pela presença ou ausência de clareza dos objetivos. Esse cenário da ação pública é delimitado pela participação dos atores que, direta ou indiretamente, contribuem para a sua formulação e implantação.

A Ronda Maria da Penha, embora discutida e formulada em outros escalões do poder público, é executada por policiais militares que acompanham as vítimas com MPU. Esses(as) policiais estabelecem relação direta com as assistidas pela política. Diante dessa perspectiva de análise, essa pesquisa partiu da seguinte questão: **Quais as percepções dos(as) policiais implementadores(as) da Operação Ronda Maria da Penha, em Feira de Santana, sobre a sua atuação nesse instrumento de política pública de combate à violência de gênero?**

Na busca por informações que possam contribuir para possíveis respostas a este problema, a pesquisa teve como objetivo geral **analisar as percepções dos burocratas de nível de rua (policiais militares) sobre o processo de implementação da Ronda Maria da Penha na cidade de Feira de Santana**. Especificamente, o trabalho teve os seguintes objetivos:

a) identificar a estrutura e o perfil das equipes que atuam na Ronda evidenciando questões relacionadas a gênero e raça;

b) examinar a atuação dos (as) policiais militares no atendimento às mulheres vítimas de violência que estão sob medida protetiva;

c) compreender a percepção dos(as) policiais militares acerca da violência de gênero e da ORMP, no que diz respeito à eficácia quanto à redução da reincidência e a imagem que a comunidade e as próprias vítimas têm sobre o instrumento de política pública.

A investigação teve abordagem qualitativa, que também faz uso e análise de dados quantitativos secundários relacionados às estatísticas de violência de gênero e dos profissionais que nela atuam.

Trata-se de um estudo de caso com a finalidade interpretativa da realidade de Feira de Santana, tendo em vista a análise do processo de implementação de instrumento de política pública a partir da percepção dos(as) policiais militares implementadores(as) da ORMP. Busca-se, assim, analisar de forma mais detalhada as instituições, grupos, programas sociais, empregando dados qualitativos. Possibilitando, desse modo, compreender em maior grau de profundidade os fenômenos sociais e garantir que se preservem questões peculiares ocorridas na vida real. Lascoumes e Le Galès (2012a) entendem que a compreensão da ação pública perpassa pela análise das instituições, atores, os processos, o resultado e as representações.

A investigação teve como partida a revisão de literatura, a análise de documento e análise de estatísticas oficiais. Em seguida, foi realizada a pesquisa empírica, constituída a partir da realização de 12 (doze) entrevistas semiestruturada, com policiais que atuam na ORMP em Feira de Santana. O aporte teórico-metodológico da pesquisa foi desenvolvido a partir das teorias de gênero, violência de gênero, ação pública e instrumentos de políticas públicas

Foi realizada análise do Termo de Cooperação (Anexo I) - documento instituidor da Ronda, do questionário de acolhimento das assistidas (Anexo II) e da Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006). Entende-se que os documentos são lidos como sedimentação das práticas sociais e constituem leituras particulares das relações sociais de um dado período. De acordo com Sparks (1992) *apud* May (2001, p. 214), os documentos “são vistos como meios através

dos quais se expressa o poder social. Eles são abordados em termos do contexto cultural no qual são redigidos e podem ser vistos ‘como tentativas de persuasão’”.

Considerando que a ORMP foi implementada em 2016, tinha estabelecido inicialmente o recorte temporal de 2016 a 2020 dos registros de violência contra mulher realizadas no CICOM/Feira de Santana. No entanto, esse serviço de emergência só passou a registrar tais ocorrências a partir do ano de 2017, conforme informou o coordenador, Capitão Rosuilson Cardoso. Uma breve incursão nesses dados se deve a necessidade de contextualização do tema violência de gênero contra mulher o que possibilita uma adequada compreensão desse fenômeno.

A coleta desses dados ainda possibilitou mensurar os números relativos à violência doméstica antes e durante o primeiro ano de pandemia decorrente da COVID-19. Importa destacar que, de acordo como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), o isolamento domiciliar imposto a partir de 2020, devido a pandemia, também trouxe consequências perversas para as mulheres brasileiras em situação de violência doméstica, na medida em que elas não apenas são obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores, mas também podem encontrar mais barreiras no acesso às redes de proteção.

A observação de estatísticas oficiais, ou seja, dados coletados pelo Estado e suas agências, busca permitir entender a dinâmica da sociedade e cartografar tendências da mesma. Desse modo, estas não serão vistas apenas como “fatos sociais”, mas como “construções sociais e políticas que podem ser baseadas nos interesses daqueles que as encomendaram” (MAY, 2004, p. 89). Buscou-se, assim, considerar os pontos fortes e fragilidades dos dados, sob outro olhar, não o daqueles que as criam e divulgam (*ibid*).

Na segunda fase da pesquisa empírica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com todos os policiais que atendem as assistidas. A intenção de, também, utilizar as entrevistas como técnica de investigação visou aprofundar o estudo, já que esta permite a expressão das percepções individuais dos(as) policiais (burocratas de nível de rua) de forma mais ampla, possibilitando que os entrevistados(as) possam expressar e acrescentar conteúdos que não estejam explícitos nos documentos oficiais (LÜDKE; ANDRÉ, 2003). Ou seja, aprofundar pontos e variáveis levantadas nos documentos e estatísticas oficiais que sejam alvos inclusive de novos questionamentos. É importante pontuar que “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentidos das pessoas” (MAY, 2004, p. 146), sendo pertinentes para captar as percepções sobre a implementação da

ORMP. A escolha por entrevistas semiestruturadas se deu por estas permitirem que os(as) as pessoas respondam usando termos próprios, podendo ser mais bem explorado o entendimento do contexto (*ibid*).

No momento da realização das entrevistas, entre dezembro de 2021 e setembro de 2022 a Ronda contava com 12 (doze) policiais que trabalham em escala de revezamento, o que viabilizou a realização com a totalidade dos integrantes da Ronda, seguindo um roteiro semiestruturado (Apêndice I) para captar o perfil sociocultural dos(as) policiais e identificar as suas percepções sobre violência de gênero, o papel da Ronda no enfrentamento dessa violência, sobre a eficácia quanto à redução da reincidência, bem como a imagem que a comunidade e as próprias vítimas têm a respeito da ORMP.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, mediante termo de consentimento informado, livre e esclarecido, garantindo-se que a identificação dos(as) entrevistados(as) não seja revelada. Para análise das entrevistas, utilizei a análise de conteúdo de Bardin (1977), buscando-se definir categorias temáticas que sejam identificadas a partir do agrupamento de respostas recorrentes dos policiais. As categorias empíricas foram criadas com base no referencial teórico e nos pontos delimitados pelo problema e objetivos de pesquisa.

Um aspecto importante que precisa ser destacado é o fato desta pesquisadora exercer a profissão de policial militar e ter como objeto de pesquisa um instrumento implementado pela Polícia Militar. Como bem alerta Cardoso (1986, p.101) “a interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram”. Desse modo, é necessário tomar as devidas cautelas éticas com relação ao estudo, de modo que a minha posicionalidade sirva para revelar cientificamente as percepções que se manifestam em práticas na ORMP.

Ressalto que, considerando os limites institucionais do contexto no qual o estudo foi desenvolvido, precisei encaminhar o projeto de pesquisa ao Instituto de Ensino e Pesquisa da PM (IEP). Desse modo, foi solicitada autorização da PMBA, por meio de Ofício nº 91/2022 – PROGESP/UFBA (Anexo III) destinado ao Comandante de Policiamento da Região Leste, que por sua vez, encaminhou ao diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa da PMBA (IEP) para submeter o projeto à de Comissão Ética. Após análise realizada pelo IEP, esta pesquisa foi autorizada conforme Ofício nº 75/2022 – PMBA/IEP/CPEX (Anexo IV).

A escolha do título surgiu durante a análise das entrevistas, pois me chamou muito a atenção a fala entusiasmada de entrevistados(as) que descreviam a forma afetuosa como as

assistidas tratam os(as) policiais, a exemplo de “Salvadores de Maria” e “A Polícia das Mulheres”. Por entender a expressão como representativa das percepções dos(as) policiais, adotei uma delas como parte do título, definindo-o como “A Polícia das Mulheres”: Percepções dos(as) policiais militares sobre a implementação da Ronda Maria da Penha em Feira de Santana-BA.

Além desta introdução, a dissertação está estruturada em mais três capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados os aspectos teóricos sobre o problema público da violência de gênero e os instrumentos de política públicas. A problematização das desigualdades de gênero, do patriarcado da violência contra mulher, levantada pelos movimentos feministas, compreende um dos pontos principais para a construção de políticas públicas com a perspectiva de gênero. Destaca-se, ainda, na primeira parte do capítulo, a concepção de ação pública e sua abordagem a partir dos instrumentos, enfoque que considera os atores em interação, os interesses sociais e políticos, bem como os valores e representações que permeiam a atuação dos atores. Na segunda parte deste capítulo, é realizada análise da violência doméstica e familiar em Feira de Santana e da ORMP, implementada nessa cidade.

No segundo capítulo, parte-se da concepção de burocrata de nível de rua, enquanto profissional responsável por entregar as políticas públicas aos cidadãos, para analisar os atores no processo de implementação de políticas de proteção a mulheres vítimas de violência. Considerando que as decisões tomadas, as rotinas estabelecidas e os mecanismos dos quais esses atores se apropriam constituem efetivamente as políticas públicas, a atuação dos burocratas de nível de rua pode afetar tais políticas. Nessa perspectiva, a segunda parte deste capítulo destina-se analisar os policiais militares como burocratas de nível de rua.

O caminho trilhado para alcançar os objetivos deste trabalho e os resultados da pesquisa empírica são abordados no terceiro capítulo, no qual, serão apresentadas as percepções dos PMs na implementação da ORMP em Feira de Santana. Para tanto, será traçado o perfil sociocultural dos entrevistados e, em seguida, analisadas as categorias identificadas no *corpus* da entrevista a partir das teorias analisadas neste trabalho.

Por fim, nas considerações finais, serão levantados os principais resultados e apresentadas as minhas contribuições na análise do instrumento de política pública ORMP, no contexto do caso estudado, bem como, hipóteses para possíveis futuras pesquisas.

2 O PROBLEMA PÚBLICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção, abordo o problema público da violência de gênero e os instrumentos de políticas públicas. Por compreender que o feminismo foi essencial para a construção das políticas com recorte de gênero, trago uma análise breve sobre esse movimento e suas manifestações. Paralelamente, apresento aspectos conceituais e históricos indispensáveis para ascensão do movimento feminista e de outros grupos igualmente oprimidos. A intenção, é promover um debate sobre os sistemas que impõem a discriminação, diferenciação e segregação de determinados grupos, colocando-os em condição de inferioridade em relação ao grupo hegemônico.

A luta de feministas das mais variadas vertentes implicou em muitos avanços para a superação das desigualdades baseadas no gênero. Entretanto, apesar das grandes conquistas, na matéria direitos humanos, verificadas nas democracias contemporâneas e da criação de instrumentos de proteção de grupos em situações de maior vulnerabilidade, estamos muito distantes de alcançar uma efetiva e adequada garantia de direitos dos oprimidos em face da ação de grupos hegemônicos. Essas conquistas foram registradas a partir do pós-guerra, sobretudo na segunda metade do século XX, as quais se somaram ao processo de democratização e constitucionalização de direitos que evidenciaram uma paulatina ampliação do leque de proteção do indivíduo, que passaram a ser reconhecidos em tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

Nesse contexto de reconhecimento de direitos humanos, vieram à tona os problemas decorrentes das diferenciações de gênero e do modelo de sociedade patriarcal, dentre os quais se destaca a violência doméstica ou familiar perpetrada contra mulher, que constitui uma violação aos seus direitos humano, e até recentemente era considerado um assunto estritamente particular que inviabilizava a atuação estatal. Desse modo, a identificação e o reconhecimento do problema, enquanto uma demanda pública, consistiram em um passo importante na busca da superação da violência de gênero.

Portanto, neste capítulo, trago pontos importantes do processo social, histórico e político pelo qual se constituiu o problema público da violência de gênero. Em seguida, apresento a concepção de política pública e instrumento de política pública assumida nesta pesquisa, dialogando com as problemáticas de gênero. Por fim, apresento dados de violência doméstica

e familiar na cidade de Feira de Santana/BA, logo em seguida, contextualizo a Ronda Maria da Penha e explico sua dinâmica de funcionamento.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE GÊNERO

Os feminismos trouxeram à tona fatos sociais, ocultados por séculos, que estruturavam a sociedade, estabeleciam comportamentos e definiam papéis. As lutas desses movimentos giram em torno do reconhecimento dos direitos das mulheres, da libertação das opressões e violências que sofrem pelo patriarcado, do reconhecimento destas como sujeitas protagonistas das suas histórias. A partir das lutas feministas, foi possível revelar as estruturas sociais que negaram à mulher direitos elementares, evidenciando ainda outros sistemas de dominação que também estabelecem hierarquia de classe, raça, religião, orientação sexual, inferiorizando os indivíduos que não pertençam aos modelos sociais dominantes.

Ao me referir à luta das mulheres contra os arranjos sociais da opressão e discriminação, o senso comum nos leva a crer que se trata de fato recente. Este pensamento equivocado talvez esteja atrelado à consolidação de direitos e a criação de instrumentos políticos de superação das desigualdades que somente começaram a ocorrer em passado próximo, sobretudo a partir de 1945. No entanto, o que se pode observar é que a resistência à opressão das mulheres através de ações isoladas ou coletivas ocorreu em vários momentos da História, e mais recentemente, em publicações e filmes, de modo que, os feminismos, enquanto movimentos sociais organizados, são comumente relacionados ao século XIX, no Ocidente (LOURO, 1997).

Os feminismos consolidam-se enquanto movimento durante o processo de luta contra escravidão. Na primeira metade do século XIX, o movimento antiescravagista de mulheres negras teve a adesão de mulheres brancas de classe média, que também passaram a questionar as discriminações estabelecidas pelos modelos sociais de dominação. As mulheres brancas, ao aderirem ao movimento abolicionista, compreenderam a natureza da opressão humana, aprendendo valiosos ensinamentos sobre sua própria sujeição. Além disso, quando protestavam de forma explícita ou implícita contra escravidão, afirmando seu direito de se opor ao sistema, protestavam, conseqüentemente contra sua própria exclusão da arena política, assim aprendiam com as mobilizações de um povo que também era oprimido. Desse modo, o movimento abolicionista contribuiu também para que as mulheres de classe média tivessem a chance de provar seu valor não atrelados aos papéis de mães e donas de casa, tendo em vista que a

campanha abolicionista era um espaço em que elas poderiam ser valorizadas por seu trabalho concreto (DAVIS, 2016).

Entendo que a grande relevância dessa adesão de um grupo de mulheres brancas ao movimento abolicionista está ligada ao fato de mulheres negras, mesmo estando na condição de escravizadas, de extrema vulnerabilidade e analfabetas (porque eram proibidas de frequentar escolas) terem sido capazes de despertar a consciência política de mulheres brancas para perceberem a situação de opressão a qual todas eram submetidas. Contudo, seria ingenuidade não perceber que a adesão de muitas mulheres brancas de classe média não ocorreu por sentimentos empatia e solidariedade, mas sim por enxergar uma oportunidade em razão da dimensão política que o movimento conquistou. Isso projetou muitas mulheres no Ocidente como protagonistas do feminismo.

O processo de identificação e reconhecimento das desigualdades certamente contribuiu para que as posteriores manifestações feministas se estruturassem ainda mais. No século XX, a discriminação contra a mulher adquiriu mais notoriedade e expressividade. No primeiro momento, com as manifestações a favor do direito ao voto das mulheres, somados eventualmente a reivindicação de outros direitos, como oportunidades de estudo ou acesso a certas profissões, ligados ao interesse das mulheres brancas e de classe média. Posteriormente, já na década de 1960, o feminismo, ultrapassando as preocupações sociais e políticas, voltou-se também a construir suas bases teóricas, problematizando e constituindo a concepção de gênero (LOURO, 1997).

Tanto no século XIX quanto no século XX, as mobilizações feministas se desenvolveram paralelamente a manifestações de outros grupos de sujeitos inferiorizados pelo padrão hegemônico, como trabalhadores, jovens, mulheres, negros, entre outros diferentes grupos que não mais suportavam a discriminação, a exploração e a opressão que sofriam, de modo que começaram a questionar também as tradicionais estruturas políticas e sociais que imprimiam as desigualdades. Nessa conjuntura social, o feminismo consolida-se, alcançando as esferas políticas, sociais e, especialmente, o campo acadêmico, o que contribui para a construção de um arcabouço teórico para desconstruir as teorias universais sobre gênero, que fundamentam as relações sociais e históricas de poder, além disso, revelando problemas decorrentes dessas relações.

O desenvolvimento das concepções de gênero está intimamente ligado à história dos movimentos feministas, e, ao longo dos anos, vem passando por um processo de transformações

e interpretações, no qual é construído e desconstruído pelas diversas vertentes do feminismo. Nesse processo de problematização, o gênero foi vislumbrado, a depender da corrente feminista, como categoria analítica, histórica e social, constituindo uma importante categoria para compreender as desigualdades entre homens e mulheres.

A concepção de gênero desenvolvida pelas feministas serviu principalmente para afastar a naturalização das distinções sexuais e, conseqüentemente, a submissão feminina, demonstrando que essa condição foi estabelecida pelas relações sociais e históricas de poder patriarcal.

Nos estudos feministas sobre o conceito de gênero e sexo, Beauvoir (1970) foi precursora ao sustentar a existência básica de dois sexos biológicos, distintos anatomicamente, e a ideia de gênero atrelada ao significado cultural que os corpos adquirem. Aponta, assim, que as mulheres, ao contrário dos homens, não conseguiram reconhecimento para constituir-se plenamente enquanto sujeito, porque, no momento do nascimento, elas são restringidas por um conjunto de prescrições que lhes retiram essa possibilidade. Desse modo, Beauvoir (1970, p. 57) afirma que “o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade”.

Ao trabalhar com a ideia de gênero como categoria analítica, Scott (1995) ressalta três aspectos importantes. O primeiro é a busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, tendo em vista o caráter de objetividade e neutralidade do termo gênero. O segundo é o afastamento da lógica dicotômica entre homens e mulheres, porque o estudo do gênero engloba homens e mulheres. No terceiro aspecto, o gênero designa as relações sociais entre os sexos, tornando-se uma forma de “indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

O gênero é elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas distinções percebidas entre os sexos, consistindo na primeira forma de atribuir significado às relações de poder. Enquanto elemento que constitui as relações sociais estabelecidas nas diferenças notadas, o gênero implica a correlação de quatro elementos, quais sejam: os símbolos disponíveis culturalmente, que denotam representações simbólicas; os conceitos normativos que interpretam os significados dos símbolos e que estão expressos nas doutrinas de vários segmentos sociais; a organização social e, por fim, a identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

Em diálogo com a proposta de Scott, destaca-se a perspectiva de Louro (1997), que, ao enfocar gênero como categoria de análise, reforça que a ideia de diferenciação biológica entre homens e mulheres, definidora de uma relação complementar entre ambos, na qual se determinou secularmente o papel de cada um na sociedade, serve para compreender e justificar a desigualdade social entre homens e mulheres. Nesse sentido, sustenta ainda que compreender as relações de homens e mulheres e o papel que lhes foi atribuído numa sociedade implica a análise de tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental.

Outras feministas inseriram no debate o conceito de patriarcado. Pateman (1993) sustenta que o feminismo organizado no final dos anos 1960 incluiu as discussões sobre o conceito de patriarcado no meio social e acadêmico, diversificando as interpretações dentro da área de estudos feministas. Para essa autora, as diversas interpretações fizeram com que muitas pesquisadoras utilizassem outros conceitos como o de “falocracia”, “androcentrismo” e “relações de gênero”, para tratar da dominação masculina ou a opressão das mulheres, abandonando o de patriarcado, que para ela configura a única categoria capaz de referenciar a sujeição das mulheres e a destinação de direitos políticos exclusivamente aos homens.

Compreendo que as relações de gênero são fruto de estruturas históricas e sociais estabelecidas coletivamente, que alicerçam a sociedade, por isso, de forma isolada, se referem necessariamente às relações de desigualdade e opressão contra a mulher. Não podemos desconsiderar que as relações de gênero estão historicamente vinculadas às relações de poder que vem inferiorizando, subjugando e discriminando as mulheres no decorrer do tempo. Nesse sentido, considero importante a utilização de relações sociais de gênero e patriarcado para referenciar relação de poder e opressão.

Dantas (2019) traz um elucidativo exemplo do funcionamento do patriarcado no Brasil, ao analisar a relação entre gênero e o campo político através das narrativas da mídia sobre Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, que retrataram o domínio do patriarcado e machismo brasileiro, evidenciando que a presidência da república foi ocupada por homens durante 121 anos. Entretanto, a primeira vez que uma mulher alcança tal posto, as questões de gênero, embora estrategicamente silenciadas, problematizaram a crise do governo Dilma, contribuindo para que a primeira presidenta brasileira sofresse injustamente um *impeachment* no início do segundo mandato. Esta pesquisadora afirma que a exclusão da categoria gênero da análise da crise do governo Dilma fortalece a manutenção dos padrões patriarcais que sustentam

a estrutura do Estado Liberal. A dimensão do golpe ocorrido em 2016, com o impedimento da presidenta, representa uma violência de gênero.

Para referenciar a dominação masculina e a opressão das mulheres, Saffiotti (2004, p. 56) entende que “colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração”. Principalmente, porque, para essa autora, o conceito de gênero não revela necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres, ao contrário, do conceito de patriarcado que se refere à relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres. Para a teórica, gênero é mais amplo e genérico e “diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (SAFFIOTTI, 2004, p. 116), enquanto que patriarcado é mais específico e constitui “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (*ibid*, p. 44). Nesse sentido, apresenta uma perspectiva de patriarcado não como apenas a um sistema de dominação, definido pelo modelo machista, mas também um sistema de exploração.

Inegavelmente, a concepção de gênero desenvolvida pelas feministas serviu principalmente para afastar a naturalização das distinções sexuais e conseqüentemente a submissão feminina, demonstrando que essa condição foi estabelecida pelas relações sociais e históricas de poder. Tendo em vista que a ideia de distinção biológica entre homens e mulheres serviu para constituição das identidades dos sujeitos, funcionando como justificativa para as desigualdades escancaradas nas diversas esferas sociais.

Louro (1997) sustenta que é imperativo contrapor-se a argumentação de distinção biológica entre homens e mulheres que justifica a construção de identidades. Para tanto, é preciso demonstrar que tudo foi construído social e historicamente sobre as características sexuais, ou seja, como essas características são representadas ou valorizadas, tudo o que se foi dito ou pensado sobre elas que vai constituir de fato o que é feminino ou masculino. É importante analisar as construções sociais e históricas sobre o sexo para entender o lugar e as relações entre homens e mulheres numa sociedade.

Desse modo, a concepção de gênero vai além da questão de se estabelecer padrões (regras de conduta impostas pela sociedade) masculinos e femininos, porque as desigualdades entre os sujeitos ficariam restritas ao âmbito das interações face a face. É preciso conceber o gênero como formador de identidades para que se possa analisar não só os múltiplos formatos que podem assumir as masculinidades e feminilidades, mas, principalmente, os componentes

que estruturam as redes de poder, como as instituições, os discursos, os símbolos, formando hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997).

Assim como o gênero constitui identidades, outras categorias orientam e formam também as identidades dos sujeitos, colocando-os em condições desiguais. Nesse aspecto, o feminismo, nas suas múltiplas vertentes, aborda também a questão do gênero, articulando-o a outros sistemas que diferenciam e inferiorizam as pessoas, como raça, classe social e orientações sexuais, realizando uma análise interseccional.

Angela Davis (2016), nas discussões sobre gênero, acrescentou as categorias classe e raça como elementos utilizados pelo poder hegemônico para oprimir e sujeitar grupos considerados subalternos. Ela trouxe várias contribuições para a teoria feminista, visibilizando os movimentos abolicionistas, conduzidos pelas mulheres que resistiam à escravidão, demonstrando suas lutas por educação, contra a violência sistemática sofrida pela população negra depois da abolição. Reconheceu a importância das mulheres negras no processo histórico de emancipação feminina e do povo negro, visto que ocuparam o lugar de sujeitos sociais e políticos, indispensáveis para o desenvolvimento desse processo.

O modo de produção capitalista dispõe as formas de opressão em diferentes maneiras e, conseqüentemente, como estas diversas formas de opressão podem, tanto dividir as trabalhadoras e trabalhadores, enfraquecendo suas lutas, quanto estabelecer uma ligação entre as(os) oprimidas(os). No programa do movimento pelos direitos das mulheres, era perceptível a aceitação ao sistema econômico capitalista, ou, ao menos, as pessoas brancas não demonstravam consciência de identidade de classe. Embora a maioria das abolicionistas abominasse a escravidão e a maioria das defensoras dos direitos das mulheres enxergava a supremacia masculina como um erro imoral de uma sociedade, “não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração da econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistêmicas” (DAVIS, 2016, p. 76). Muitas mulheres aderiram à campanha abolicionista, entretanto lhes faltavam relacionar sua consciência antiescravagistas à ideia que tinham da opressão das mulheres.

Por isso, é importante compreender que as opressões se correlacionam e se sobrepõem. A discriminação racial e de gênero existem antes do sistema capitalista, entretanto este se aproveita dessas formas de opressão para aferir ainda mais lucro. O sexismo e o racismo foram inseridos no modo de produção capitalista e operam de forma inter-relacionada, impondo ainda

mais desigualdades e segregação. Nesse sentido, Davis, ao articular gênero, raça e classe, sustenta que:

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colônias, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e gênero. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. (DAVIS, 2018, p.99)

A ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede espaço à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder, de sexo, de raça, de classe, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, costumam também ser dissimétricas. A “interseccionalidade” revela-se uma categoria importante a ser considerada. Foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (HIRATA, 2014, p. 62). De acordo com Crenshaw (2002, p.177), a interseccionalidade pode ser compreendida como uma categoria teórica que põe em evidência múltiplos sistemas de opressão, notadamente, articulando raça, gênero e classe social para propor um entendimento de “como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

Partindo da ideia de interseccionalidade e múltiplos feminismos, no Brasil foi editada a coleção *Feminismo Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro, com o objetivo de apresentar para o público questões importantes, relacionadas aos diversos feminismos. Dentro desta coleção, destaca-se a obra de Akotirene (2019, p.19), que afirma que “é fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão”. Pontua ainda a importância da interseccionalidade, porque esta evidencia como e quando mulheres negras são discriminadas e “estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 37).

Seguindo esta linha de pensamento, Denice Santiago (2019, uma das empreendedoras políticas da ORMP na Bahia, realizou um estudo sobre “as interseccionalidades necessárias à

questão do enfrentamento da violência contra mulher”. Nesse estudo, sinalizou que a violência doméstica e familiar contra a mulher dispõe de fatores similares nas diversas regiões do Brasil, demonstrando que o maior percentual de vitimização se encontra entre as mulheres que se autoidentificaram como pretas (28,4% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência), seguidas das que se autoidentificaram como pardas (27,5%), sendo que, entre as se autodeclararam brancas, esse percentual é de 24,7%. Com isso, Santiago (2019) destaca a relevância de se observar também a categoria raça das vítimas de violência doméstica e familiar, porque as mulheres pretas são as que se encontram mais vulneráveis, seja no espaço doméstico, seja no mercado de trabalho, onde em regra ocupam posições subalternas, desenvolvendo atividades braçais, com salários inferiores ao que se pagam às mulheres brancas.

Todas as discussões, lutas e mobilizações decorrentes do feminismo e suas múltiplas vertentes, sem dúvida, se expandiram pelo mundo, alcançando diversos países, inclusive o Brasil, e foram cruciais para a ascensão do movimento, que culminou no reconhecimento de direitos e em medidas com vistas à redução das desigualdades. Partindo desse contexto, se faz necessário observar como a violência de gênero passou a ser objeto de políticas públicas, em outras palavras, como essa demanda foi inserida no espaço sociopolítico no qual se constituem as políticas públicas.

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO PROBLEMA PÚBLICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O reconhecimento dos problemas relacionados a gênero representou um avanço no debate sobre o tema. Como relatado, isso está atrelado ao desenvolvimento do feminismo, observado em diversos países, e à consolidação de uma visão humanística, com a concepção de valores universais que são essenciais à dignidade humana, positivando Direitos Humanos Internacionais, em meados do século XX, período do pós-guerra.

Os novos modelos de Constituições, em especial aquelas que orientam para o Estado do Bem-Estar Social, traçaram uma diretriz de atuação política, indicando direitos e princípios de política social e econômica. Esse programa de transformações econômico e sociais, incorporado pelas denominadas Constituições dirigentes, implicou em uma mudança de paradigma no que se refere a formas de regulação das sociedades. Em tal contexto, o Estado passou a ser

formalmente compelido a direcionar sua ação para atender os anseios sociais, vale dizer, a desenvolver políticas públicas que visem buscar soluções para as demandas da sociedade

No Brasil, o final do século XX foi marcado por significativas transformações nas relações entre Estado e sociedade, isso aliado ao impacto da democratização que favoreceu uma agenda de reforma, construída com a participação de diversos atores a partir dos anos 70. Desse modo, no desenvolvimento dessa agenda de reforma, no primeiro momento, destacou-se a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores envolvidos nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas (FARAH, 2004).

As reivindicações de grupos sociais que lutavam pela redemocratização do regime, pela melhoria na qualidade de vida e acesso a serviços públicos foram importantes para a formação da agenda e tiveram a participação das mulheres, que incluíram nessa pauta as discussões de gênero. Nesse contexto, a mulher se destaca como sujeito participante da esfera pública, saindo, pois, do ambiente privado para tornar visíveis questões que antes eram restritas a esse ambiente. Por isso, Farah (2004) afirma que a formação das mulheres como sujeito político ocorreu inicialmente através das movimentações em torno da democratização e de demandas sociais caracterizadas pelo crescimento da pobreza.

Nesse cenário, a violência de gênero tornou-se visível, porque os problemas decorrentes das diferenciações de gêneros passaram a ser discutidos, e contestados os argumentos que legitimavam, estimulavam as violências, além de proteger quem as praticavam. A ideia de privacidade familiar que limitava a intervenção do Estado, o lugar de sujeição ocupado pela mulher, a opressão e a segregação passaram a ser questionados, escancarando ainda mais as mazelas sociais decorrentes do projeto dominação masculina.

Todas as categorias analíticas tratadas até aqui são necessárias para compreender o problema público da violência contra mulher, explicado sobretudo pelo sistema gênero, associado a outras estruturas que igualmente impõe as relações de poder, baseadas na sujeição do feminino e da(o) negra(o). Minayo (2016) afirma que a violência não é um fenômeno fácil de se explicar, principalmente porque ela decorre de uma multiplicidade de causas, de modo que construir o conceito de violência sobre parâmetros fixos e simples, implica reduzi-la e compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica. A violência de gênero é fruto da

hegemonia masculina, da relação de desigualdade entre os gêneros, que oprimem e colocam a mulher em condição inferior ao homem, conforme já relatado.

O problema da violência contra a mulher só se tornou visível após séculos de lutas de feministas, de mulheres (negras escravizadas e brancas, pobres, de classe média) e de outros setores sociais pela superação das mazelas sociais decorrentes da discriminação e opressão de gênero. Aliado a isso, as transformações políticas e sociais vivenciadas no decorrer do século XX implicaram na construção de governos democráticos e na ampliação de direitos constitucionais, impondo ao Estado o desenvolvimento de um aparato mais complexo para atender as demandas sociais. No Brasil, o reconhecimento de direitos e a consagração de princípios democráticos incorporados pela Constituição Federal de 1988 impuseram ao Estado uma nova agenda de reforma, visando ao atendimento das demandas da sociedade, à universalização de serviços sociais, à concretização de direitos, e à participação popular nos processos decisórios do Estado, influenciando a escolha da agenda política.

A questão de gênero foi acrescentada na agenda governamental do Brasil em decorrência da movimentação de feministas, de grupos sociais, das pressões de organismos internacionais, aliados aos altos índices de violência contra mulher trazidos à tona nas últimas décadas, exigindo do Estado e da sociedade a buscar soluções para o enfrentamento desse problema. Incorporou-se às agendas governamentais tais demandas e, conseqüentemente, a formulação e implementação de políticas com esse recorte, principalmente para o combate à violência.

Para além de todas as lutas de superação da violência ocorridas no Brasil, o fato que ganhou repercussão internacional e destacou-se na identificação da violência de gênero como problema público foi a violência brutal sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de homicídio praticadas pelo próprio marido, deixando-a paraplégica. Apesar da gravidade da violência, o caso só ganhou relevância após o esforço da vítima, que teve que movimentar organizações internacionais de direitos humanos para conseguir a condenação do autor do delito, depois de decorridos 19 anos do fato.

A violência sofrida por Maria da Penha e a omissão do Estado brasileiro diante dessa questão chegaram ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH), por meio de esforços da vítima que lutou durante anos para que a barbaridade sofrida por ela não ficasse impune e de organizações de direitos humanos e de direitos da mulher. O Estado brasileiro foi julgado pela CIDH e considerado

culpado por negligência e omissão, em relação à violência doméstica e aos direitos humanos, pelo descaso e impunidade com que o caso da cidadã Maria da Penha foi tratado pelas instituições judiciárias no Brasil. A Comissão recomendou ao Brasil várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha, bem como a efetivação de políticas públicas para combater a violência doméstica contra as mulheres brasileiras (FLAUZINA, 2015).

O posicionamento da Comissão foi crucial para que o caso tivesse desfecho em 2002, com a condenação do autor do crime, e também para a promulgação da Lei nº 11.340/2006, que levou o nome de Lei Maria da Penha, cujo objetivo principal é criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Pela primeira vez na história brasileira, esse tipo de violência passa a ser considerado um crime de violência doméstica.

A Lei Maria da Penha é considerada um marco no enfrentamento à violência perpetrada contra mulher no contexto doméstico e familiar. Barsted *apud* Flauzina (2015), aponta que a referida Lei é resultante de ações de *advocacy* feministas. Tais ações também já vinham culminando em diversas transformações, evidenciadas no âmbito legislativo e judicial, destacando-se a ampliação das delegacias especializadas, a declaração da ilegalidade da tese da “legítima defesa da honra” pelo Superior Tribunal de Justiça e a garantia do abortamento legal. A “Lei Maria da Penha está, portanto, inserida no lastro de esforços que já vinham contestando as bases sexistas do Direito, a partir dos empenhos da militância feminista” (*ibid*, p. 120).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779, ocorrido em março de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, sustentou entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. A decisão, proferida em sessão virtual, proibiu a utilização da referida tese em processos que versem sobre a agressão ou morte de mulheres por seus atuais ou ex-companheiros (BRASIL, 2021).

Esses problemas colocados em discussão no espaço público, por meio das lutas de feministas, da própria Maria da Penha, e fortalecidas pelo apoio de outros segmentos sociais, evidenciaram demandas até então tratadas no âmbito particular, contribuindo para que passassem a ser compreendidos como problema público. Cefai (2017) pontua que a constituição de um problema público envolve não só uma ação, mas perpassa também pelo “padecer e compadecer”. Os membros do corpo social, pois, “são afetados pelas situações que eles contribuem para definir e controlar, e passam por avaliações daquilo que, ali, é desagradável,

repugnante, inaceitável ou insuportável e daquilo que, ao contrário, seria desejável” (CEFAÏ, 2017, p. 191).

Com o do processo de mobilização, um fato avaliado como prejudicial passa a ser discutido e problematizado por diferentes atores sociais, buscando sedimentar respostas ao problema apresentado. Dewey (apud CEFAÏ 2017, p. 190) afirma que “essa dinâmica de problematização e de publicização ultrapassa o círculo das pessoas imediatamente envolvidas, para se referir a um maior número de pessoas”, assumindo o caráter de um processo político.

A inquietação das pessoas acerca de uma questão avaliada como prejudicial expõe o problema no meio social, tornando-o público. “Essa dinâmica de problematização e de publicização ultrapassa o círculo das pessoas imediatamente envolvidas, para se referir a um maior número de pessoas”, assumindo o caráter de um processo político (DEWEY *apud* CEFAÏ, 2017, p. 190). Cefai, (2017, p. 194) sustenta que “um problema público só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva”. Assim, para que esse movimento tenha valor de um processo político é necessário a exposição do problema em ambiente social, por meio de discussões, questionamentos, análises e busca de medidas pelas quais se busque a solução do problema. É desse modo que o tema da violência de gênero foi conquistando espaço na pauta das discussões políticas e sociais.

Os interesses políticos e sociais, atrelados a dinâmicas de problematização, fazem com que os assuntos discutidos sejam inseridos na agenda governamental, definida por Kingdon (1995, p. 222) como “uma lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades”. Embora nem todas as questões problematizadas sejam incorporadas à agenda política, a dinâmica social diante de um problema é necessária para a democratização do processo de desenvolvimento de políticas públicas. Como Habermas (1997) explica, a democracia se apresenta como um mecanismo de produção de direito legítimo, por meio da participação deliberativa de cidadão, em igualdade de oportunidades, nos procedimentos preparatórios das normas de decisões que lhes interessam ou alcancem.

Portanto, a identificação do problema violência de gênero e de sua entrada na agenda pública decorre de um processo longo de experiências, de lutas, de estudos e de mobilizações, verificados desde o cenário internacional até o brasileiro.

No Brasil, as reivindicações contra a invisibilidade da mulher e sua sujeição ocorreram de forma paralela às reivindicações por reconhecimento e ampliação de direitos humanos,

favorecendo a incorporação das questões de gênero na agenda governamental e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas para mulheres. Nesse cenário, destacam-se as políticas de abrangência federal, com a criação da Secretaria Nacional de Política para Mulheres (SPM) em 2003, que, dentre outras atividades, elaborou instrumentos com foco em ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e a igualdade de gênero e diversidade (BRASIL, 2003).

Compreendo que a violência decorrente de gênero é um fenômeno complexo, que ultrapassa uma visão da segurança pública, exigindo-se uma análise mais profunda de sistemas sociais que operam no sentido da diferenciação entre gêneros, naturalizando as desigualdades, a opressão e a violência. Desse modo, cabe as políticas públicas com recorte de gênero enfrentar as desigualdades, minimizar os efeitos perversos dessa realidade que existe há séculos, mas só se tornou visível há poucas décadas.

Bugni (2016) analisou o desenvolvimento da política de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, especificamente, o processo de implementação dessas políticas em âmbito nacional e municipal, com o objetivo de identificar e compreender seus avanços, limites e desafios. A pesquisadora, ao apresentar principais resultados, destacou que a visibilidade e o amadurecimento das políticas de promoção da igualdade de gênero deram-se predominantemente a partir e com a pauta do enfrentamento à violência contra as mulheres

A consolidação das políticas públicas para mulheres permitiu a ampliação e a criação de serviços especializados no combate à violência contra mulheres. No âmbito do Estado da Bahia, as agendas foram desenvolvidas, criando-se em 2011 a Secretaria de Políticas para Mulheres. A Ronda Maria da Penha, inserida nesta, surge como mais um instrumento de política pública de proteção a mulher, vítima de violência praticada no contexto doméstico ou familiar, que esteja medida protetiva de urgência (BAHIA, 2011).

2.3 OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A concepção de políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero, relaciona-se a um movimento social e político, que envolve distintos atores, ideias, ideologias, argumentações e projetos de sociedade, tendo em vista solucionar as questões colocadas em evidência. O enfrentamento deste problema, como já dito, implica necessariamente

compreender como os sistemas de dominação e exploração da mulher estruturam a sociedade, impregnando os indivíduos com valores e princípios naturalizados por esses sistemas. Diante disso, compreendo que a sociologia da ação pública (LASCOUMES e LE GALES, 2012a) e a teoria da instrumentalização (LASCOUMES e LE GALES, 2012b) abrem espaço para um adequado tratamento das diversas dinâmicas e interações desenvolvidas pelos partícipes da política, possibilitando novas interpretações através dos instrumentos que a operam.

A ação estatal, ao longo dos anos, foi analisada pelos mais diversos ramos do conhecimento, perpassando pelas áreas das ciências políticas, jurídica, antropológica, filosófica, econômica e sociológica. Esse caráter interdisciplinar, resultante da complexa relação entre Estado e sociedade, propiciou interpretar a ação pública por variadas vertentes. Na realidade, todas essas áreas contribuem para a análise das políticas públicas e esta contribui, conforme Lascoumes e Le Galés (2012a), para a compreensão das mudanças da sociedade contemporânea e de sua regulação, razão pela qual é considerada um dos grandes paradigmas das ciências sociais.

Diante da complexidade do processo de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra mulher, observa-se que a sua concepção alinhada à ideia estado centrista (Estado providência), que coloca o Estado praticamente como único protagonista na construção de políticas, não se mostra suficiente para compreender esse processo. Importante ressaltar que a constituição das políticas se desenvolve em níveis variados de ação e de decisão, comportando diferentes atores, representações e grupos de interesses.

A perspectiva da sociologia da ação pública se interessa pela análise do contexto social, levando em consideração a multiplicidade de atores. Nesse sentido, Oliveira e Hassenteufel (2021, p. 16) sustentam que “para explicar o ‘Estado em ação’, a sociologia da ação pública atribui importância a elementos analíticos que envolvem o papel das ideias, do conhecimento, das instituições, dos interesses, dos instrumentos, dos indivíduos e de gênero”.

É importante destacar que, subjacente às normas, os valores que orientam as práticas dos indivíduos, em outras palavras, como os indivíduos compreendem a realidade, são fundamentais para a explicação das ações públicas. Fischer (2016) sustenta que as ciências sociais não devem se restringir a explicação de uma determinada realidade, mas também devem buscar a explicação de como grupos sociais constroem seus próprios entendimentos da realidade. Não só essas construções constituem o nível mais básico de ação pública, como suas

implicações são fundamentais para a compreensão dos processos de mudança social, sem as quais nós teríamos pouca necessidade da ciência social.

Ao considerar os múltiplos atores, instituições, interesses e representações, esse estudo se pauta na concepção de política pública enquanto ação pública, compreendida como “um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidades, conteúdos e projetos de ator” (LASCOURMES, LE GALÈS, 2012b, p. 21). Essa abordagem adota uma perspectiva ampla, incluindo elementos sociais e políticos que repercutem na esfera da *policy*, considerando a diversidade de atores, circunstâncias e formas de mobilização que envolve as políticas.

A partir desta concepção de ação pública, Lascoumes e Le Galès (2012a) apresentam três rupturas nos modelos tradicionais de análise das políticas. A primeira é a necessidade de afastamento da ideia de voluntarismo político, que atribuem aos políticos, às elites burocráticas e aos partidos a qualidade de representantes do povo que atuam sempre em nome do bem comum, baseada em escolhas ditas bem fundamentadas. A segunda ruptura é abandonar a ideia de unicidade do Estado, imparcial, detentor do monopólio das políticas públicas, pois apresenta uma configuração política que é influenciada por grupos de pressão que agem em diferentes instâncias e setores da gestão governamental. A terceira ruptura abandona o fetichismo da decisão dos governantes, porque a realidade política se depara com processos de implementação contraditórios, conflitantes, passando a valorizar os bastidores da política, as não escolhas e os atores ocultos das decisões.

Lascoumes e Le Galès (2012b) explicam que os instrumentos carregam consigo uma teoria implícita e uma teoria explícita. Esta diz respeito aos princípios e objetivos que funcionam como justificativas para a implantação do instrumento, são, por exemplo, as leis, os acordos, termos de cooperação, ou seja os documentos oficiais. Enquanto que a teoria implícita preocupa-se mais com os princípios que, de fato, orientam as práticas, por intermédio dessa teoria que os instrumentos governam as relações sociais.

Para concretizar a ação pública, os governantes apropriam-se dos denominados instrumentos da ação pública que compreendem um dispositivo técnico e social que estruturam as relações entre poder público e seus destinatários. Esta perspectiva ainda revela que os instrumentos não se resumem a meras técnicas ou ferramentas, mas são providos de caráter valorativo. Isso porque, representam tensões, escolhas e acordos celebrados entre os governados e governantes, mas também representam um ambiente dialético que envolve riscos

à ação pública, decorrentes não apenas da opção por determinada política, mas pela negação de outras que poderiam ser incorporadas (LASCOURMES, LE GALÈS, 2012b).

Optou-se nesta pesquisa por trabalhar com ideia de ação pública concebida por Lascoumes e Le Galès (2012b, p. 21) como “um espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos, como por finalidades, conteúdos e projetos de ator”. Com esta concepção de ação pública, é possível observar as múltiplas dinâmicas e interações que envolvem os atores e os componentes da política com recorte de gênero.

A abordagem pelos instrumentos da ação pública rompeu a ideia de neutralidade dos objetos técnicos, ao vincular suas trajetórias mais às redes sociais que se formam em relação a eles mesmos, que as suas próprias características. O instrumento de ação pública constitui-se como “dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador” (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012b, p. 21). Assim, eles defendem a análise da ação pública por meio dos seus instrumentos, porque estes carregam consigo particularidades não evidenciadas nas políticas. Além disso, os autores afastam o caráter de neutralidade dos instrumentos, afirmando que podem apresentar riscos à ação pública.

Nesse sentido, instrumentos não se limitam a aparatos técnicos, ou seja, exclusivamente instrumentalizando os propósitos dos governantes, mas também instrumentos sociais, porque carregam as representações sociais sobre os atores e traçam os sentidos das interações que regulam. A neutralidade dos instrumentos é questionável na medida em que estes materializam as preconceções e valores. Os instrumentos podem distribuir desigualmente o ônus e o bônus, dificultar o processo para alguns e facilitar para outros, inabilitar ou conceder autoridade. Assim, ao direcionarmos o olhar para os instrumentos que estabelecem as relações entre vários atores envolvidos na implementação, é possível perceber como as ideologias, perspectivas pessoais, valores são concretizados, uma vez que os instrumentos são indissociáveis dos agentes que os utilizam e não aportam em si racionalidade técnica (*ibid*).

A teoria da instrumentalização da ação pública permite abordar as políticas públicas através de seus instrumentos. Esses definem a instrumentalização da ação pública como o “conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental” (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012b, p. 20). Em se tratando de políticas de proteção às mulheres, a sua instrumentalização, recentemente, se materializa com o uso pelo Estado dos

instrumentos de prevenção, bem como, também instrumentos repressivos e de controle social. Estes vão sendo incrementados, principalmente, a partir do que considero como macro-instrumento, a Lei Maria da Penha. Exemplo disso é o reconhecimento do crime de descumprimento de medidas protetivas e a possibilidade de concessão de medidas protetivas por delegados de polícia, por policiais militares (em situações excepcionais) e pela própria ORMP que é realizada por meio do sistema repressivo.

É possível afirmar que nem sempre a escolha da política pública e seus instrumentos é realizada considerando a maior efetividade para o enfrentamento do problema pública, mas pode muitas vezes visar, direta ou indiretamente, ao atendimento de interesses implícitos. No tocante ao objeto desta pesquisa, não se foca, por exemplo, na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas seja essencialmente necessário. No entanto, seria oportuno questionar quais as razões contribuíram para a escolha da Polícia Militar como órgão executor do instrumento de política pública ORMP? Por que a fiscalização deve ser realizada por instituição policial e não por preposto do próprio poder judiciário ou por assistente social?

A ORMP é aqui considerada como instrumento de política pública de proteção das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Em se tratando de instrumento com a perspectiva de gênero, que envolve a compreensão de problemas sociais institucionalizados, a sua análise, a partir de atores públicos que atuam para a efetivação de direitos, pode nos revelar particularidade somente perceptíveis nos níveis de execução da ação estatal. Isso se deve sobretudo à ausência de neutralidade dos instrumentos, na medida em que são carregados de fatores políticos, sociais e ideológicos, tendo caráter valorativo.

Lascoumes e Le Gales (2012b) argumentam ainda a necessidade de compreender a perspectiva dos efeitos, que pode ser realizada a partir de dois ângulos complementares, considerando de um lado, os efeitos gerados pelos instrumentos em sua autonomia relativa, e, de outro, os efeitos políticos dos instrumentos e as relações de poder que eles organizam.

A partir dessa perspectiva dos efeitos, vislumbra-se que a Ronda Maria da Penha pode gerar efeitos que ultrapassam sua finalidade de garantir a segurança da mulher, evitando que ela seja alvo de novos atos de violência. Para além deste objetivo de proteção de vítimas, pode-se pensar nesse instrumento como meio de afirmação do Poder Judiciário, ao passo que a Ronda também tem por escopo garantir a efetividade e eficácia das decisões judiciais que deferem as medidas protetivas de urgência.

A instrumentalização ou instrumentação da ação pública representa, de forma concreta, o poder estatal. Disso decorre sua importância e a necessidade de inseri-la no centro das discussões sobre o Estado, contribuindo para compreender como se forma a estrutura estatal, as relações de poder os mecanismos que mantêm estrutura de poder. Os governantes disciplinam as atividades dos indivíduos, organizam a sociedade, orientam as relações entre Estado e sociedade, exercem de forma concreta o poder através da instrumentação da ação pública.

Nesse contexto, importa compreender os meios dos quais os governantes se apropriam para operacionalizar as políticas, principalmente quando consideramos que, para além da questão da racionalidade técnica, os instrumentos se apresentam em um domínio relevante para a reflexão sobre políticas públicas, isso porque as escolhas de dispositivos ou meios de operar estão imbuídas de aspectos políticos, ideológicos e culturais. Por isso, ao abordar a ORMP, implica colocá-la no centro da análise, considerando ainda a questão da sua escolha. Isso porque, os instrumentos, quando compreendidos, a partir de uma “perspectiva neoinstitucionalista”, enquanto um tipo particular de instituições, contribuem para a análise das recomposições da política e do exercício do poder nas sociedades contemporâneas (OLIVEIRA, HASSENTEUFEL, 2021).

Importante acrescentar ainda que, ao observarmos a Ronda enquanto instituição, é possível vislumbrá-la segundo de duas vertentes. A primeira refere-se aos padrões de práticas estabelecidos que proporcionam estabilidade aos sistemas sociais, ao passo que a segunda informa que as instituições estruturam a relação entre sociedade e governantes, funcionando como reveladores de poder e controle social, concebidas como mecanismos de dominação. Sobre o conceito de instituições, Silvio Almeida (2019) afirma que:

Se é correta a afirmação de as instituições são a materialização das determinações formais da vida social, pode-se tirar duas conclusões:

- a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social;
- b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição. (ALMEIDA, 2019, p. 39)

A efetivação da Ronda está atrelada à atuação conjunta de vários órgãos públicos, mas é executada por policiais militares. Por intermédio deles(as), as vítimas têm acesso à política pública, culminando no processo de interação de atores. Nesse contexto, vislumbra-se a

associação de elementos articulados que devem envolver a análise da ação pública, quais sejam: atores, representações, instituições, processos e resultados. Os atores podem ser individuais ou coletivos, dotados de recursos e, além de possuírem certa autonomia, estratégias e capacidade de fazer escolhas, são guiados por interesses materiais e simbólicos. Já as representações constituem os espaços cognitivos normativos que dão sentido às suas ações, as condicionam e as refletem. As instituições, por outro lado, compreendem normas, regras, rotinas, procedimentos que governam as interações. Os processos são as formas de interação e sua recomposição no tempo, justificam as múltiplas atividades de mobilização dos atores individuais e coletivos. Por fim, os resultados são as consequências, os efeitos da ação pública. (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012a)

Em revisão da literatura sobre Ronda Maria da Penha, verifiquei que este instrumento tem sido objeto de pesquisa acadêmica, tendo como exemplo o estudo realizado por Bernardo (2019) que analisou os impactos na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência em casos de violência contra a mulher no município de Belém-PA após a implementação da Patrulha Maria da Penha. A pesquisa, realizada no período de dezembro de 2016 a fevereiro de 2019, observou que, a maioria das mulheres atendidas pela Patrulha Maria da Penha do Pará, se identifica como: solteiras, pardas ou negras, com idade entre 31 e 50 anos. Quanto aos impactos, conclui-se que, no período do estudo, houve uma redução considerável de 79% dos registros de ocorrências em casos de violência doméstica das mulheres assistidas, assim como nenhuma das vítimas assistidas pelo Programa sofreu lesão grave após a atuação da Patrulha Maria da Penha na fiscalização das medidas protetivas.

Costa, Cruz e Souza (2018) pesquisaram os fatores associados a reiteração da violência doméstica e familiar, a partir dos casos atendidos pelo projeto Ronda Maria da Penha em Manaus-AM, entre os anos de 2014 e 2016. Após a análise desses casos, as pesquisadoras concluíram que 90% dos casos atendidos pelo Projeto Ronda Maria da Penha correspondiam à violência doméstica entre parceiros íntimos e 10% a conflitos familiares ligados a parentes consanguíneos e não consanguíneos. A violência que mais se destacou no estudo foi a agressão física.

Em sua pesquisa de mestrado, Pereira (2021) analisou o enfrentamento da violência contra as mulheres no município baiano Senhor do Bonfim-BA, buscando compreender como se dá a articulação entre as ações da Ronda Maria da Penha e a rede de atenção à mulheres. Nesse estudo, a pesquisadora verificou a relevância das visitas domiciliares na atuação da

Ronda Maria da Penha e a importância de fortalecer a rede de atenção às mulheres, em razão de ter sido observada uma certa precariedade na articulação com serviços especializados e não especializados. Outro fator evidenciado na pesquisa foi o processo contínuo de mudança de percepção sobre gênero e violência ao qual os atores relataram está submetido desde a entrada na RMP. Os resultados também demonstraram os desafios que a RMP possui no município, como o baixo efetivo de policiais destinados a esta atuação, o orçamento, a falta de reconhecimento da importância da RMP no combate à violência contra a mulher, e a própria articulação com os outros serviços da rede do município.

Enfim, o estudo acerca da instrumentalização ORMP nesta pesquisa realiza articulações entre regulação social e política. Compreender a política de proteção das mulheres a partir da Ronda implica romper com paradigmas advindos dos modelos tradicionais de análise de políticas, baseadas na crença do formato inflexível, capaz de estabelecer com precisão tudo que será operacionalizado pelo instrumento. Além disso, rompe com a ideia de unicidade estatal, que detém exclusivamente o poder de construção de políticas públicas, sem considerar que diversos atores, interesses, representações formam a ação pública

Portanto, ao considerarmos as ações de *politic* e *policy* que são vivenciadas, direcionamo-nos para uma perspectiva que ultrapassa a divisão entre política e a política pública, neste caso, o instrumento Ronda Maria da Penha, enquanto instituição, estrutura e influencia o modo de atuação dos atores, impacta na forma como os problemas públicos serão representados, estabelece quais atores serão privilegiados.

2.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

A violência praticada contra as mulheres é uma das principais violações de direitos humanos, à medida que atinge seus direitos à vida, à honra, à integridade física, entre outros. O fenômeno de violência, revelado, sobretudo, no espaço doméstico e familiar, está diretamente atrelado à ideia de relações sociais de poder, que estabelecem hierarquias entre os gêneros. A violência está presente em todas as camadas sociais e constitui um fenômeno complexo, desencadeado por diversos fatores.

Nesse sentido, Minayo (2016) aborda a violência como um processo sócio-histórico, ao afirmar que não é um fenômeno fácil de se explicar, principalmente porque ela decorre de uma multiplicidade de causas, podendo ser uma forma própria de relação pessoal, política, social,

cultural, ou ainda um elemento cultural naturalizado. Por esta razão, atribuir o conceito de violência sobre parâmetros fixos e simples, implica reduzi-la, evidenciando uma má compreensão de sua evolução e sua especificidade histórica. A autora destaca que é possível a compreensão da violência contra mulher com base na perspectiva de gênero.

Mise (2019) reflete acerca do significado da palavra violência, empregado geralmente no sentido de agressão a alguém. Defende que este termo sofreu modificações de sentido ao longo do tempo, de modo que passou a ter significado mais abrangente e dependente de uma disputa de legitimação. Para o autor, o conceito de violência vem adquirindo outros contornos à medida que se amplia o significado do que seja civilizado e pacífico.

A relação estabelecida entre a violência e a perspectiva de gênero, enquanto fundamento distinto de outras violências, emergiu no bojo das reivindicações dos movimentos feministas. As feministas americanas trouxeram à tona, no início dos anos 1970, o problema da violência sexual contra mulher, mas só a partir de 1980, os estudos acerca da violência de gênero, sobretudo a aquela direcionada a mulher, constituíram-se em um campo teórico. Assim, esse fenômeno alcançou o status de categoria sociológica e seu modelo mais utilizado, a violência contra mulher, tornou-se ponto central dos movimentos feministas.

A violência contra mulher situa-se nesses novos contornos de compreensão do fenômeno, caracterizada não apenas pela ofensa à integridade física, mas também pelo comportamento que decorre do menosprezo e discriminação à condição de mulher. Mise (2019) afirma que o pesquisador, ao utilizar a concepção de violência para descrever um evento ou incorporar em sua análise uma representação social, precisa estar consciente de que o uso dessa palavra é performático e não apenas descritivo, com consequências nitidamente normativas.

Comumente tratadas com o mesmo significado, o conceito de violência doméstica não é sinônimo ao de violência familiar. Izumino (2003) pontua que a doméstica ocorre no espaço do domicílio, que pode ser físico ou simbólico, e independe do grau de parentesco entre os envolvidos, ou seja, a violência doméstica exige a existência de um convívio em determinada unidade doméstica sem que seja necessário um vínculo familiar. Já violência familiar envolve os membros da família extensa ou nuclear, independentemente do local de residência do agressor.

Para esta pesquisa, adotamos o conceito legal de violência doméstica e familiar praticada contra mulher. Esta opção se deve ao fato de termos por objeto a análise da ORMP,

que visa à fiscalização do cumprimento de medidas estabelecidas com base nessas disposições normativas.

O legislador ordinário apresentou cinco formas de violência doméstica e familiar, no artigo 7º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

art. 7º são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p. 02).

Ainda de acordo com essa Lei, violência doméstica e familiar contra a mulher, consiste em “qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, ou seja, é aquela baseada nas relações de poder com cunho doméstico e familiar, dentro e/ou fora de casa, entre pessoas próximas e/ou com laços consanguíneos. Resumidamente, a definição legal de violência doméstica e familiar compreende qualquer ofensa à integridade física, sexual, psicológica, patrimonial e moral da mulher (BRASIL, 2006).

Em que pese a extensão da proteção normativa, não se tem observado efeitos de sua concretização no seio social. Na segunda edição da pesquisa denominada “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou-se que 76,4% dos autores de violência são conhecidos das vítimas (FBSP, 2019, p. 07). É no ambiente doméstico e familiar que a violência se mostra mais opressora e degradante. Os números alarmantes de práticas violentas contra mulheres por membros da família, especialmente cônjuge e companheiros, são apenas um apêndice da violência de gênero ainda

presente na sociedade contemporânea. Desde que o feminicídio foi incluído como qualificadora do crime de homicídio, os registros só aumentam, de modo que passaram de 929 casos em 2016 para 1.326 no ano de 2019 (FBSP, 2019).

Partindo para o nosso recorte espacial específico, e ao analisarmos a vitimização feminina no município de Feira de Santana, os dados nos revelam que esta cidade baiana reproduz com fidelidade a realidade vivida em todo o Brasil: as mulheres são alvo dos mais diversos tipos de violência, com predominância daquela praticada no ambiente doméstico e familiar. Essa violência representa o segundo maior registro de ocorrências realizadas no CICOM de Feira de Santana, não superando apenas os registros de Perturbação do Sossego Público.

Para analisar os dados de violência praticada contra mulher, convém traçar algumas linhas sobre o recorte espacial delimitado. Nesse sentido, Feira de Santana é um município brasileiro do interior do estado da Bahia, localizado na Região Nordeste do país. A Princesa do Sertão, como também é conhecida, foi oficialmente fundada em 16 de julho de 1873, por meio da Lei Provincial nº 1.320 de 16 de junho do mesmo ano, mas suas origens remontam do século XVIII, período em que começou a ocorrer o povoamento em razão do local ser parada obrigatória no caminho utilizado para o transporte de gado.

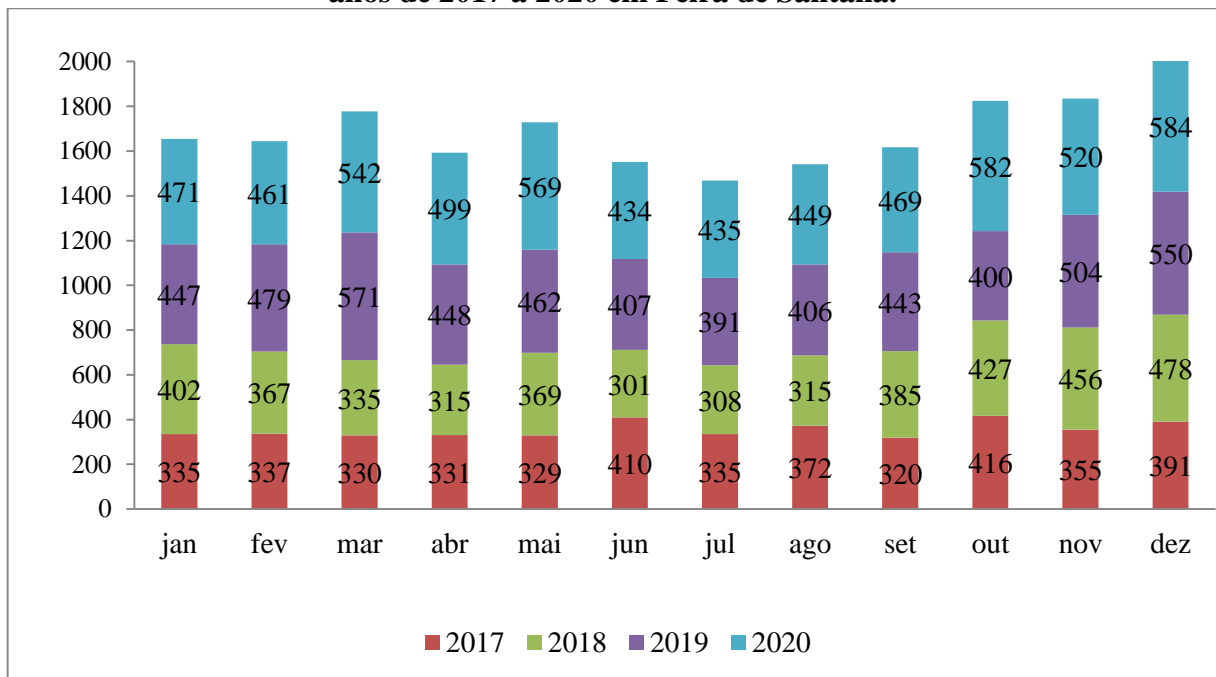
O município encontra-se no principal entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste brasileiro, o que favorece o grande fluxo de migrantes, comerciantes, transportadores, entre outras pessoas passando pela cidade, dos quais muitos estabelecem família localmente. Essa posição privilegiada favoreceu ainda um diversificado e importante setor de comércio e serviços, além de indústrias de transformação, alimentícias, química, materiais elétricos, materiais de transporte, na produção de biodiesel, mecânica. A economia feirense cresceu progressivamente a partir da década de 1970, desenvolvendo um importante centro industrial, econômico, logístico até alcançar o *status* de uma das principais cidades do interior do Brasil. Atualmente, o município exerce considerável influência sobre várias outros municípios da Bahia, porque constitui o principal centro urbano, político, educacional, tecnológico, econômico, imobiliário, industrial, financeiro, administrativo, cultural e comercial do interior do Estado e um dos principais do Nordeste.

No tocante à população, Feira de Santana é considerada a segunda cidade mais populosa do Estado e a primeira do interior nordestino em população, superando oito capitais estaduais. Com uma população eminentemente urbana, no último censo demográfico (IBGE, 2010), Feira

de Santana apresentou uma população de 556.642 pessoas, com uma densidade demográfica de 416,03 hab/km². Atualmente, estima-se que o município possui 624.107 pessoas.

As características aqui apresentadas constituem grande desafio na implementação de políticas públicas de proteção as mulheres, especialmente, pela extensão territorial do município e pela sua diversidade socioeconômica. De acordo com os dados da Polícia Militar, foram registradas 4261 ligações envolvendo notícia de violência contra a mulher em Feira de Santana no ano de 2017 e 4458 no ano posterior, já em 2019 foram registradas 5508, enquanto que em 2020 houve 6015 ligações, como se verifica dos gráficos 01, 02, 03 e 04. É importante que se destaque que nem todas essas notícias de violência informadas através do CICOM são confirmadas como correspondente registro de boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil. Os gráficos abaixo apresentam o número desses registros distribuídos por mês e por ano, no período de 2017 a 2020.

Gráfico 01: Ocorrências de violência contra mulher registradas pela PMBA por mês nos anos de 2017 a 2020 em Feira de Santana.



Fonte: PMBA

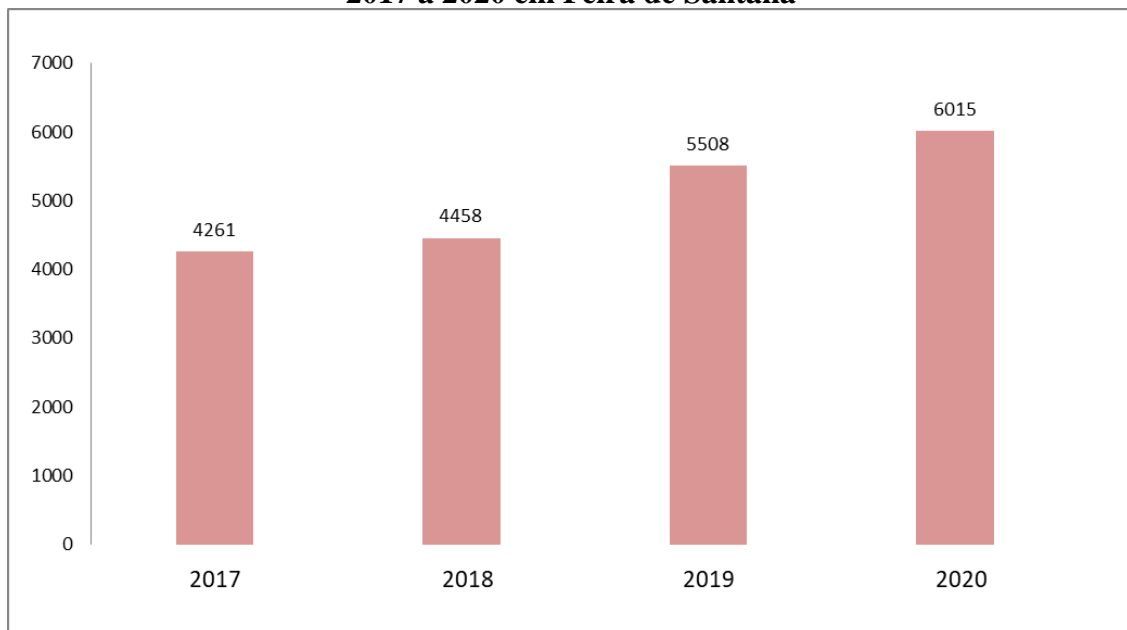
Gráfico: elaboração própria

Estes números se referem especificamente aos registros realizados pela Polícia Militar relativos aos crimes de ameaça e agressão praticados contra a mulher, no entanto não se restringem a fatos praticados no contexto doméstico ou familiar. Da análise dos dados,

verifiquei que os finais de semana (sábados e domingos) e feriados concentram a maior quantidade de ocorrências violentas em face das mulheres, sobretudo no período noturno.

Ao observar o gráfico 1, é possível verificar que, em 2018, o número de ligações para o CICOM começaram a aumentar, quando comparado com o ano de 2017, atingindo números bem altos nos últimos meses do ano.

Gráfico 02: Ocorrências de violência contra mulher registradas pela PMBA por ano de 2017 a 2020 em Feira de Santana



Fonte: PMBA

Gráfico: elaboração própria

O gráfico 2 aponta um aumento progressivo de registros de ligações de ocorrências com o passar dos anos, mostrando que 2019, houve um significativo aumento, em relação aos anos anteriores. Nesse mesmo ano, o CICOM ultrapassou 5 centenas de registros, alcançando 571 ligações no mês de março, no qual é comemorado o Dia Internacional da Mulher.

Infere-se da análise comparada, que houve crescimento do número de casos registrados em 2020 em relação ao ano anterior. Igualmente ao ano de 2019, ocorreu o aumento dos casos violentos no mês de março. Especialmente em março de 2020, mês em que se iniciaram as medidas restritivas em razão da pandemia do Coronavírus, houve grande aumento dos registros de violência no CICOM da Polícia Militar, alcançando um total de 542 ocorrências, superando os meses de novembro e dezembro que, em anos anteriores, se destacavam como os mais violentos.

Observou-se também que os crimes são praticados de forma difusa, em diversos bairros desta cidade, mas com maior registro nos bairros periféricos nos quais se concentram a população mais pobre. A partir da análise comparada dos gráficos, foi possível observar que, apesar da implementação da Ronda em 2016, não houve redução de registros de ligações nos anos seguintes, mas crescimento significativo dos registros, as vítimas passaram a noticiar as violências sofridas, solicitando proteção à Polícia Militar. Não foi possível analisar os dados de 2016, porque o CICOM não possui os registros de ligação desse ano.

Em Feira de Santana, a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é composta pelos seguintes órgãos: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, Casa Abrigo Sapho, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Centro de Referência da Mulher (CRM) Maria Quitéria e a Ronda Maria da Penha. Por intermédio do diálogo estabelecido entre esses órgãos, busca-se a efetivação das políticas de enfrentamento da violência e proteção à mulher. Nesse contexto, nos casos em que são concedidas as medidas protetivas, a Vara de Violência Doméstica encaminha cópia da decisão para a Ronda para fins de fiscalização de seu cumprimento. Por outro lado, sempre que os integrantes da Ronda tomam ciência do descumprimento das medidas levam a notícia e, eventualmente, o agressor para a DEAM. Outra hipótese de diálogo entre essas instituições se dá quando do encaminhamento de vítimas pela Ronda ou pela DEAM para a Casa Abrigo ou para o CRM, onde recebem adequado às necessidades da vítima.

2.5 O INSTRUMENTO RONDA MARIA DA PENHA EM FEIRA DE SANTANA

A Polícia Militar da Bahia (PMBA), órgão integrante da Administração Pública e vinculado à estrutura da Secretaria de Segurança Pública, é responsável pela execução de rondas ostensivas e protetivas especializadas, as quais foram denominadas de Operação Ronda Maria da Penha (ORPM). Embora a própria nomenclatura sinalize, é importante explicar que a ORPM não é uma subdivisão orgânica da PMBA, como por exemplo uma companhia ou pelotão, mas se trata de uma atividade realizada por esta instituição.

Por ter sido instituída através de Termo de Cooperação, a ORPM não tem as mesmas garantias de continuidade que outras políticas públicas e seus instrumentos. Uma consequência disto é a própria “localização” deste instrumento não ser no âmbito da PMBA, ou seja, a

subdivisão da Polícia Militar, em seus mais diversos setores, decorre de ato normativo que cria as unidades e estabelece suas atribuições. Por outro lado, a ORPM foi instituída, como já dito, e através do documento de instituição, foi previsto seus objetivos.

A ORMP foi idealizada a partir da Patrulha Maria da Penha no Rio Grande do Sul. Major Denice Santiago, integrante do quadro de oficiais da PMBA, conseguiu trazer esse projeto para Bahia, implantando a Operação em 8 de março de 2015 na cidade de Salvador, mediante Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Políticas para Mulheres, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar da Bahia, a Polícia Civil da Bahia, Departamento de Polícia Técnica, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia e a Defensoria Pública do Estado da Bahia. A cooperação mútua entre os órgãos foi estabelecida com o objetivo de formar uma rede de enfrentamento e prevenção da violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres. Esta Operação integra também a Secretaria de Políticas para Mulheres (BUENO e BRIGADÃO, 2017).

Em Feira de Santana, a segunda maior cidade da Bahia, a Operação, atualmente comandada pela Tenente Renata Martins, foi inaugurada em 2016, após o esforço conjunto do Comando de Policiamento Regional Leste, do Centro de Referência da Mulher, Ministério Público e a Vara da Justiça pela Paz em Casa, tendo em vista o número significativo de mulheres que, embora estivessem sob medida protetiva de urgência, sofriam violência. Dessa forma, a Ronda visa, sobretudo, proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, através de fiscalização do cumprimento das medidas protetivas deferidas pelos juízes e da realização de visitas periódicas, semanais ou mensais para acompanhar a situação das mulheres, mediante a adesão destas.

O efetivo da ORMP de Feira de Santana, no ano de 2021, era composto por 19 policiais militares. Destes(as), 12 policiais atuam nas atividades operacionais (compreendem a realização de visitas às assistidas), conforme dados descritos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Efetivo da Ronda Maria da Penha/Feira de Santana (2021)

ATIVIDADES	POLICIAIS	
	FEMININAS	MASCULINOS
ADMINISTRATIVA	5	2
OPERACIONAL	6	6
TOTAL	11	8

Fonte: PMBA

Os(as) 12 policiais que realizam as visitas às assistidas são distribuídos(as) em 04 equipes que sempre contam com a presença policial feminina. Cada equipe realiza, diariamente, o acompanhamento e fiscalização de cerca de 10 (dez) medidas protetivas, variando conforme a necessidade de cada assistida.

Assim, a Ronda Maria da Penha realiza ações relacionadas ao controle, por meio do acompanhamento das Medidas Protetivas de Urgência (MPU) junto à mulher em situação de violência, objetivando impedir a reincidência da agressão, e também a prevenção da violência doméstica ou familiar, através do desenvolvimento de projetos que promovam a conscientização acerca da equidade de gênero.

Através do policiamento especializado, as equipes, compostas por policiais militares que se submeteram a curso específico para lidar com a violência de gênero e as questões decorrentes dessa realidade, acompanham vítimas que estão sob tais medidas. Esse acompanhamento se dá mediante visitas periódicas às casas das assistidas, com o intuito de impedir a aproximação do agressor.

Além de realizar o combate à violência, a Ronda desenvolve atividades relacionadas à prevenção, como palestras direcionadas não apenas às vítimas, mas também aos agressores, visando a ressignificação cultural entre homens e mulheres na perspectiva de gênero. Em Feira de Santana, a ORMP realiza o projeto, em parceria com a Vara de Violência Doméstica e Familiar, chamado Ronda para Homens, que consiste na apresentação de palestras educativas para os agressores, com o objetivo de promover sensibilização quanto à violência e a questão de gênero.

Vale ressaltar as lições de Freire e Costa (2015) que sinalizaram a possibilidade de vislumbrar valores de responsabilidade social no campo da segurança, principalmente quando se associa a concepção de segurança a outros direitos fundamentais. Para as pesquisadoras, a responsabilidade social da polícia surgiu diante da necessidade das forças policiais atenderem os objetivos estabelecidos pela tutela quanto à implementação dos programas de policiamento de proximidade e de segurança comunitária.

Freire (2009) pontua a importância da Constituição de 1988 para a área de segurança, ao consolidar uma nova perspectiva conceitual: a Segurança Pública. Somado a isso, considera-se a ampliação dos direitos de cidadania ter repercutido no formato e no foco da segurança, visto que os indivíduos, enquanto sujeito de direito, ganham destaque como público-alvo das

políticas, diferentemente do que ocorria no modelo de Segurança Nacional, que buscava a proteção da soberania e dos interesses nacionais.

Dentro dessa perspectiva de responsabilidade social, é importante destacar a Ronda se aproxima da concepção de Segurança Cidadã abordado por Freire (2009, p. 105 e 106). A pesquisadora explica que o conceito de Segurança Cidadã está associado à natureza multicausal da violência. Assim, reconhece a importância da atuação voltada para a perspectiva do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Partindo desse pressuposto, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo que a violência, por ser um problema complexo, reclama e a heterogeneidade de suas manifestações.

Por outro lado, convém levar em consideração o fator atendimento policial, identificando de que modo o atendimento realizado pela Polícia Militar pode interferir no processo de implementação do instrumento ORMP, sobretudo por se tratar de uma instituição estruturada nos valores da disciplina e hierarquia, composta, em sua maioria, por homens que realizam policiamento ostensivo. Nesse contexto, o atendimento policial pode imprimir valores estruturados na desigualdade de gênero, principalmente se reconhecermos que o profissional constrói suas ações com base no ambiente de trabalho e no espaço social em que vive.

O fato de esse instrumento ser executado por instituição policial militar pode gerar constrangimento e dificuldade de aceitação por vítimas que interpretem a visita realizada por policial fardado como um elemento estigmatizador. Para Goffman (2019, p. 11 e 12), a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. O sociólogo explica que um estigma é, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda nossa sociedade levam ao descrédito.

À vista disso, a presença de uma viatura da polícia militar da ORMP, tende a causar uma certa animosidade nas pessoas, porque a ideia de polícia está necessariamente atrelada à repressão a violência, criminalidade e outras mazelas sociais. Esse elemento estigmatizador pode colocar a mulher em uma situação de maior vulnerabilidade, ou seja, revitimizá-la em pelo menos dois aspectos. No primeiro momento, pode causar-lhe constrangimento porque a simples presença de uma viatura policial na sua residência pode consistir em exposição de sua

intimidade e vida privada. Em outro aspecto, nos bairros dominados por grupos criminosos, a presença policial pode ocasionar riscos à segurança da vítima.

Em face das questões colocadas em análise, é possível observar que a compreensão da violência contra mulher no contexto doméstico e familiar perpassa pela compreensão da temática que envolve a desigualdade de gênero, mas exige uma abordagem multidisciplinar, sobretudo por necessitar enfrentar estruturas sociais construídas e reproduzidas como verdades e que criam hierarquias e negam direitos com base no gênero. Nesse sentido, as políticas de segurança pública de enfrentamento da violência contra as mulheres requerem um olhar multifocal, buscando o desenvolvimento de políticas públicas de educação, fomento ao trabalho, inclusive com ações afirmativas que busquem inserir a mulher em todos os setores públicos e privados, em igualdade de condições com os homens ocupantes dos mesmos postos. Este olhar para o problema não se limita ao ato violento que resulta em agressão física ou psicológica, tem como primeiro objetivo a redução da desigualdade de gênero, mas não deve ser dissociado de ações e instrumentos que coíbam ações criminosas, tanto com instrumentos repressivos quanto preventivos.

3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ação estatal, ao longo dos anos, foi analisada pelos mais diversos ramos de conhecimento, perpassando pelas áreas das ciências políticas, jurídica, antropológica, filosófica, econômica e sociológica. O caráter interdisciplinar, resultante da complexa relação entre Estado e sociedade, propiciou interpretar a ação pública através de variadas vertentes. Todas essas áreas de conhecimento contribuem para a análise das políticas públicas, contribuindo, conforme Lascoumes e Le Galés (2012b), para a compreensão das mudanças de todas as sociedades contemporâneas e de sua regulação, razão pela qual é considerada um dos grandes paradigmas das ciências sociais.

Tradicionalmente, as políticas públicas são compreendidas como as respostas do Estado às demandas sociais, embora esse conceito não seja suficiente para explicar o processo de constituição do campo de análise políticas. Isso se deve, conforme afirmam Hassenteufel e Oliveira (2021), a intensa influência que a academia anglo-saxã exerceu sobre esse processo no Brasil. Os teóricos sinalizam que o campo de estudos que acompanha essa tradição, em muitos casos, tendem a explicar as políticas públicas com base em modelos lineares, racionais e estilizados.

Contudo, a compreensão do processo de construção das políticas não é tarefa simples, não se restringe apenas ao estudo das diretrizes estabelecidas nos altos escalões governamentais. Mas exige uma análise mais aprofundada que engloba seus agentes, elementos, fatores e estruturas que também são responsáveis pela construção das políticas. Isso porque a sua constituição apresenta não só a figura do Estado na solução dos problemas públicos, mas também a presença dos diferentes grupos existentes na sociedade.

Assim, neste capítulo, tratarei sobre a implementação de ações públicas, abordando os aspectos teóricos desse processo. Em seguida, analisarei o elemento crucial da implementação, o burocrata de nível de rua, e apresentando como exemplo típico policial militar e questões importantes que envolvem sua atuação.

3.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Como já dito, a concepção de políticas públicas está relacionada a um movimento social e político, que envolve atores, ideias e projetos, tendo em vista a buscar resoluções das questões

postas em evidência. Essa concepção rompe com a perspectiva estadocêntrica e revela um modo de agir multiatorial no qual o Estado figura como um dos atores importantes, mas não o único, porque ele precisa interagir com outros atores tendo em vista a complexidade dos problemas públicos e a necessidade de reconfigurar as relações de poder.

Nesse sentido, Lascombes e Le Gales (2012a) argumentam que a reestruturação do Estado contemporâneo culminou na mitigação da vertente estadocêntrica das políticas públicas, privilegiando uma perspectiva cunhada de sociologia política da ação pública. A ótica da ação pública estabelece a devida importância à dimensão política e, da mesma forma, interroga-se sobre a reconfiguração do Estado, sobretudo quando se lava em consideração a grande diversidade de atores e formas de mobilização.

Essa abordagem propicia observar as múltiplas dinâmicas e interações que envolvem os atores e os componentes da política pública. Isso inclui as interações com os agentes encarregados de prover serviços públicos, conceder benefícios, fornecer documentos, garantir os direitos fundamentais, como o da segurança pública, por exemplo. Assim, os profissionais que interagem diretamente com o público beneficiário das políticas públicas, os burocratas de nível de rua, figuram também como atores destacados na constituição de políticas públicas.

Os atores responsáveis por entregar as políticas exercem relevante influência no processo de implementação de políticas públicas. A implementação diz respeito ao processo de concretização das políticas, de colocar em prática os planos e programas desenvolvidos, ou seja, compreende o momento em que as políticas públicas são materializadas. Nesse processo, os instrumentos da ação estatal e a atuação dos burocratas são essenciais para que os planos e projetos formulados se concretizem. A par disso, os estudos sobre implementação de políticas públicas prestigiam as interações, processos e atos ordinários que constituem a ação pública, uma vez que a implementação representa um processo de conformação das decisões governamentais ao campo de aplicação, nas rotinas dos agentes implementadores da política.

Os estudos sobre implementação de políticas percorreram por algumas gerações sistematizadas na literatura, destacando-se duas abordagens. Uma delas se interessa pelo processo de formulação (decisão) de políticas públicas e pelos meios e estratégias para sua concretização. A segunda evidencia elementos do contexto de ação, focando nos agentes, suas práticas e nos efeitos decorrentes da discricionariedade, porque a implementação é concebida como um processo de interação entre atores.

A primeira geração foi marcada pela análise dos processos de tomada de decisão, buscando compreender o que ocorria quando as políticas eram postas em prática que alterava os resultados já definidos. Isso porque, nesses estudos, existia uma preocupação fundamentada no ideal democrático, vez que o funcionamento do Estado se dava a partir de decisões tomadas por políticos eleitos de forma democrática. Desse modo, os atores que não foram eleitos não poderiam tomar decisões na implementação que desvirtuassem os objetivos previamente definidos para não comprometer a própria democracia. A implementação era vislumbrada como um processo hierárquico que vinha de cima para baixo, por isso é conhecida como análise *top down* da implementação. Ao propor uma análise de cima para baixo, essa vertente sustenta que as instituições moldam os comportamentos a partir dos objetivos e metas estabelecidas (LOTTA, 2019).

O modelo *top down* fundamentava-se numa lógica prescritiva e normativa, enfocando o controle e a hierarquia, à vista disso, não é considerado a discricionariedade nas ações dos atores burocráticos. As análises dessa vertente buscavam identificar os erros para poder corrigi-los e conformar a implementação com a decisão considerada legítima (tomada pelos atores eleitos democraticamente). Pressman e Wildavsky (1973), pioneiros nos estudos da primeira geração, compreendem a implementação como um processo de interação entre os objetivos e ações desenvolvidas para alcança-los. Os autores sustentavam que a implementação deveria estar atrelada aos objetivos da política e os planos serem colocados em prática exatamente como foram definidos e programados pelos seus formuladores.

Partindo do pressuposto de que a implementação é uma consequência, a sua explicação está justamente no processo que lhe deu origem. Com isso, o processo de formulação passa a ser o centro das análises, bem como as normas que estruturam a política pública e suas lacunas, estas, por sua vez, são as mudanças que ocorrem na política durante sua execução e são encaradas como problemas, cuja a responsabilidade é dos formuladores. Nesse sentido, a discricionariedade deve ser limitada e controlada com base nas normas que estruturam a implementação. Essas normas devem ser claras e compreensíveis, visto que o sucesso ou o fracasso da implementação são sempre julgados com base no grau de alcance dos objetivos que foram previamente definidos (D'ASCENZI; LIMA, 2013).

Contrapondo a perspectiva *top down*, desenvolve-se a segunda geração de estudos, denominada *bottom up*. Essa vertente preocupa-se em compreender as políticas a partir da prática e da participação dos atores, observando como são reconstruídas de baixo para cima,

pressupondo que a implementação modifica as políticas originais e que não constitui um processo estanque. Para perspectiva *bottom up*, as políticas públicas são flexíveis e compostas por múltiplos processos que exigem tomada de decisão e aptidão para se adaptar aos diversas contingências e alterações que levam aos diferentes resultados possíveis (LOTTA, 2019).

Nesse sentido, a implementação é compreendida como um processo de interações e negociações, mediante o qual a política é reformulada e se relaciona ao contexto, aos agentes e às burocracias implementadoras. Em vez de observar a implementação somente como fase de execução da política, passa-se a analisar o que de fato ocorre. Desse modo, a abordagem *bottom up* privilegia o debate sobre quem está influenciando o quê, como e por que se chegou ao resultado, como os funcionários implementam a política na prática, evidenciando como a implementação é desenhada pelos atores não considerados na perspectiva *top down*.

O surgimento dos estudos da burocracia de nível está atrelado à preocupação acadêmica e política sobre o processo de implementação de políticas públicas na década de 1970 nos Estados Unidos, diante do contexto de criação de ambiciosos programas federais voltados para a resolução de problemas urbanos e sociais nos anos de 1960 e 1970. Se, por um lado, esses programas foram desenvolvidos em nível federal, por outro, sua implementação se dava a partir do nível local, contando com o envolvimento de um número bem maior de atores. Como resultado, havia uma enorme discrepância entre a política elaborada no papel e a política implementada na prática – o que rendia à implementação uma interpretação problemática (CAVALCANTI, LOTTA e PIRES, 2018).

Desse modo, a perspectiva de “baixo para cima” foi alavancada pelas pesquisas de estudos organizacionais e de Sociologia, desenvolvidas a partir da década de 1980, que enfatizavam os papéis desempenhados pelas burocracias e agentes implementadores, suas crenças, comportamentos e práticas cotidianas. Esses agentes denominados burocratas de nível de rua foram minuciosamente analisados por Lipsky, em *Street-Level-Bureaucracy* (1980), que trouxe para debate a burocracia de nível de rua, agências nas quais os funcionários interagem diretamente com os cidadãos. O teórico atentou-se para a discricionariedade nas decisões e ações dos burocratas de nível de rua, destacando a importância desses agentes como uma categoria capaz de influenciar o processo de produção de políticas públicas. Voltaremos a essa análise mais detalhadamente na próxima seção.

Lotta, Pires e Oliveira (2018, p. 228), ao realizarem uma retrospectiva da literatura sobre burocracias de nível de rua das décadas 1960, 1970 e 1980, afirmaram que os estudos

concluíram que para conhecer, de forma mais aprofundada, o funcionamento de uma burocracia pública, seria necessário também contemplar:

- I - decisões, práticas e comportamentos nem sempre prescritos ou autorizados pela lei;
- II - ações baseadas em respostas a situações específicas, em vez de concepções genéricas dos objetivos e trabalhos a serem desenvolvidos;
- III - interpenetração de fatores culturais, organizacionais e associados à estrutura social;
- IV - variações entre diferentes organizações, assim como entre agentes de uma mesma organização.

Nesse contexto, a vertente *bottom up* chama atenção para os agentes implementadores, agregando uma dimensão criativa à implementação e rompendo com a ideia restrita de mero processo de operacionalização técnica, como pressupõe a perspectiva *top down*. Como bem argumenta Lotta (2019), as pesquisas voltadas para os burocratas de nível de rua revelam e reforçam a ideia de que a implementação é complexa, e nela acontecem diversos processos de decisão.

Ao analisar as abordagens *top down* e *bottom up*, D'Ascenzi e Lima (2013) argumentam que elas encontram seus limites na supervalorização da importância das normas e da discricionariedade dos agentes. Ao centrar na estrutura normativa, desconsidera a influência dos implementadores. Em contrapartida, a autonomia atribuída aos implementadores para determinar o desenho da política desconsidera a influência exercida pelas variáveis normativas na implementação. Contudo, ambos os modelos trabalham com as condições materiais do processo de implementação, sem considerar como variável relevante os aspectos culturais que são mediadores, por vezes necessários, ao entendimento da trajetória da política e do resultado alcançado.

Propõem-se, assim, uma ideia mais fluída da implementação, definida como um processo resultante da interação entre o que foi planejado e os elementos dos contextos locais de ação. Desse modo, é possível integrar os fatores principais de ambas as abordagens, agregando variáveis cognitivas, como ideias, crenças e visões de mundo dos atores. Isso é possível “porque a interpretação da estrutura normativa de uma política pública é influenciada pelas concepções de mundo dos atores que irão executá-la e de suas condições materiais. Desse amálgama nasce a ação, a política pública de fato” (*ibdi*, p. 105).

Convém frisar que a tendência dessa abordagem que valoriza percepção de mundo, crença e valores dos indivíduos se alinha muito mais ao modelo *bottom up*, vez que, ao agregar

novos atores e descentralizar a ação do Estado, forma-se um processo de interferência na realidade social que não existiria se realizado de “cima para baixo”. Em contrapartida, não desconsideramos a influência que as Instituições, sua estrutura normativa e de controle exercem sobre os seus membros, em sentido contrário, esses membros também mudam as estruturas institucionais. Aqui, citamos como exemplo a Polícia Militar, cercada por normas rígidas que doutrina os seus policiais. Certamente, essa estrutura institucional repercute na atuação dos policiais. Outro modo, esses agentes carregados de valores percepções de mundo podem moldar as instituições, a partir dos serviços que eles entregam.

Essas questões evidenciam que a implementação está longe de ser um processo simples, limitado a mera operacionalização técnica da política. A vista disso, os estudos sobre implementação lançaram mão de alguns pressupostos, o primeiro deles trouxe a ideia de que formulação e implementação não constituem fases distintas, mas processos decisórios, contínuos que atravessam diferentes atores. Sendo assim, as políticas públicas são formadas por diversos processos decisórios complexos, baseados em diferentes formas de coordenação de atores (segundo). Isso pressupõe que a implementação é bastante interativa, porque vários atores estão envolvidos nesse processo para a concretização das políticas, interagindo conforme suas perspectivas e valores (terceiro). Desse modo, é possível pressupor ainda que a implementação sofre a intervenção e influência de diversos fatores, quais sejam, forma do estado, crenças e valores sociais, cultura nacional, organizacionais e fatores relacionados aos indivíduos que atuam nas políticas (LOTTA, 2019).

Ao compreender a implementação como um processo de interação entre atores, é possível vislumbrar o valor interpretativo do contexto dentro do qual estabelecem as interações entre os atores públicos e os usuários dos serviços públicos. Nesse sentido, surgiram na França, na década de 1990, estudos voltados a compreender o “Estado em ação” a partir dos guichês dos serviços públicos, nomeados de Sociologia do Guichê (*sociologie du guichet*) (DUBOIS, 1990). Nos guichês, as situações sociais se concretizam, pois, neles, as interações entre agentes públicos e cidadãos representam a materialização das relações com a administração pública (PIRES, 2016). Analisa-se os guichês dos serviços públicos, nas diversas áreas, como assistência e seguridade sociais, habitação, imigração, segurança pública, serviços postais, financeiros e cartoriais. Vicent Dubois (1990) propõe uma reflexão acerca da influência que as relações de classe exercem nas interações no guichê, que acarretam efeitos sociais sobre os usuários dos serviços, como violência simbólica, institucional e a reprodução de desigualdades.

A partir do guichê, os indivíduos alcançam as autoridades e ação públicas, no sentido de impor limites ou restrições, bem como de atender as demandas sociais. Desse modo, o guichê reflete a relação do estado e das instituições públicas com os indivíduos, destinatários da ação pública, paralelamente, organiza e contribui para a conformação dos comportamentos que o constituem. Nesse contexto, a atenção às relações de guichê pode trazer relevantes análises das formas de governo a elas associados, das relações do Estado e das instituições públicas com os cidadãos (DUBOIS, 2019).

Através do guichê, as pessoas alcançam as autoridades e a ação pública quando são impostos limites ou restrições, bem como quando atendidas as demandas da sociedade. Nesse sentido, o guichê constitui, para a administração pública, um meio para a concretização dos propósitos políticos, enquanto que, para os cidadãos, reflete a personificação do Estado.

Nessas linhas, os estudos voltados para as relações de guichê pode trazer relevantes análises da ação pública e dos agentes responsáveis por entregar a política pública, pois valoriza as interações entre burocratas e usuários de serviços, agregando o valor interpretativo e o potencial explicativo das interações para a adequação cotidiana das políticas públicas, para as transformações nas relações Estado-sociedade e para as formas como esses encontros são experimentadas pelos atores.

Desse modo, a definição de guichê não está limitada ao ponto de contato necessário entre as políticas e o público por elas alcançados (as políticas no guichê). “O guichê constitui também o lugar em que repousa o modo de operação de uma intervenção pública que tem o objetivo de regular essas populações (as políticas do guichê)” (DUBOIS, 2019, p. 120).

Nesse contexto da dinâmica de implementação de políticas públicas, opera os burocratas de nível de rua, agentes responsáveis por implementar as políticas. Essa categoria será melhor analisada no tópico a seguir.

3.2 AGENTES IMPLEMENTADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ampliar as formas de análise de políticas públicas implica em inserir uma peça muito importante no processo de implementação, os atores responsáveis por entregar o serviço e as políticas para a sociedade. O olhar para esses profissionais constitui um eixo analítico relevante, sobretudo porque possibilita alcançar um nível maior de compreensão da ação pública,

principalmente quando consideramos que é a partir do burocrata de nível de rua que o público experimenta a política.

Como dito, a categoria, burocrata de nível de rua, foi amplamente analisada por Lipsky em *Street-Level-bureaucracy* ([1980] 2019). O autor estudou sobre a influência desses profissionais que interagem diretamente com os usuários no processo de implementação de políticas públicas, a exemplo de professores, policiais, juízes, assistentes sociais, trabalhadores de saúde entre outros, destacando a importância desses profissionais para o processo de construção de políticas públicas, tendo em vista que as decisões tomadas, as rotinas estabelecidas e os mecanismos dos quais esses funcionários se apropriam para enfrentar os problemas do trabalho, constituem efetivamente as políticas públicas.

É com a atuação dos burocratas de nível de rua que os cidadãos experimentam as políticas públicas formuladas em outros níveis de poder. Assim, o Estado põe em prática as diretivas formuladas para atender as demandas sociais através desses profissionais, que são responsáveis em ofertar direitos, benefícios aos cidadãos, possibilitando o acesso da população à máquina pública. A distribuição de serviços ofertados por políticas públicas ocorre mediante um processo complexo de interação entre burocratas e cidadãos, no qual esses funcionários precisam tomar decisões, escolher instrumentos e até mesmo traçar estratégias que julguem adequados à execução do trabalho.

Os burocratas de nível de rua exercem significativa influência na vida dos cidadãos, porque eles podem organizar, estruturar e definir a vida das pessoas a partir do modo pelo qual proporcionam benefícios e sanções. Esses agentes possuem relevante poder e influência nas organizações. Isso porque as instituições podem ser dependentes de seus agentes de nível de rua, na medida em que seus membros, por lidar diretamente com as demandas sociais, adquirem, armazenam e controlam informações sobre pessoas e mecanismos que são importantes para o funcionamento das instituições. Assim, o poder discricionário e a influência não estão associados necessariamente a suas posições formais, mas a suas relações diretas com o público.

Nesse sentido, Lipsky (2019) sinaliza que os gestores estão interessados em alcançar resultados consistentes com os objetivos da organização, enquanto que os burocratas de nível de rua estão interessados em executar seu trabalho de acordo com suas próprias preferências e realizar apenas as políticas organizacionais que sejam de fato importantes, apoiadas por sanções significativas. A divergência de interesses constitui um paradoxo na medida que os

trabalhadores de baixo escalão desenvolvem mecanismos de enfrentamento à pressão que são necessários para sua sobrevivência, mesmo que sejam contrárias à política pública organizacional.

Há duas razões principais que colocam os burocratas de nível de rua no centro das discussões políticas sobre serviços públicos. A primeira diz respeito ao debate sobre as principais questões do serviço envolverem necessariamente a discussão sobre o escopo e a função exercida pelos atores na implementação das políticas. A segunda refere-se ao considerável impacto que os burocratas de nível de rua causa na vidas das pessoas

O impacto gerado pela atuação desses profissionais delimita o contexto social das pessoas e pode se dá por diversos tipos, especialmente por fomentar possíveis expectativas sobre os serviços públicos, inserindo o cidadão na comunidade política; por determinar a escolha do cidadão que irá receber benefícios e sanções governamentais; por controlar o tratamento e serviço direcionados ao cidadão (LIPSKY, [1980] 2019).

Cabe ao burocrata de nível de rua no processo de implementação da política, classificar e estabelecer categorias para os usuários. O processo de categorização não se fundamenta apenas em preceitos formas da política, mas sobretudo em categorias sociais. Outra tarefa é proporcionar benefícios e sanções que afetem o bem-estar dos cidadãos. Uma terceira atividade diz respeito à estruturação de contextos de interação, pois o burocrata de rua determina quando, a frequência e quais circunstância a ação ocorrerá. A última tarefa é disciplinar os usuários quanto a forma de se comportar, aos procedimentos, às penalidades (LIPSKY, [1980] 2019).

A influência dos burocratas de nível de rua na estruturação do processo de interação ocorre em diversos momentos da atuação desses profissionais, a exemplo da escolha de prioridades de atendimento em emergência. No caso desta pesquisa, refere-se ao tratamento dispensado às mulheres vítimas de violência doméstica, da definição de situação suspeita que justifique a abordagem policial, da determinação de maior ou menor grau de vulnerabilidade de famílias assistidas por políticas sociais, da definição de situação de risco de crianças e adolescentes, entre outras situações.

Sob outra perspectiva, percebe-se que as decisões dos agentes implementadores interferem no contexto social ao qual as pessoas pertencem à medida que o tratamento dispensado ao usuário de serviços públicos e a denominação que lhe é atribuída afeta a forma como as pessoas enxergam o indivíduo e também a forma como ele se vê.

No Brasil, recentemente, entrou em vigor a Lei nº 14.321/2022 que torna crime a violência institucional, caracterizada por submeter vítimas ou testemunhas de crimes a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos que a levem a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência. Essa Lei foi criada com o objetivo de evitar que agentes públicos, como policiais ou promotores de justiça, constringam desnecessariamente vítimas e testemunhas, gerando sofrimento ou estigmatização. O projeto que deu origem a Lei foi uma reação a um caso de estupro em que a vítima foi ridicularizada pelos advogados, durante a audiência.

Nas situações de violência contra a mulher, o tratamento dispensado pelos agentes às vítimas pode afetar os relacionamentos dos outros para com ela e afetar também a sua auto percepção. O tratamento dispensado à mulher, vítima de violência, pode desencadear na revitimização, que, por exemplo, ocorre quando o agente público faz juízo de valor quanto ao comportamento da vítima, desacreditando-a.

A dinâmica da implementação, especialmente no processo de categorização, pode gerar alguns tipos de efeitos, dentre os quais, o denominado “efeito social da implementação”, consistente nos reflexos sobre a trajetória, a posição e a identificação social do indivíduo decorrentes de sua relação com o serviço ou política pública. Desse modo, as relações estabelecidas com instituições e agentes públicos tem desdobramentos de cunho material e simbólico. A dimensão material está relacionada as barreiras de acesso ou os critérios de seleção não previstos formalmente, que normalmente operam nos segmentos sociais mais vulneráveis. A dimensão simbólica diz respeito as transformações de situações e identidades sociais, resultantes da atribuição de *status* aos usuários, e, conseqüentemente, da produção e reprodução de estigmas (PIRES, 2017).

Todas essas tarefas dos burocratas que constituem a dinâmica da implementação fundamentam-se na discricionariedade. Assim, a análise das decisões tomadas pelos burocratas de nível de rua quando entregam serviços aos cidadãos passa também pela análise do exercício da discricionariedade, principalmente, ao considerar que esta categoria de profissionais estabelece contornos diferentes dos originalmente concebidos às políticas públicas em razão da liberdade que possuem no processo da implementação.

Considerando os aspectos levantados até aqui, Lipsky ([1980] 2019) afirma que os burocratas de nível de rua produzem política na medida em que exercem discricionariedade nas decisões relacionadas aos cidadãos e na medida em que essas decisões individuais, tomadas em

conjunto e somadas, tornam-se o comportamento da organização. Muitos agentes de nível de rua têm uma considerável discricionariedade para determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios e sanções distribuídos por suas organizações.

É importante destacar que a literatura tem sinalizado que vários elementos influenciam o comportamento dos grupos ou dos indivíduos e também com eles exercem a discricionariedade. Aponta fatores relacionados ao sistema, quais sejam, modelo de estado, democracia, cultura nacional, etc.; fatores ligados às organizações, como as normas, graus de controle, sanções, programas de formação; e fatores individuais que dizem respeito ao gênero, à raça e classe social, além da trajetória pessoal e social (LOTTA, 2019).

Partindo desse pressuposto, é possível inferir, do ponto de vista sociológico, que não existe burocratas dotados de impessoalidade no exercício de suas funções, que cumprem fielmente as normas estabelecidas, tampouco usuários que possam ser tratados de forma padronizada, porque eles são indivíduos sociais dotados de trajetórias e personalidades. Assim, a discricionariedade pode ser considerada como uma garantia de flexibilidade e adaptação à prática social ou como “um risco da arbitrariedade burocrática contrária à igualdade de tratamento dos usuários” (DUBOIS, 2019, p.114.)

Esse exercício da discricionariedade está relacionado à liberdade que burocratas de nível de rua têm para determinar de qual maneira será prestado o serviço, como será o tratamento dispensado aos usuários, quem terá prioridade no atendimento, de qual forma serão ofertados os benefícios e aplicadas as sanções. A discricionariedade é facilmente perceptível, por exemplo, em uma abordagem policial e até mesmo nos atendimentos de ocorrência, embora existam regras que direcionem a atuação policial, esses agentes têm certa liberdade de escolha quanto à pessoa a ser abordada, à forma de tratamento adotada, às estratégias pessoais utilizadas

Embora os agentes de rua atuem de forma discricionária, não se pode negar que os moldes estabelecidos pelas elites políticas, gestores administrativos e políticos constituem principais dimensões da política pública no nível de rua e contribuem para um certo grau de padronização que há em políticas públicas de diferentes lugares, bem como entre programas locais (LIPSKY, [1980] 2019). Desse modo, a liberdade de escolha dos agentes de rua não significa que a atuação desses profissionais não deva ser orientada nas regras, regulamentos das instituições, mesmo porque as principais dimensões das políticas públicas são formatadas em níveis superiores, são as elites políticas que estabelecem níveis de benefícios, categorias de elegibilidade, natureza das normas, regulamentos e serviços.

Por outro lado, tanto as normas, quanto a estrutura administrativa que orientam e controlam as práticas, não são exclusivas para delinear a atuação dos indivíduos. Arretche *apud* Lotta (2010) afirma que a diversidade de contextos de implementação pode fazer com que uma mesma regulamentação produza resultados inteiramente diversos em realidades diferentes. Ou seja, as instituições impactam as práticas, mas as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos também impactam as instituições.

A discricionariedade torna-se uma característica importante da atuação dos burocratas de nível de rua, principalmente porque as normas, diretrizes e instruções são incapazes de abarcar todas as situações e alternativas possíveis diante da complexidade das funções exercidas por esses profissionais (LIPSKY, [1980] 2019). Os burocratas de nível de rua, muitas vezes, trabalham em situações muito complicadas que não podem ser reduzidas a formatos programáticos. A importância da discricionariedade, porque promove a autoestima dos trabalhadores e incentiva os cidadãos a acreditarem que os trabalhadores possuem a chave de acesso para seu bem-estar. Assim, a manutenção da discricionariedade contribui para a legitimidade de serviço público embora os burocratas de nível de rua de nenhuma forma estabeleçam os limites da intervenção do Estado.

Os policiais não podem levar com eles as instruções sobre como intervir junto aos cidadãos, especialmente em confrontos potencialmente perigosos. No caso da ORMP, vários fatores, inclusive de ordem valorativa, vão influenciar no seu processo de implementação.

No caso específico do Brasil, é possível observar a importância da discricionariedade na atuação dos burocratas de nível de rua em face das desigualdades e diversidades. Desse modo, a criação de uma política rígida pode tornar-se injusta e acentuar as desigualdades em determinadas circunstâncias que qualquer arcabouço normativo e a própria elite política seriam insuficientes para abarcar.

Sendo esta temática afeta as ciências sociais não se pode esperar definições fechadas, a dinâmica social requer a capacidade de adequação da atuação dos burocratas de rua diante da subjetividade de cada indivíduo que compõem nossa sociedade. Além de ser inevitável, a discricionariedade é exigida, muitas vezes, pelo próprio público, quando espera do profissional um comportamento adequado a sua realidade e compreensivo com as necessidades do indivíduo. O próprio Lipsky ([1980] 2019) reconhece que a busca pelo equilíbrio justo entre compaixão e flexibilidade, por um lado, e imparcialidade e aplicação rígida das regras, por outro, apresenta uma dialética na reforma do setor público.

Em contrapartida, é possível que a discricionariedade gere conflitos na relação com os cidadãos, principalmente porque as decisões tomadas pelos agentes são capazes de afetar diretamente a vida das pessoas. Esses profissionais, quando entregam a política pública, podem determinar quais indivíduos terão acesso ou não aos serviços públicos e a forma ou a gradação das ofertas.

Como bem argumenta Lotta (2019), a discricionariedade apresenta alguns dilemas normativos e gerenciais. O primeiro deles está relacionado à escolha entre regular e limitar ou aceitar e estimular a discricionariedade. O segundo envolve os efeitos positivos ou negativos do exercício da discricionariedade, gerados para os usuários e as políticas públicas, tendo em vista que seu exercício pode incluir ou excluir indivíduos. O último dilema diz respeito à análise da discricionariedade através de processos de regramento e normatização que, além de direcionar a implementação, auxiliem na materialização das políticas nas situações complexas e previsíveis. Nesse sentido, questionam-se os limites do bom direcionamento e controle e da capacidade de regramento para não engessar.

3.3 POLICIAIS MILITARES COMO BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA

Os(as) policiais militares constituem uma burocracia de nível da rua, por intermédio da qual os cidadãos experimentam as políticas relacionadas à segurança pública propostas pelos governantes. No contato com o cidadão, o(a) policial figura como burocrata de nível de rua, suas práticas constituem a política da instituição. Tais agentes estão todos os dias nas ruas, distante do olhar dos supervisores, lidando primordialmente com o público, no contato face a face, eles têm amplo poder discricionário.

A Polícia Militar é uma corporação hierarquicamente organizada e disciplinada, caracterizada por uma cultura interna rica em símbolos, insígnias e intensidade de visão corporativa. A corporação fundamenta-se na relação de poder estabelecida pelos valores fundamentais da instituição, a hierarquia e a disciplina, e orientam todo quadro de pessoal, informando que todos têm atribuições com base nos postos e graduações que ocupam.

Nesse contexto, a hierarquia é o princípio fundamental da divisão do trabalho dessa corporação, expressando-se em papéis, tarefas e *status* que estabelecem condutas e estruturam relações de comando-subordinação, reconhecida institucionalmente como o escalonamento vertical entre postos e graduações e que distingue um policial militar de outro em termos de

superioridade. A disciplina é o segundo princípio estruturante da corporação e está relacionada ao controle minucioso dos integrantes, exigindo a observância e o cumprimento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar e coordenam seu funcionamento, ou seja, é reconhecida como uma forma de enquadrar às exigências necessárias ao desempenho da função policial militar.

A missão contemporânea da Polícia Militar está delineada no artigo 144, capítulo III, da Constituição Federal, o qual informa que a segurança pública é exercida por esta, dentre outros órgãos, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. No mesmo artigo, ainda informa que as atribuições de polícia ostensiva e a manutenção da ordem pública também cabem a essa instituição pública.

Embora conste na CF que a atribuição da Polícia Militar seja primordialmente de policiamento ostensivo, essa não se restringe a esse tipo de policiamento, porque a PM desenvolve uma variedade de tarefas que se estendem desde a guarda de prédios públicos e a escolta de pessoas presas às atividades de ensino fundamental e médio, desenvolvidos nas escolas militares. Dentro desse leque, temos as atividades da Operação Ronda Maria da Penha que não está relacionada necessariamente a atribuição de policiamento ostensivo.

Cabe ainda, mais uma vez, destacar que a PM é uma instituição essencialmente masculina, grande parte de seu efetivo é composto por homens. O controle do efetivo feminino é realizado inicialmente pela disponibilidade de vagas nos concursos públicos para ingresso na carreira, havendo quantidade bem inferior de vagas para mulheres em comparação às vagas destinadas para os homens. A pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (2019) realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública abordou o perfil demográfico dos policiais militares, informando que, no Brasil, apenas 12% do efetivo da polícia militar é formado por mulheres. A mesma pesquisa mostrou que a PMBA apresenta um efetivo total de 31.783, de modo que as mulheres ocupam 4.848 cargos, enquanto que os homens ocupam 26.935. Assim, o efetivo policial militar de mulheres corresponde ao percentual de 15% em relação ao efetivo total. Apesar desse quantitativo desigual, a Bahia ainda está entre os estados que apresenta o maior número de policiais femininas, superando até a média nacional.

A cultura policial militar está associada aos valores institucionais e a sua missão, o que impõe uma condição diferenciada desse burocrata de nível de rua. Sem contar que a própria atividade policial militar impõe sacrifícios pessoais, como mitigação de direitos fundamentais, por isso que, por vezes, atividade é entendida como “sacerdócio”, um compromisso de honra,

que deve ser realizado integralmente, mesmo em detrimento pessoal, ou da própria vida. Isso exige considerável sacrifício e desapego, porque o reconhecimento de bom desempenho da atividade pode se dar em razão de ferimentos e até a morte em situação de combate. Certamente, o conjunto desses fatores que envolvem a natureza da atividade policial militar influenciam a forma de agir e, por consequência, a maneira como esses agentes são vistos ao desempenhar suas tarefas.

O serviço policial militar corresponde ao desempenho das funções inerentes ao cargo policial militar e ao exercício das atividades inerentes à missão institucional da Polícia Militar. A carreira policial militar inicia-se com o ingresso (oficial ou praça) e obedece à sequência de graus hierárquicos, exigindo o alinhamento com os valores institucionais, relacionados à organização: a dignidade do homem; a disciplina; a hierarquia; a credibilidade; a ética; a efetividade; a solidariedade; a capacitação profissional; a doutrina; a tradição; e relacionados ao profissional: a eficiência e a eficácia; o espírito profissional; a aparência pessoal; a autoestima; o profissionalismo; a bravura; a solidariedade; a dedicação (BAHIA, 2014).

Há diversos trabalhos empíricos sobre a força pública na academia brasileira, mas as discussões são, em maior número, normativas. Costuma-se debater acerca de que a polícia deveria ser, em detrimento de compreender como de fato elas são, suas características organizacionais, o cotidiano de seus agentes, como eles executam suas atividades e por que executam desse modo não de outro. Ao estudar a polícia como burocracia, é possível auxiliar na compreensão de suas atividades realizadas na prática, seus recursos reais, seus conflitos internos e os interesses privados de seus membros (OLIVEIRA, 2012).

Além da norma constitucional, culturalmente a polícia está associada à garantia de segurança nas democracias. Entretanto existe um paradoxo na prática, pois, paralelamente a garantia de direitos fundamentais, especialmente, o direito à liberdade, o trabalho da polícia também se dá com a restrição ou ameaça à liberdade, em outras palavras, o uso da força policial pode gerar também insegurança para os indivíduos. No caso da instituição policial, sua relação com o público consegue ser bastante conflituosa, em razão da natureza da atividade policial, dos recursos que seus agentes podem utilizar nas interações com o cidadão e, por vezes, da forma como o policial trata os cidadãos.

Oliveira (2012) explica que o caráter de força do estado faz com que a atividade policial por si só gere constrangimento. A polícia foi constituída como instrumento de resolução de conflitos, a fim de evitar a violência privada, mas a especialidade da corporação é justamente o

gerenciamento da força coercitiva que ela mesma busca impedir. Assim, seu instrumento de violência é apresentado de forma que se assimile com seu ideal de pacificação, isso é ilustrado ao firmar que o papel do policial é proteger o cidadão. Entretanto, proteger, no sentido de impedir a violência, implica, por vezes, agredir fisicamente, ou mesmo tirar a vida de outro cidadão.

Almeida, Souza e Gimenes (2018) pontuam que o ambiente organizacional é formado pela relação dos policiais com seus pares, com a hierarquia e as normas da instituição, e caracterizado pela presença de dois elementos marcantes, quais sejam, a exposição permanente à supervisão/punição e a ambiguidade própria do papel do policial. O primeiro elemento refere-se à dicotomia cumprimento da lei e a possível sanção disciplinar, no caso de violação. Ocorre que, nesse ambiente, o agente entende que o reconhecimento está muito mais associado ao comportamento processualmente irregular do que ao resultado de sua ação, mesmo que positiva. Já a ambiguidade está relacionada ao cumprimento de atividades outras que não se limitam ao combate ao crime, entretanto, não geram reconhecimento. Os autores ainda argumentam que, historicamente, a instituição policial costuma dar reconhecimento apenas as atividades que envolvem o enfrentamento de crime, residindo, nesse ponto, a ambiguidade, pois se espera do policial que realize as funções que não têm prestígio e reconhecimento.

Soma-se a essas questões, o fato de os policiais acionarem, no trabalho operacional de rua, mecanismos de defesa como a desconfiança e a exigência de estar sempre apto para qualquer situação com o público, vez que o policial é o profissional que vive constantemente preocupado em se antecipar às situações de risco. Esses mecanismos de defesa são uma forma de lidar com as situações incertas, o risco iminente, o que possibilita ao policial militar um certo grau de previsibilidade diante das diversas situações que possam surgir. Esse comportamento está associado à identificação de pessoas e situações, no sentido de selecionar e classificar prováveis suspeitos.

Como meio de responder aos conflitos do ambiente organizacional, os mecanismos de defesa servem para conciliar as pressões externas e as expectativas internas. Se por um lado o policial desenvolve um comportamento de autoproteção, tentando se desvencilhar de futuras acusações, processos e punições, o que resulta ainda em se afastar de situações que chamem atenção para si; em contrapartida, é preciso garantir a imagem de policial que combate o crime. Desse modo, o policial busca se identificar com o que formalmente tem se esperado dele e ainda tenta solucionar a ambiguidade decorrente do seu papel na sociedade. É possível ainda que os

mecanismos de defesa de evitar punições entrem em conflito com a aplicação estrita da lei, por isso que muitos policiais seleciona os eventos criminais mais prováveis de promover sua imagem (ALMEIDA, SOUZA E GIMENES, 2018). “O acionamento desses mecanismos de defesa produz como resultado um alto senso de proteção mútua e o isolamento social, uma desconfiança generalizada a quem não é policial e preconceito a determinados perfis julgados previamente como suspeitos” (*ibdi*, p. 247, 2018).

O trabalho dos(as) policiais como burocratas de nível de rua passa por diferentes paradoxos e entre obedecer a ordens e manuais de conduta com uma atuação imparcial e agir de forma improvisada, com base em valores pessoais. Nesse sentido, existem muitas pressões pelas quais tais profissionais passam no cotidiano, criando alguns comportamentos para o enfrentamento de tais pressões em suas rotinas (*coping behavior*), que são destacados por Lipsky ([1980] 2019):

- **acionamento dos serviços**, já que a sociedade quer que os burocratas sejam capazes de responder com flexibilidade às situações específicas e estes devem melhorar a vida dos cidadãos, acabam sendo solicitados a diferenciarem os atendimentos. Nesse sentido, adotam práticas como triagem, inspeções progressões etc.,
- **creaming** – ocorre quando os burocratas pinçam os casos/clientes que aparentam ter mais êxito na demanda apresentada, geralmente, a seleção dos usuários com casos mais fáceis de resolver, influenciados inclusive sob o controle de avaliação de desempenho;
- **worker bias (enviesamento do trabalho)** – preferência do burocrata por algum usuário em decorrência de fatores diversos (simpatia, resposta a um tratamento, comportamento moral etc.) que os fazem se sentir mais gratificados. Importante salientar que nestes casos devem ser consideradas julgamentos morais e questões como racismo, machismo, aporofobia etc. influenciando na aplicação das regras.

Destaco aqui que a população negra enquadra-se preponderantemente na categoria de perfis julgados previamente como suspeitos. Não se pode negar que homens jovens e pretos normalmente figuram como indivíduos potencialmente suspeitos para a polícia e também para a sociedade. Essa categorização reflete nos dados disponíveis sobre o número de homicídios de indivíduos pretos, na quantidade de registros nos serviços de emergência da polícia (190), solicitando averiguação de indivíduo suspeito que, na quase totalidade, é um homem preto, nas abordagens policiais que recaem sobre indivíduos pretos, e nas prisões e condenações, por exemplo.

Isso se deve as marcas do processo de escravização no Brasil que configura de forma complexa mesmo nos dias atuais toda a estrutura social. Assim, a ideia de raça é uma construção histórica, política e social, concebida a partir de características físicas e com a finalidade de subjugar e hierarquizar indivíduos, que opera objetivamente na sociedade. É a partir de como as características fenotípicas dos indivíduos são representadas, tudo que foi dito, como as regras de poder foram estruturadas que é possível compreender a posição e as relações dos indivíduos numa sociedade. Porque o racismo abrange as ideologias racistas, as práticas institucionalizadas que provocam desigualdade, os comportamentos discriminatórios, apropriando-se dos mecanismos que formam as redes de poder, como as instituições, os símbolos, os discursos. Nesse sentido, Flauzina explica como opera o racismo:

Assim tomamos o racismo como uma doutrina, uma ideologia ou um sistema sobre que se apoia determinado segmento populacional considerado como racialmente superior a fim de conduzir, subjugar um outro tido como inferior. Além de todas as características presentes na definição, sinalizamos expressamente para o caráter desumanizador inscrito na concepção de racismo. Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. É justamente essa característica peculiar do racismo que faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos (FLAUZINA, 2006, p. 12).

Nesse contexto, o racismo também é verificado na seletividade da atuação policial, porque como bem destaca Almeida (2020) a atuação das instituições é formatada pela estrutura social previamente existente e o racismo decorre dessa própria estrutura, da forma como são constituídas as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. O racismo é estrutural e, como processo político e histórico, forja as condições sociais para que – direta ou indiretamente – grupos racialmente identificados sejam discriminados de maneira sistemática.

Lipsky ([1980] 2019) pontua que frequentemente as burocracias tendem a favorecer alguns usuários em face de outros, e tratam algumas pessoas com base em estereótipos da delinquência associado à imagem de pessoas pretas, mesmo em políticas destinadas a materialização da igualdade. Desse modo, também argumenta que, uma vez que o perfil racial existe, manifesta-se das formas como a polícia constrói os estereótipos no exercício do poder discricionário, não surge da política oficial ou de orientações raciais.

O fato dos agentes serem submetidos a demandas institucionais contraditórias e volumosas, escapando, na maioria das vezes, da possibilidade de programação da rotina, faz com que eles exerçam considerável poder discricionário. Esse poder de agir seletivamente e estabelecer critérios de prioridades acerca de quem e como recebe os benefícios e sanções,

fazendo escolhas que vão incluir e excluir, concebendo representações sobre os usuários, priorizando aqueles casos que apresentam melhores chances, tem importância estrutural para configuração dos objetivos institucionais (LIPSKY, [1980] 2019).

Oliveira (2012) pontua que os burocratas do nível da rua não dispõem de fatores como tempo, informação e de outros instrumentos necessários para tomar uma decisão adequada. A falta desses recursos se torna mais significativa nas agências em que o processo decisório precisa ser imediato, ocorrendo em situações tensas, marcadas pela ambiguidade, sob pressão do público, onde é exigido do agente uma decisão, sem auxílio de supervisores, normas e procedimentos ou de precedentes. O pesquisador considera que esses fatores contribuem para explicar o motivo dos agentes possuírem considerável discricionariedade sobre as regras e os procedimentos a utilizados e sobre os benefícios e sanções distribuídos. Frente a tais questões, os burocratas passam a adotar comportamentos para administrar recursos, durante a prestação do serviço ao usuário, dos quais Lipisky 1980[2019]), destaca:

- **stamping** (rotulagem) – o burocrata de nível de rua toma decisões com base no julgamento/entendimento de outros atores que os seus próprios;
- **screening** (rastreamento) – comportamento de alguns funcionários que deveriam atuar meramente como mediadores da organização que influencia diretamente no acesso a benefícios. Usa-se desse comportamento para exercício do poder discricionário;
- **referrals** (referências) – prática de recomendar um usuário de um serviço para outros sem que necessariamente resolva a questão deste. Os burocratas de nível e rua usam desse tipo de comportamento de administração de recursos como forma menos dispendiosa para o atendimento, muitas vezes sem prestar o serviço necessário.

Essas circunstâncias são muito presentes nas agências policiais, especialmente aquelas com atribuição de policiamento ostensivo, que, na maior parte do tempo, ocorre sem supervisão direta. Além disso, a própria natureza da atividade policial requer uma resposta rápida do agente, porque é caracterizada pela imprevisibilidade dos fatos, pelos problemas e riscos, acompanhados pela ausência de informações prévias sobre as tarefas que serão desenvolvidas. Todos esses componentes que envolvem a atividade policial resultam no aumento da discricionariedade.

O trato com a segurança pública abre um leque muito variado de temas, uma gama de possibilidades que podem inviabilizar a normatização prévia de como proceder no cotidiano dos agentes. Assim, a hierarquia e as normas institucionais não são capazes de definir com precisão a forma como os policiais devem atuar nas situações que se deparam na rua. Conseqüentemente, a polícia é implementada por uma burocracia de nível de rua que se esbarra em obstáculos para supervisionar seus agentes. Sobre o tema, Oliveira (2012) pontua que:

Apesar das dificuldades para se regular o aparelho policial e que derivam de suas características organizacionais, seu controle é essencial, porque seus agentes estão autorizados a usar o constrangimento físico e eles interferem direta e imediatamente nas liberdades civis. Há o argumento de que a natureza do trabalho na linha de frente é especialmente problemática, porque as decisões e as ações ao nível da rua são guiadas menos por regras formais e treinamentos e mais por crenças e normas informais, que são mais resistentes às mudanças (Maynard-Mood e Musheno, 2000). Os trabalhos empíricos sobre a polícia oferecem indícios que confirmam essa asserção. No entanto, nem os estudos da burocracia, em geral, nem os da força pública, em particular, descartam a possibilidade de regulação dos agentes do baixo escalão (OLIVEIRA, 2012, p. 1564).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, em geral, os objetivos e prioridades dos agentes policiais tendem a ser diferentes de seus supervisores. Lipsky ([1980] 2019) argumenta que os burocratas de rua buscam, pelo menos, minimizar os danos e os desconfortos do trabalho além da satisfação pessoal. Essas prioridades só interessam aos gerentes enquanto estiverem relacionadas à produtividade, à eficiência e levarem a resultados consistentes com os objetivos da organização para a qual estes trabalham.

Essa divergência de prioridades e objetivos está relacionada ao fato de o trabalho cotidiano dos profissionais de nível de rua ser caracterizado por situações, algumas vezes, sem controle, em que na interação com os cidadãos, são tomadas decisões cruciais sobre a política pública e, diretamente, sobre a vida dos usuários. Os burocratas de nível de rua avaliam o cliente e, em seguida, encontram uma regra ou procedimento que fornecerá o tipo de serviço que se encaixa no julgamento de valor que ele fez em relação ao cidadão. Noutros termos, eles selecionam, relacionam e diferenciam os cidadãos conforme as experiências diárias do trabalho, associadas valores, normas, bagagem cultural, percepções e preferências específicas (LOTTA, 2019).

4 AS PERCEPÇÕES DOS(AS) PMS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ORMP EM FEIRA DE SANTANA

Como vem sendo abordado nesta dissertação, toda estrutura na qual se finca a violência de gênero é muito complexa, porque envolve fatores históricos, culturais, econômicos e seus variados instrumentos para estabelecer a superioridade do homem em relação à mulher. Nesse contexto, o tema violência contra mulher se torna um desafio no âmbito das políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa violência, especialmente quando se trata de instrumento de política implementado pela polícia, instituição preponderantemente masculinizada e que se constitui como órgão estatal, condicionalmente autorizada ao uso da violência legítima.

A atuação dos(as) policiais militares na execução da ORMP se revela também um desafio à medida em que fatores pessoais, relacionais, institucionais estão presentes, sobretudo, no processo de implementação dos instrumentos, podendo contribuir para a reconfiguração das políticas. Os burocratas de nível de rua tendem a desenvolver suas atividades com base em seus valores pessoais, suas percepções, suas representações e assim, podem dar outros rumos à ação pública.

O objeto desta pesquisa, portanto, trata de um dos instrumentos de política pública da rede de proteção à mulher, a Operação Ronda Maria da Penha, que foi implementada para fiscalizar as Medidas Protetivas de Urgência (MPU), buscando garantir a proteção das mulheres que manifestaram interesse nessa forma de fiscalização. Assim, neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa empírica, que objetivou analisar a Ronda a partir das percepções dos(as) policiais militares que atuam diretamente com o público-alvo desse instrumento.

Para tanto, retomarei aspectos relevantes sobre a caracterização do objeto da pesquisa, quais sejam, instrumentos de políticas públicas, burocratas de nível de rua, violência de gênero, bem como o percurso metodológico para o alcance dos objetivos. Por fim, faço análise dos resultados qualitativos que apontaram para as percepções dos(as) policiais militares sobre esse instrumento de política pública.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Com a pesquisa, busquei respostas para o problema anunciado, o qual cabe relembrar: **Quais as percepções dos(as) policiais implementadores(as) da Operação Ronda Maria da**

Penha, em Feira de Santana, sobre a sua atuação nesse instrumento de política pública de combate à violência de gênero?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as percepções dos(as) policiais militares acerca do processo de implementação da Ronda Maria da Penha na cidade de Feira de Santana-BA. De modo específico, busquei identificar a estrutura e o perfil das equipes que atuam na Ronda evidenciando questões relacionadas a gênero e raça; examinar a atuação dos (as) policiais militares no atendimento às mulheres vítimas de violência que estão sob medida protetiva; e compreender as percepções dos(as) policiais militares acerca da violência de gênero e da ORMP, no que diz respeito à eficácia quanto à redução da reincidência e a imagem que a comunidade e as próprias vítimas têm sobre o instrumento de política pública.

A ORMP, enquanto serviço inserido nas políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, não é uma política pública em si, mas é um instrumento desta, conceito fundamental para a teoria da instrumentalização de políticas públicas.

Essa teoria evidencia uma explícita teorização entre governantes e governados, que ocorre de modo explícito através de programas, leis, projetos, acordos, termos etc. Em contrapartida, existe uma teoria implícita, aquela que é experimentada, que está relacionada às ações da política e não necessariamente são externadas dos discursos, argumentos e instrumentos normativos. Os discursos explícitos estão inseridos no âmbito de como o problema público, a política e seus instrumentos são concebidos. Já os discursos implícitos têm relação direta com as práticas e compreensões sobre tais elementos (LASCOURMES, LÉ GALES, 2012 b). Nesse contexto, compreende-se também que a escolha dos instrumentos pode, direta ou indiretamente, objetivar interesses implícitos. À vista disso, retomo questões já anunciadas: Quais as razões contribuíram para a escolha da Política Militar como órgão executor da ORMP? Por que a fiscalização deve ser realizada por instituição policial e não por preposto do próprio poder judiciário ou por assistente social?

Considerando tais questões, direciono a análise da pesquisa empírica para os discursos implícitos, expressados direta ou indiretamente pelos atores em suas falas. Esses discursos apresentam, de forma direta ou indireta, a realidade vivenciada, revelando as lacunas que existem entre os discursos explícitos nos atos formais e os implícitos nas práticas cotidianas durante a execução da Ronda. Desse modo, a partir do viés teórico-metodológico assumido neste estudo, confrontam-se os discursos explícitos e implícitos a respeito do instrumento de política pública Ronda.

Buscando responder ao problema e alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizei técnicas de pesquisa qualitativa, quais sejam, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturada com os policiais militares que atuam na Ronda para analisar suas percepções e seus modos de atuação.

Trata-se de um estudo de caso com a finalidade interpretativa (STAKE, 1995). É um caso único, já que a pesquisadora se debruça sobre o fenômeno localizado em um município, interessada na sua singularidade, caráter comum e no poder de representatividade nesse contexto. Mas também pode ser considerado um caso instrumental, já que a partir dessa singularidade pode-se alcançar um entendimento geral. (LEÃO *et all*, 2012).

Tal escolha se deu pela viabilidade da realização da pesquisa devido ao meu contato direto com a situação analisada, permitindo que haja entendimento sobre as forças que agem internamente na polícia, bem como as características externas e os contextos, que limitam a separação do caso em si do ambiente em que se insere (STAKE, 1995). Desse modo, não se trata de um estudo que tende a generalizações, mas seus achados podem servir para modificar ou confirmar condições gerais mais conhecidas, de modo que possa contribuir para o entendimento de outros casos. Ou seja, a partir deste caso, pode-se interpretar as similaridades com outros contextos, dando-lhe um traço de generalidade, considerando a complexidade local que resulta de fatores históricos, culturais, físicos, sociais, econômicos, políticos e éticos (STAKE, 2005, 2006 apud LEÃO *et all*, 2012).

Ao pesquisar o processo de implementação da ORMP mediante estudo de caso, foi possível alcançar componentes não inseridos nas análises formais dos objetivos que justificam a implementação das políticas e seus instrumentos. Essa estratégia de pesquisa possibilitou compreender os fenômenos sociais, garantindo que se preservassem questões peculiares ocorridas na vida real. Nesse sentido, o estudo de caso, para Yin (1994), contribui para a compreensão dos fenômenos sociais complexos e permite que se conserve características holísticas e relevantes dos acontecimentos da realidade. “O estudo de caso qualitativo busca entender esta relação de interação complexa que existe nas diversas situações, e que muitas vezes não pode ser capturada por estudos quantitativos” (STAKE, 2005 apud LEÃO *et all*, 2012, p. 52).

Busquei, assim, com esse estudo de caso, entender as percepções dos(as) burocratas de nível de rua (policiais) que foram entrevistados(as), sobre como o caso funciona, como se comportam, como realizam atividades na ORMP, a partir da descrição e interpretação destes

sobre os fenômenos. Ou seja, o entendimento da interatividade entre o caso e o cenário que o cerca (LEÃO et al, 2012).

O ponto de partida desta pesquisa foi a revisão bibliográfica acerca dos conceitos fundamentais que envolvem o objeto investigado. Assim, analisei as teorias de gênero, violência de gênero, a ação pública e seus instrumentos, e os burocratas de nível de rua. Durante o desenvolvimento da revisão de literatura, busquei relacionar questões abordadas pelas teorias à realidade vivenciada no campo empírico do estudo. A complexidade do tema possibilitou agregar discussões interdisciplinar com autores da área das Políticas Públicas, da Sociologia e do Direito. Partindo para a pesquisa empírica, esta foi constituída de coleta de dados e da realização de entrevistas semiestruturada.

Considerando que a ORMP foi implementada em 2016, estabeleci inicialmente um recorte temporal de 2016 a 2020 para analisar os números de ligações realizadas para o CICOM (190), noticiando prática de violência doméstica e familiar contra mulher. Ocorre que, conforme Capitão Rosuilson Cardoso, coordenador do CICOM/Feira de Santana, os registros específicos só começaram a ser contabilizados a partir do ano de 2017. Assim, a análise só foi realizada com dados de registrados em 2017 a 2020.

Na pesquisa empírica, foram realizadas 12 (doze) entrevistas semiestruturadas com os policiais que atendem as assistidas, direcionadas por um roteiro previamente elaborado, no qual foram abordadas questões referentes à atuação dos(as) policiais militares, buscando coletar informações sobre sua experiência profissional, seu entendimento sobre violência de gênero e sua visão acerca da Ronda Maria da Penha.

A escolha por entrevista semiestruturada, na qual as perguntas são específicas, mas o entrevistador tem liberdades para aprofundar as respostas, estabelecendo um diálogo com o entrevistado, permite que os(as) as pessoas respondam usando termos próprios, podendo ser mais bem explorado o entendimento do contexto (MAY, 2004).

Embora tenha notado que a realização de entrevistas não é uma tarefa fácil, exige-se a adequação de alguns fatores, como o alinhamento dos horários e dias disponíveis dos participantes, o fato desta pesquisadora ser policial militar facilitou o desenvolvimento das entrevistas, uma vez que já existia uma relação de confiança, então os participantes se mostraram mais disponíveis.

Isso não quer dizer, contudo que não me deparei com dificuldades e limites no decorrer desta investigação, assim como ocorre em toda pesquisa científica. Primeiro, porque, conforme

já pontuei, foi necessário encaminhar o projeto de pesquisa ao Instituto de Ensino e Pesquisa da PM para que esse setor analisasse e autorizasse a pesquisa empírica. Segundo, porque tinha que coincidir a minha rotina com a dos(as) demais policiais.

Antes de iniciar as entrevistas, mantive contato com a Tenente Renata Martins, atual comandante da ORMP de Feira de Santana, para ajustar os horários disponíveis das equipes. Ela sugeriu que ocorressem pela manhã ou no final da tarde, momento no qual os(as) policiais estão se preparando para o serviço ou finalizando os acompanhamentos, mas também me deixou à vontade para ajustar os horários com os(as) policiais. Apesar de ter fácil acesso à Ronda e conhecer os policiais, tive algumas dificuldades para realizar as entrevistas, por conta da dinâmica de serviço da Ronda. Em alguns momentos, a entrevista precisou ser remarcada em virtude de a equipe está na delegacia, formalizando a captura em flagrante descumprimento de MPU.

Inevitavelmente, as entrevistas face a face estimularam a minha participação direta e posicionada. Em alguns momentos, por exemplo, compartilhei com os(as) entrevistados(as) experiências vividas como policial, sem, contudo, me distanciar do roteiro da entrevista para que não houvesse prejuízo na coleta dos achados. Durante a realização das entrevistas, estive atenta ao objetivo da pesquisa que seria analisar as percepções dos (as) policiais militares sobre a implementação da Ronda Maria da Penha em Feira de Santana.

Embora a Ronda seja composta também por um efetivo que trabalha no administrativo, optou-se por realizar as entrevistas com os policiais que fazem o acompanhamento das assistidas. Isso porque, entendo que a atuação desses profissionais pode gerar maior impacto na vida das vítimas de violência doméstica e familiar, público alvo da política. Desse modo as entrevistas foram realizadas com 12 (doze) policiais que atuam em escala de revezamento, distribuídos em 03 (três) equipes que, obrigatoriamente, contam com a presença de pelo menos uma policial feminina.

Todas as entrevistas foram gravadas mediante concordância com Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido (Apêndice II), garantindo-se que a identificação dos(as) entrevistados(as) não seja revelada e a utilização exclusiva das informações para os objetivos desta pesquisa. As gravações foram transcritas pela pesquisadora, preservando-se o vocabulário dos entrevistados e fidedignidade dos dados. É importante sinalizar que as transcrições das entrevistas não irão compor esta pesquisa, entretanto trechos serão transcritos

no momento da análise dos dados, garantindo anonimato, conforme mencionado. A integralidade das entrevistas estará preservada nos arquivos pessoais da pesquisadora.

As entrevistas foram realizadas na sede da Ronda Maria da Penha, iniciando-se em dezembro de 2021 e finalizando em julho de 2022. Cada entrevista individual com os policiais durou em média 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) minutos, e, ao todo, foram aproximadamente 05 (cinco) horas de entrevistas gravadas. Prezando pela confidencialidade, neste trabalho, os nomes dos entrevistados foram substituídos pelas letras PMF se for policial feminina, e PMM se policial masculino, seguidas dos números 1 (um) ao número 12 (doze).

As transcrições das entrevistas e a análise dos documentos trouxeram à tona alguns conteúdos/temas importantes que emergiram na pesquisa de campo, tendo como foco responder aos objetivos traçados inicialmente na pesquisa. Foram correlacionadas as dimensões e categorias teóricas, confrontando-se com os fundamentos da política (discursos explícitos) e premissas que orientam a prática (discursos implícitos) dos policiais militares que participam da implementação do instrumento de política pública Ronda Maria da Penha. Assim, a partir das significações dos discursos explícitos e implícitos, foi realizada uma análise de conteúdo, buscando sistematizar e interpretar esses discursos.

A análise de conteúdo é um método de análise fundamentado nos estudos de Bardin (1977), que consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, a partir da explicitação e sistematização dos conteúdos das mensagens, alcançar conhecimentos relacionados ao emissor e ao seu contexto. A análise de conteúdo busca desvendar as mensagens encobertas nos discursos, considerando como elementos de análise a comunicação (processo), a palavra (mediadora do sentido) e o discurso, este impregnado de valores, ideologias, motivações e desejos.

Embora na análise de conteúdo seja possível realizar quantificações, para os objetivos desta pesquisa importou a realização de uma abordagem puramente qualitativa e política, levando em conta a repetição e a importância que se atribuiu a certos argumentos. Nesse sentido, foi utilizada a técnica de análise temática ou categorial, desenvolvida na análise de conteúdo, que consiste em “operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamento analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153). Desse modo, buscou-se, portanto, a compreensão das características, estruturas ou padrões que compõem os trechos de mensagens que foram considerados, considerando uma análise de conteúdo relativo às práticas e vivências, em diálogo com as teorias aqui abordadas.

A partir das narrativas de 12 (doze) policiais, foi realizada uma análise de conteúdo alcançando 6 (seis) categorias analíticas que emergiram das falas dos(as) entrevistados(as) e estão inseridas nas dimensões de análise, violência de gênero, instrumento de política pública Ronda Maria da Penha e atuação profissional, abordadas nesta pesquisa.

4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O quadro 02 traz algumas das principais características do perfil predominante entre os colaboradores desta pesquisa.

Quadro 01 – Perfil sociocultural dos(as) policiais militares entrevistados

ITEM	QUANTIDADE
Sexo	6 Mulheres e 6 Homens
Identidade de gênero	Cisgênero (12 policiais)
Orientação sexual	Heterossexual (12 policiais)
Faixa etária	33 e 42 anos (8 policiais)
Identificação étnico-racial	Preto(a) (9 policiais)
Estado Civil	Casados(as) (7 policiais)
Escolaridade	Nível superior completo (10 policiais)

Fonte: Pesquisa de campo

Como dito, as entrevistas foram realizadas com todos os profissionais da Ronda que atuam diretamente no atendimento das assistidas. Foram realizadas 12 entrevistas com 6 (seis) policiais femininos e 6 (seis) policiais masculinos. A maioria dos participantes tem idade entre 33 (trinta e três) a 42 (quarenta e dois) anos, 4 (quatro) têm idade entre 46 (quarenta e seis) e 51 (cinquenta e um) anos.

No tocante à identificação étnico-racial, 9 (nove) entrevistados(as) declararam ser pretos(as), 2 (dois) pardos(as) e 1 (um) declarou-se branco. Quanto ao sexo e a identidade de gênero, 6 (seis) identificaram-se mulheres cisgêneros e 6 (seis) declararam ser homens cisgêneros. Todos(as) entrevistados(as) afirmaram ser heterossexuais.

Sobre o estado civil dos participantes, metade deles informou que é casada. Enquanto que 1 (um) afirmou que convive em união estável, 2 (dois) declararam que estão solteiros e 3

(três) informaram que são divorciados (as). Dos 12 (doze) entrevistados, apenas 2 (dois) informaram não ter filhos.

Relativamente à escolaridade, 10 (dez) afirmaram ter nível superior completo, 1(uma) participante informou ter cursado apenas o nível médio e o outro afirmou que estava cursando o nível superior.

No que tange ao perfil profissional, especificamente o tempo na PM, 9 (nove) entrevistados (as) informaram ter entre 16 (dezesesseis) e 26 (vinte e seis) anos de serviço, enquanto que 3 (três) entrevistados informaram ter entre 7 (sete) e 13 (treze) anos trabalhando na PM. Sobre o tempo de atuação na Ronda, 8 (oito) entrevistados (as) estão nesse instrumento desde sua implementação, quanto aos demais integrantes, 2 (dois) informaram que ainda não completaram 1(um) ano de atuação e os outros 2 (dois) têm 3 (três) e 4 (quatro) anos de serviço na Ronda.

4.3 PERCEPÇÕES DOS(AS) PMS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os resultados da pesquisa de campo aqui apresentados buscam interagir, de forma crítica, com os dados obtidos na análise documental e bibliográfica. A partir dos procedimentos e das teorias analisadas nesta pesquisa, foi possível chegar a um conjunto de conteúdos relevantes, que foram agrupados em categorias, observadas no quadro 2:

Quadro 2 - Categorias analíticas e empíricas sobre a implementação da ORMP em Feira de Santana

CATEGORIAS EMPÍRICAS	DEFINIÇÃO
Patriarcado e machismo como principais causas da violência de gênero	Refere-se à compreensão dos(as) policiais militares sobre a violência de gênero praticada contra mulher e os fatores que definem e fomentam essa violência.
Cultura masculinizada da PM e seus reflexos na Ronda Maria da Penha	Analisa as interpretações dos(as) policiais acerca da visão que a PM, instituição predominantemente masculina e com valores masculinizados, tem da Ronda.
Realização da Ronda por policiamento ostensivo e seus efeitos	Diz respeito aos efeitos que a execução da Ronda mediante policiamento ostensivo pode produzir, avaliando eventuais constrangimento e recusa da vítima.
Práticas de atendimento dos(as) policiais militares e interação com as assistidas	A fiscalização das medidas protetivas de urgência se concretiza por meio das visitas e interações entre policial e assistida, momento no qual se desenvolve as práticas de atendimento. Essa categoria busca analisar o processo de interação, bem como descrever de que modo se dá o atendimento, para identificar as percepções dos policiais.

Importância da formação profissional para atuação na Ronda	Refere-se à necessidade de formação profissional com perspectiva de gênero para atuar na Ronda, evidenciando a importância desse processo.
Principais desafios e avanços na execução da Ronda	Analisa os avanços que ocorreram ao longo do processo de implementação, assim como os desafios que a ORMP ainda se depara.

Fonte: Pesquisa de campo

Uma vez identificadas as categorias, faço a análise de cada uma delas, trazendo trechos relevantes das narrativas dos(as) entrevistados(as), buscando correlacionar com o referencial teórico desta, associando com achados de outras pesquisas sobre tema.

4.3.1 Patriarcado e machismo como principais causas da violência de gênero

Conforme discutido no primeiro capítulo desta dissertação, a violência de gênero é um problema complexo de modo que a compreensão desse fenômeno social exige uma análise interdisciplinar, buscando amparo nas diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, analisá-la, com reflexos na violência doméstica e familiar, implica compreender as estruturas que alicerçam a sociedade, reveladas nas relações históricas, sociais e de poder, e estabelecem a sujeição das mulheres devido a seus marcadores sociais. No espaço doméstico e familiar, a violência de gênero se manifesta de forma mais desumana, assentada em estruturas culturais machistas e patriarcais que legitimam a dominação.

Neste tópico, analisei a compreensão dos entrevistados a respeito da violência de gênero e suas causas. Apesar do objeto desta pesquisa tratar especificamente da violência contra mulher praticada no contexto doméstico e familiar, entendo ser importante questionar sobre a compreensão da violência de gênero, porque se trata de uma categoria mais ampla, conforme salienta Saffioti (2004).

Observei que, do total de entrevistados (as), 10 (dez), ao conceituar a violência de gênero, trataram essa violência como sinônimo de violência contra mulher. Apenas dois respondentes não estabeleceram essa relação entre as expressões. O entrevistado PMM8 definiu a violência de gênero como “qualquer violência cometida ao indivíduo em razão de seu gênero.” Entretanto, o outro entrevistado argumentou que a violência de gênero está mais relacionada à mulher em razão da superioridade masculina, culturalmente estabelecida. Conforme discurso abaixo:

Eu entendo que é uma violência cometida contra o ser humano, independente de ser homem ou mulher. Trabalhamos mais com a violência contra mulher, porque desde sempre o homem está numa situação privilegiada, então vivemos numa cultura masculinizada onde o homem se diz superior em relação à mulher. (PMM7)

Ao se referir à violência de gênero como aquela praticada contra o ser humano, o PMM7 dialoga com Saffioti (2004) que compreende que essa violência, normalmente, ocorre no sentido homem contra mulher, mas pode ser praticada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher. As ações violentas, dos mais variados tipos, ocorridas tanto em esferas privada-familiar bem como no espaço de trabalho e público, estão concentradas, historicamente, na figura da mulher.

As abordagens feministas e os estudos sobre violência contra a mulher no Brasil passaram a utilizar a expressão violência de gênero, no final dos anos 80. Influenciadas pelos debates franceses e norte-americanos sobre a construção social do sexo e do gênero, começaram a substituir a categoria mulher pela categoria gênero. As diferentes áreas temáticas e correntes teóricas concordam que essa categoria amplia a compreensão das questões relativas às mulheres e abre caminho para um novo paradigma nesses estudos, porque passa a ressaltar a diferença entre o social e o biológico (IZUMINO e SANTOS, 2005). “Gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino” (*ibdi*, p. 155, 2005).

Ao ser questionado sobre o conceito de violência de gênero, o entrevistado PMM11 imediatamente respondeu que estava ligada à mulher e a violência praticada contra ela, tanto no espaço doméstico e familiar, quanto na sociedade, contudo pontuou que o fundamento dessa violência é a questão de gênero.

A entrevistada PMF5 abordou as diferenças biológicas, pontuando que a violência de gênero tem relação com a menor força física da mulher.

O que eu entendo é que é a violência cometida com base no sexo, na fragilidade do sexo do feminino. Eu acredito que sim, que o **sexo feminino é fisicamente mais frágil**. Eu acho que na questão de força, biologicamente o sexo feminino é mais fraco, mas só nessa questão (PMF5).

Esse discurso reforça a ideia de distinção biológica entre homens e mulheres, estabelecida historicamente dentro das relações sociais para justificar as desigualdades entre os sexos, atribuindo à mulher a figura de “o outro” e constituindo a identidade de feminino com base no olhar masculino. Demonstra ainda a reprodução de lógicas patriarcais que prevalecem na PM e, neste caso, são expressas por uma policial feminina. É importante destacar que as

noções contemporâneas de feminino e masculino foram socialmente construídas como desiguais, e não apenas como diferentes, resultando uma relação de poder e opressão de uma sobre a outra.

Bandeira (2014) defende que, a partir da perspectiva de gênero, é possível compreender que a violência contra mulher apresenta fundamento diferente de outras violências. Isso porque essa violência não se revela em face de ações e pensamentos de destruição de pessoa que é tratada igual ou vista como indivíduo, com mesmas condições de existência e valor que seu opressor. Mas a violência contra mulher emergiu das relações desiguais de poder, as quais começam no âmbito familiar, onde as relações de gênero se formam a partir de modelos hierárquicos.

De modo geral, os(as) entrevistados(as) apontaram o patriarcado e o machismo como principais causas da violência de gênero. Eles(as) entendem que o sistema social baseado na cultura da superioridade masculina e na dominação do homem sobre a mulher fomenta e estimula a violência de gênero. Percebi que eles(as) compreendem que o sistema patriarcal é sustentado pela ideologia machista, que socializa o homem para dominar a mulher e a violência de gênero decorre da doutrinação machista.

Nesse sentido, em depoimento elucidativo, as entrevistadas PMF9 e PMF10 apresentaram o machismo como base dessa violência, como fator estruturante da sociedade. A entrevistada PMF9 explicou também que o estímulo à agressividade do homem configura em fator que pode influenciar na violência contra mulher.

Eu acho que está muito ligada ao machismo, a cultura, a educação. Do homem se achar superior em relação à mulher, de se sentir no domínio, por isso não aceita em nenhuma hipótese ser contrariado. Além disso, o homem, normalmente, é criado para ser forte, para não chorar, para ser violento isso acaba por influenciar também no seu comportamento em relação à mulher (PMF9).

Mas eu acho que tudo isso tem uma raiz no machismo que estrutura nossa sociedade, que alimenta práticas machistas. Ainda hoje, em pleno século XXI, a gente tem divisões no universo familiar, onde você vai encontrar duas crianças, uma menina e um menino que têm atribuições diferentes dentro desse universo familiar. Então ainda hoje a gente vai encontrar reproduções de práticas machistas (PMF10).

Tradicionalmente, a sociedade, marcada por uma cultura de distinção entre os sexos, produziu preconceitos e rótulos, estabelecendo que cada gênero tivesse que desempenhar determinada função. Com o discurso da PMF10, ilustrado acima, observei que a entrevistada retrata uma situação secular, na qual mulheres e homens sempre tiveram papéis culturalmente definidos, quais sejam, à mulher foram atribuídas as funções domésticas, nas quais deveria

cuidar da casa, dos filhos e ser submissa ao homem, que ocupava o papel de provedor, autoridade familiar, e tinha o direito de participar da vida pública e política.

Além de tratarem o machismo e a crença da superioridade masculina como causa da violência de gênero, 2 (dois) entrevistados abordaram essa violência como um dos efeitos da masculinidade tóxica. O PMM6 afirmou que “a masculinidade tóxica é um dos vetores dessa violência. A não desconstrução de algumas crenças, as quais o homem é considerado superior em relação à mulher”. De igual modo, o PMM8 entende que a violência de gênero resulta “da cultura do machismo, da masculinidade tóxica, da desinformação”.

Recentemente, a expressão masculinidade tóxica passou a ser utilizada, de forma crítica, para referenciar o conjunto de comportamentos e crenças que exaltam e estimulam a agressividade e virilidade, atingindo os próprios homens e as pessoas com quem eles se relacionam. Oliveira e Santos (2022) ao analisarem o discurso sobre masculinidade tóxica em campanha publicitária “Nova Masculinidade”, realizada pelo governo do Estado da Bahia em 2019, para sensibilizar a população quanto ao combate à cultura machista e, conseqüentemente, a violência contra mulher, ressaltaram a importância desse tipo de discurso ser recorrente para que novos sentidos e ressignificações se estabeleçam.¹

O patriarcado foi um tema abordado por 9 (nove) entrevistados(as). Eles(as) afirmaram que o patriarcado ainda se faz presente na sociedade atual, porque ainda hoje é possível verificar a figura do homem como autoridade, sobretudo, na Região Nordeste do Brasil. Considero importante trazer o depoimento do PMM1 que reconhece que, na estrutura patriarcal, o homem se impõe sobre a mulher, excluindo-a das esferas de poder, da sociedade e da vida pública, tornando-a refém desse modelo patriarcal de sociedade.

Quando a gente vai olhar todo histórico do patriarcado do nosso país principalmente, né? Os países sul-americanos são terríveis nisso. E aí esse gênero masculino se impõe sobre o gênero feminino, colocando ele fora dos lugares de poder, tirando ele das esferas de poder, da sociedade, da vida pública de modo geral, e com isso a gente vê como a mulher às vezes fica refém dessa postura que a sociedade patriarcal impõe a ela. Então violência de gênero decorre de todo esse histórico. Os homens, os agressores, 90% deles. De 80 a 90% deles, se a gente for pegar nossas estatísticas, elas apontam para pessoas que pensam dessa forma. Eles imaginam que eles são o cabeça da família, que as mulheres têm que ser dependentes deles, que o papel da mulher é ficar só na de casa cuidando da prole e cuidando dele, né, como se fosse uma segunda mãe (PMM1).

¹ Oliveira e Santos (2022) ressaltam que nem todos os tipos de masculinidade são tóxicos, mas só aquela que é nociva ou destrutiva para o próprio sujeito, para outro ou para alguma coisa

Alinhando-se a essa perspectiva, a entrevistada PMF4 sinalizou que “o homem não aceita que a mulher esteja numa posição superior à dele”, e a violência tem por finalidade perpetuar o padrão de hierarquia entre os sexos, no qual a mulher se encontra na posição de inferioridade e submissão. Enquanto que a entrevistada PMF5 pontuou que o homem nutre um “sentimento de posse em relação à mulher.”

De modo uníssono, os(as) entrevistados(as) apontaram que a violência de gênero decorre de fatores históricos, sociais e culturais que configuraram e até hoje permanecem configurando a sociedade. Para finalizar esse tópico, trago uma narrativa de uma das entrevistadas que, de modo bastante ilustrativo, ao ser questionada sobre a violência de gênero, respondeu:

Na verdade, essa violência tem **raiz histórica, cultural**, pois as mulheres historicamente e culturalmente, principalmente aqui no Nordeste, são **subjugadas, tratadas como inferiores em relação aos homens**. E isso a gente pode perceber diante de vários índices desse tipo de violência. Até no mercado de trabalho você vai encontrar mulheres como as mesmas posições, os mesmos cargos, mas que ganham até 40% menos, 20% quando se trata de mulheres brancas, 40% em se tratando de mulheres negras. Então, a violência de gênero vem a partir disso dessa condição de inferioridade que, culturalmente, atribuíram as mulheres. Assim dentro do lar o homem entende que ele é superior, que tem o domínio sobre a vida da mulher e pode praticar violência contra ela (PMF10). (grifo meu)

De modo geral, percebe-se certa consciência pelos(as) entrevistados(as) ao considerar o patriarcado e machismo como bases da violência de gênero, porém, parte das falas expressam de certo modo a reprodução destes preconceitos devido à cultura institucional e não necessariamente o combate a estes enquanto política da própria PM.

4.3.2 Cultura masculinizada da PM e seus reflexos na Ronda Maria da Penha

Os instrumentos de política são rodeados de significados, valores e representações, estruturando a ação pública, reorganizando relações entre atores e impondo padrões interpretativos, conforme uma racionalidade própria. Constituem-se em um tipo particular de instituição, dotados de regras e procedimentos que governam as interações e comportamentos sociais. (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012b). As instituições e sua estrutura normativa exercem significativa influência sobre seus membros. Essa influência tende a ser mais intensa na Polícia Militar, instituição composta em sua maioria por homens, dotada por normas rígidas e estruturada em valores de disciplina e hierarquia.

Por esta razão, é de grande relevância a análise da categoria cultura masculinizada da PM e seus reflexos na Ronda Maria da Penha, uma vez que o ambiente institucional pode, de certo modo, ampliar ou reduzir os espaços para o avanço do instrumento aqui analisado. Em se tratando de instrumento que é executado por burocrata de nível de rua, caso não adequadamente compreendida a sua importância por seus executores, ainda que existam deliberações claras para a execução da Ronda, ela pode não surtir o efeito esperado.

Quando questionados acerca da visão que a PM tem da Ronda, 9 (nove) entrevistados(as) relataram que ainda existe preconceito dos outros policiais em relação ao trabalho da Ronda. Os respondentes informaram que já foram alvos de críticas pelos colegas, por estes acreditarem que a Ronda, além de não ser uma atividade importante, não era para ser desenvolvida pela polícia, sobretudo, porque a RMP traz uma perspectiva direcionada para um policiamento mais comunitário que estimula outras habilidades além do uso da força.

Esse preconceito relatado pelos entrevistados decorre especialmente em razão de a Polícia Militar ser uma instituição essencialmente masculinizada, na qual se reproduzem e enaltecem valores voltados para a preservação da supremacia da masculinidade, construída histórica e socialmente. Nesse sentido, a entrevistada PMF2 explicou:

Na minha opinião, ainda existe bastante preconceito. Nossa viatura, tem uma lista lilás e isso é o tempo todo motivo de brincadeiras. Infelizmente, a nossa instituição é uma instituição machista e a Ronda é vista como um serviço que não é necessário, que não seria um serviço de polícia, na cabeça deles, e ainda tem aquela questão de ficar sempre julgando e criticando a mulher que sofre violência. Por isso, foi necessário o curso da Ronda, os policiais passaram por esse curso para entender o porquê dessas mulheres sofrerem violência e permanecem na situação de violência (PMF2).

Para a entrevistada, o trabalho da Ronda Maria da Penha enfrenta ainda bastante preconceito, tanto institucional quanto pelos colegas de profissão, em face da instituição ser machista. A respondente revela também a naturalização da violência contra mulher a partir do relato de crítica de policiais às mulheres que sofrem violência. Conforme já dito, a naturalização dessa violência se baseia nas construções histórico-sociais do patriarcado, do machismo, das distinções e das relações sociais de gênero.

Em seus depoimentos, quatro entrevistados(as) reforçaram que a polícia é uma instituição machista e, conseqüentemente, qualquer medida que tivesse o objetivo de desconstruir os paradigmas de gênero, não seria bem recebida pela instituição. Nesse sentido, a entrevistada PMF10, embora não tenha citado a expressão “machista ou machismo”, argumentou que a Ronda, principalmente no início, enfrentou muita resistência em razão de a

instituição ser majoritariamente formada por homens, e que esta não era um projeto da instituição, mas uma política de Estado que foi imposta, e a polícia foi obrigada a implementar.

A entrevistada PMF5 afirmou a Ronda é estigmatizada pela instituição e seus integrantes, e que foi implementada em virtude de uma pressão da sociedade e não de um interesse institucional. A entrevistada PMF12, ao afirmar que existe muito preconceito, também sinalizou que a instituição trata a Ronda com indiferença, argumentando que não houve ampliação da Ronda, e que também foi implementada por uma obrigação e não por um desejo da instituição.

Para o PMM7, o fato de a polícia ser uma instituição machista, inviabiliza a valorização da Ronda, argumentando a necessidade de reconhecimento da importância desse instrumento pela polícia, de acordo com o relato a seguir:

A instituição, na verdade, eu penso que por ser uma instituição ainda machista não valoriza a Ronda Maria da Penha. Então precisa melhorar bastante, porque, quando a gente tiver essa visão mais social e ampla da Ronda Maria da Penha, eu acho que termos condições de atender mais pessoas na nossa cidade, conseqüentemente, a Ronda seria mais valorizada, não só a Ronda, a instituição seria muito mais valorizada se investisse nesses projetos sociais, como a Ronda Maria da Penha (PMM7).

O entrevistado PMM3 trouxe uma análise bastante interessante. Em seu depoimento, explicou que a implementação de um instrumento de proteção à mulher gera um incômodo nos homens:

Existe um preconceito por conta de que a situação de proteção das mulheres traz um incômodo de insegurança em relação aos homens, ou seja, se nós estamos protegendo as mulheres é porque a gente tá contra ao ser masculino. A polícia, ela ainda é machista. Então, ela observa como se os homens da polícia estivessem desprotegidos e as mulheres protegidas, sendo que historicamente os homens sempre tiveram os mesmos aparatos, que só agora que veio vê que as mulheres também necessitam desse mesmo aparato (PMM3).

Ficou evidente que esse incômodo decorre da instabilidade que instrumentos de proteção à mulher podem causar ao poder histórico e socialmente atribuído ao homem. Assim, o reconhecimento de que a mulher está em situação de vulnerabilidade e a criação de instrumentos que visam à proteção e efetivação de direitos humanos podem ser vistos como uma ameaça à hegemonia masculina.

Para o entrevistado PMM8, a Ronda é considerada necessária por conta de seus resultados positivos e de sua visibilidade social, entretanto não é algo relacionado à política da Polícia Militar, por isso percebe-se um esforço maior para mantê-la. Nesse discurso, observei que a resistência às ações propostas pode produzir efeito de inércia, isso porque os instrumentos

de política pública também possuem sua própria dinâmica, não se limitando apenas a mobilizações sociopolíticas, podendo gerar efeitos diversos dos esperados (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012b).

As narrativas dialogam com o entendimento de Oliveira, L. (2012) que, em sua tese, pesquisou sobre como são formadas as relações sociais de gênero e a as relações de poder na Instituição Militar, buscando desvendar o (des)empoderamento das mulheres policiais, sem, contudo, enveredar por uma perspectiva de vitimização. Os(as) policiais são, antes de tudo, membros de uma sociedade machista e trazem consigo os valores, ideologias, práticas dominantes que se somam à doutrina militar, já enraizada na instituição. Esse contexto social se apresenta como obstáculo à busca por caminhos que conduzam à equidade de gênero. As instituições são recortes, com suas delimitações e qualificações, da sociedade em que estão inseridas. “Talvez isso explique porque os/as militares conservam e reproduzem práticas machistas advindas de um “patriarcado” que se encontra vivo, permitindo a legitimação dos impasses que se materializam com a resistência” (*ibdi*, p. 194).

Como já destaquei, os instrumentos podem distribuir desigualmente o ônus e o bônus, dificultar o processo para alguns e facilitar para outros, inabilitar ou conceder autoridade. Assim, estabelecem as relações entre vários atores envolvidos na implementação e são influenciados por normas culturais e pelas ideologias dominantes. Nesse contexto, a atuação policial pode reproduzir valores estruturados na desigualdade de gênero, principalmente se reconhecermos que o profissional constrói suas ações com base no ambiente de trabalho e no meio social.

Outro fator a ser observado na constituição majoritariamente masculina da Polícia Militar é a composição das equipes da Ronda e o atendimento por elas prestado que pode gerar restrição das assistidas. De modo geral, os(as) policiais relataram que a presença de homens não constitui motivo de rejeição ao serviço da Ronda, contudo reconheceram que, em determinados momentos e certas situações de violência, foi possível perceber que a mulher demonstrou timidez com essa presença.

Normalmente, esse constrangimento está relacionado ao tipo de violência que a vítima sofreu. Sete entrevistados expuseram que a mulher que sofre violência sexual tende a ficar mais envergonhada de relatar o fato ao policial masculino. Por isso, exige-se a presença, em todos os atendimentos, da policial feminina, segundo a entrevistada PMM6:

Caso ela queira conversar só com a policial feminina, nós nos retiramos para que ela se sinta à vontade. Mas isso aconteceu poucas vezes e, quando aconteceu, foi nas

situações que a mulher sofreu algum tipo de abuso sexual. Mesmo assim, quando passou esse primeiro momento e ela sentiu confiança na guarnição, não teve mais restrição nenhuma com a presença do policial masculino. Em muitas situações, elas se sentem à vontade porque percebem que a abordagem do policial masculino ali é diferente da abordagem do policial de uma viatura operacional padrão (PMM6).

Conforme relato acima, a equipe lida com o acanhamento da vítima com a atuação da policial feminina e com a abordagem da Ronda que difere da abordagem policial padrão. Assim, a entrevistada P10 também argumentou que o efetivo da Ronda é treinado para lidar com as situações diversas, sendo também composto por homens que precisam ter uma sensibilidade maior em relação ao tratamento dessa mulher.

Por outro lado, a entrevistada PMF9, embora tenha afirmado que muitas mulheres preferem ser atendidas pelos homens, reconheceu que a figura masculina, em algumas situações, pode causar constrangimento, especialmente porque se trata de uma violência praticada por homens. Nesse sentido, a entrevistada PMM8 argumentou que algumas vítimas não se sentem à vontade para falar sobre a violência sofrida, porque elas imaginam que o policial masculino pode desacreditá-la, contudo destacou que isso só acontece na primeira visita. Importante destacar que, por se tratar de tema que requer análise mais aprofundada, irei abordar criticamente a necessidade de a vítima relatar a violência sofrida na categoria “prática de atendimento dos policiais militares e a interação com as assistidas”.

4.3.3 Realização da Ronda por policiamento ostensivo e seus efeitos

A categoria que será aqui analisada diz respeito às implicações da utilização de técnicas e práticas que possibilitam materializar e operacionalizar ação pública a partir da análise das narrativas que apontaram algumas restrições ao modelo da Ronda Maria da Penha. Isso se deve ao fato de a Ronda ser executada por meio de policiamento ostensivo, o que pode gerar efeitos diversos dos fins perseguidos pela política de proteção da mulher.

Como dito, os instrumentos de política não atuam somente na dimensão técnica, concretizando os propósitos dos governantes, especialmente porque esses carregam em si seus resultados quando produzem efeitos inesperados. É importante ressaltar que, se os instrumentos de políticas não são neutros, eles se constituem em formas condensadas de conhecimento sobre o controle da sociedade e os modos de exercê-lo, proporcionando estabilidade aos sistemas sociais. Por isso, também é importante compreender como os instrumentos podem produzir

efeitos independentemente dos objetivos governamentais perseguidos. (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012b).

Para o entrevistado PMM6, o instrumento ORMP vem ganhando credibilidade e visibilidade institucional, especialmente por reconhecerem a importância do trabalho preventivo que executa:

Eu falo do antes e do agora. Antes era mais um serviço [a ORMP] que não ganhava credibilidade por não ser considerado um serviço operacional, a gente tinha essa visão, e é claro que ainda existe. O fato de você não ser da área, da linha de frente operacional, mas é um serviço preventivo em que hoje tem ganhado visibilidade até mesmo do alto escalão e é tão importante quanto o serviço operacional (PMM6).

É importante explicar que, embora se observe relatos afastando o caráter operacional da Ronda, esse instrumento apresenta características elementares do serviço operacional. Primeiro, porque atua na perspectiva da prevenção e repressão, e, segundo, o serviço é realizado por policiais fardados, portando arma de fogo, colete, que se deslocam em viatura padronizada para atender as assistidas e realizam prisões em flagrante delito. Em outras palavras, executam, de igual forma, o trabalho de outras equipes operacionais, mas com atuação direcionada para a situação específica de enfrentamento da violência contra mulher. Desse modo, parece que a rejeição ao serviço da Ronda não reside na ideia de desvio da atividade policial, mas está relacionada muito mais ao movimento de resistências das relações de poder que permeiam esse ambiente, revelando implicitamente o caráter patriarcal da instituição.

De outro modo, toda estigmatização está fundamentada no fato de que a polícia foi constituída e formada para o enfrentamento da criminalidade, direcionando os seus esforços para os agressores. A preocupação com a vítima, no nosso sistema jurídico, é algo recente, inclusive discute-se hoje a criação do Estatuto da vítima. A polícia não foi idealizada com o foco na proteção da vítima, de modo que, quando se pensa em garantia de segurança pública, remete-se à captura de criminosos. No meio policial, é comum a comparação até mesmo entre os policiais que realizam o policiamento ostensivo, pois grupos especializados de combate à criminalidade costumam se considerar policiais melhores do que aqueles que realizam o policiamento cotidiano. Assim, na cultura policial, é comum a valorização de policiais que desenvolvem o serviço denominado “tático”.

É por estas razões que iniciativas como a Ronda encontram muita resistência na instituição policial, que tendem a fortalecer a ideologia presente nesse espaço, uma vez que o preconceito é reproduzido mesmo que de forma sutil até mesmo por aqueles que são atingidos. No caso da Ronda, os próprios integrantes, ao informar que sofriam discriminação de outros

policiais, destacavam que isso ocorria em razão de trabalho realizado na Ronda não ser uma atividade operacional. Portanto, nota-se que, ao invés de contestarem as críticas que sofreram, os integrantes da Ronda acabam legitimando, em seu discurso implícito, a crença equivocada de que sua atividade não se trata de policiamento ostensivo.

De modo geral, os(as) entrevistados(as), ao serem questionados sobre a Ronda ser realizada por meio de policiamento ostensivo, apontaram como um modelo adequado e necessário de fiscalização. Entretanto, essas narrativas se mostraram contraditórias quando, em seus depoimentos, 11(onze) entrevistados(as) reconheceram que muitas assistidas apresentam restrição ao acompanhamento da Ronda em razão do constrangimento ocasionado pela presença de viatura policial em suas residências e, desses(as), 7 (sete) também apontaram que a presença ostensiva pode ser motivo de insegurança para mulher, quando reside em áreas de grande incidência de criminalidade.

O discurso implícito nessa percepção revela a visão dos entrevistados que é delimitada por ações estatais de policiamento repressivo, revelando ainda a ausência de crença no sucesso de políticas públicas não desenvolvidas pelo aparato policial do Estado. Encontra-se implícita também a disputa por espaços de poder que se verifica na administração pública. Nesse caso específico, observa-se, de certo modo, a busca pela manutenção do *status quo* da instituição policial militar.

O entrevistado PMM1, ao argumentar sobre o trabalho da Ronda ocorrer mediante policiamento ostensivo, destacou que esse formato de fiscalização gera dois efeitos, um para o agressor e outro para a assistida, conforme depoimento abaixo:

Bom, o que ocorre na realidade é o seguinte: pra os agressores, acaba sendo necessário que seja dessa forma para que ele entenda que ele tá de fato correndo o risco de ser preso, então a presença ostensiva é necessária por isso. Pra assistida, acaba sendo um apoio pra ela acreditar que o Estado tá protegendo (PMM1).

Esse entrevistado, embora defenda o formato da Ronda ao apontar efeitos positivos para as assistidas, afirmou que, em alguns momentos, já vivenciou restrições das mulheres em relação à ORMP, pontuando duas situações que podem ser geradas pela presença de uma viatura policial padronizada na porta da mulher. A primeira refere-se à exposição de sua vida para os vizinhos e a segunda diz respeito ao emprego de mecanismos extralegais de resolução de conflitos, pois, em bairros onde há um suposto domínio de grupos criminosos, a vítima termina não aceitando a Ronda, porque esses grupos, além de não quererem a presença da polícia no local, possuem seus próprios meios para resolução de conflitos, de acordo com o entrevistado:

Primeiro, pela vizinhança, porque, quando a viatura policial para na porta a vizinhança né? Principalmente nos bairros mais populares, fica toda na rua, aí ela sabe que é motivo de comentário. E, às vezes, também as assistidas que vivem em área onde o tráfico domina, a criminalidade de uma forma geral domina, e os próprios traficantes vão saber dela porque a polícia tá indo lá e aí quando ela informa o motivo, o tráfico dá o retorno de que ela pode dizer para polícia que não precisa mais ir, porque eles vão se encarregar de fazer com que o agressor não vá mais ao local. Já chegou a ter uma situação de homicídio em que o corpo foi encontrado dentro da UEFS [Universidade Estadual de Feira de Santana] por sinal, uma agressão que aconteceu no Bairro do George Américo e o tráfico tomou conhecimento do que acontecia e falou pra assistida que ela poderia dispensar a polícia que eles mesmo resolvia e, uma semana depois, o corpo foi encontrado no fundo da UEFS, o agressor foi morto (PMM1).

O entrevistado PMM6 também apontou que a presença de polícia na porta é a causa de restrição das assistidas em relação à Ronda, porque as expõem diante dos vizinhos e ainda pode gerar insegurança, conforme relato seguinte:

Na maioria das vezes que eu já vivenciei, as mulheres recusavam a presença da viatura por medo de sofrer retaliação dos marginais, outras porque foram ameaçadas por eles. Algumas já relataram que os traficantes tiveram na porta delas e mandaram dispensar o polícia, ameaçando caso não obedecesse a ordem. Em outras situações, os bandidos mandaram dispensar porque iria resolver o problema com o agressor. Não é interessante para o traficante ter a presença constante da polícia na sua área de atuação (PMM6).

O entrevistado PMM3 ainda destacou que as vítimas, quando apresentaram restrição à Ronda, relatavam expressamente que era por conta da vergonha de ter uma viatura policial padronizada na porta. Para o entrevistado, o fato de uma viatura estar na porta de uma residência ainda é constrangedor, porque pode evidenciar a existência de um problema ou que algo de ruim aconteceu naquela família, envergonhando a vítima perante os vizinhos.

Para a entrevistada PMF2, há mulheres que se sentem envergonhadas com a presença de uma viatura da polícia na sua porta e outras não se sentem seguras por conta do receio de sofrer alguma retaliação por parte dos criminosos que moram no bairro. Em contrapartida, a respondente destacou que considera importante a execução da Ronda por policiamento ostensivo, porque, em outros casos, há mulheres que se sentem seguras. Além disso, a presença da viatura na rua pode estimular outras mulheres a denunciar as violências sofridas e solicitar o acompanhamento da Ronda, relatando que “Aí tem situação de a gente ter duas ou três mulheres que são assistidas pela Ronda na mesma rua, porque elas viram o exemplo e decidiram prosseguir” (PMF2).

A partir desse relato, observei que, por um lado, a ostensividade da Ronda com a utilização de viatura policial passou a ser também um instrumento de divulgação do serviço

prestado, estimulando e encorajando outras vítimas a buscarem proteção e afastarem-se do ciclo de violência. Em contrapartida, a ostensividade pode ser vista como elemento estigmatizador, inibindo que outras mulheres denunciem a violência sofrida por não quererem passar pelo constrangimento de ter uma viatura policial periodicamente na porta de sua residência.

Em uma análise legal das atribuições da execução da fiscalização das MPU, o PMM6 reconheceu que deveria ser feita por oficial de justiça, a quem cabe dar cumprimento as decisões judiciais. No entanto, verifiquei uma crítica à crença na cultura de utilização do aparato repressivo como fonte implementadora de políticas públicas.

A questão da Ronda no policiamento ostensivo é porque é o braço forte e armado do Estado. Essa fiscalização da medida protetiva é uma fiscalização que por direito seria por um oficial de justiça, mas por vezes o próprio oficial de justiça vai junto com a polícia. Então a gente ainda tá numa cultura em que é preciso ter a força armada para intimidar o indivíduo (PMM6).

De igual modo, observei que o respondente PMM3 teceu uma crítica à utilização recorrente de policiamento para resolução de problemas, afirmando que isso se deve à crença na qualificação da Polícia Militar como instituição preparada para o atendimento de várias situações:

O fato de culturalmente existir uma observação na Polícia Militar como preparada pra diversas situações ou qualquer situação acaba transmitindo uma ideia de que conseguimos fazer também isso aí. Eu acho que a nossa população, a nossa sociedade acaba não dando o valor devido para algumas outras profissões e que poderiam fazer também esse trabalho. O valor ou a compreensão de que aquele profissional ali ele também consegue fazer. Temos os mesmos problemas, as mesmas imperfeições em relação a atividade assim como qualquer outra profissão (PMM3).

Essa narrativa nos remete à compreensão de que os instrumentos de políticas públicas estruturam as relações sociais entre o poder público e seus destinatários a partir das representações e significações que carregam, de modo que são portadores de valores, alimentados por uma interpretação social e por concepções dos modos de regulação (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012b).

De modo contrário, o entrevistado PMM8 foi taxativo ao reconhecer que o ideal seria que o trabalho da Ronda fosse realizado pelo sistema de justiça, por meio de uma equipe multidisciplinar, mas ressaltou que:

A polícia é quem consegue realmente fornecer os meios para que a coisa aconteça, que seriam os recursos humanos, a viatura, combustível. Não sei se outras instituições não teriam recursos, mas o que a gente vê que outras instituições não abrangem as atribuições que não são exclusivamente da competência delas. Então acho que seria o ideal que a Ministério Público ou a Vara realizassem esse serviço (PMM8).

Esse depoimento revela uma crítica ao fato da Polícia Militar sempre está disponível para qualquer atividade, mesmo aquela que não esteja na esfera de suas atribuições, demonstrando implicitamente que existe uma necessidade institucional em abarcar atividades diversas das suas funções.

Para a entrevistada PMF9, a realização da Ronda mediante policiamento ostensivo é uma questão bastante controversa, por isso não possui um entendimento consolidado sobre o assunto. Ela apresentou duas vertentes sobre essa questão:

Eu acho isso uma questão bastante controversa. Eu na verdade não tenho uma opinião firme. Temos dois lados, o Estado usa a força para fazer o cumprir as medidas, porque se um civil fosse fiscalizar não teria o mesmo impacto. Por outro lado, tem as questões que eu falei da vítima se sentir constrangida com a presença da polícia, porque muitas recusam o atendimento pelo fato de ser uma viatura da polícia que irá fazer o acompanhamento. Ainda tem a questão que eu acho que é um desvio de função da polícia. É uma situação muito complicada eu nem sei como me posicionar (PMF9).

O argumento apresentado revela que a entrevistada é contrária à atividade da Ronda sendo desenvolvida pela PM, porque acredita que não é atribuição desse órgão. De modo ambíguo, acredita que se fosse de outro formato não teria a mesma efetividade.

Já o entrevistado PMM11 entende que a existência desse modelo da Ronda é imprescindível porque:

O projeto foi desenvolvido com esse objetivo, que a gente, de forma ostensiva, esteja passando na frente da residência das vítimas e encorajem outras vítimas de violência doméstica a procurar as autoridades, inibindo a ação do agressor. A presença ostensiva da polícia vai despertar uma cautela maior em relação à mulher, porque ele sabe que pode ser preso se descumprir a medida protetiva. Então eu acho que esse serviço realizado por policiamento ostensivo é imprescindível, essencial. Até poderia ter, caso a assistida não quisesse dessa forma, uma equipe disponível, composta por funcionários civis, por exemplo do TJ ou MP, mas eu acredito que não seria atingida a finalidade de proteger a vítima ou de fazer cumprir a ordem judicial (PMM11).

Ele considera a realização da Ronda por órgão não policial nas hipóteses em que a assistida assim o escolha, contudo pontua que não crê na efetividade desta outra modalidade de Ronda. O que se pode notar é que a descrença na efetividade da fiscalização ser realizada por outro órgão é fundada nos casos extremos de maior violência ou de deliberada vontade de reincidir do agressor. Fica implícito, nesse discurso, que não há inviabilidade de ações complementares entre os diversos órgãos que compõem o sistema de proteção para a fiscalização da medida.

O trabalho ostensivo parece ser imprescindível para a segurança da vítima em casos de maior risco de reincidência delitiva, pois, conforme se extraiu das narrativas há agressores violentos que não seriam desestimulados da reiteração com a presença de um preposto

administrativo de outro órgão da administração pública. No entanto, como ponto negativo verifiquei que a Ronda realizada por policiamento ostensivo pode gerar constrangimentos para muitas mulheres, razão pela qual algumas recusam o serviço ofertado por esse instrumento. Desse modo, é inevitável se questionar a possibilidade de obter resultados semelhantes com outro modelo de fiscalização, seja isoladamente realizado por outros órgãos ou em parceria com a própria polícia.

Os(as) entrevistados(as) avaliaram a Ronda positivamente, destacaram que esse instrumento presta um serviço essencial para as mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar porque, geralmente, consegue interromper o ciclo de violência só com a execução da Ronda, não se registrando reincidência ou reiteração criminosa contra a grande maioria das vítimas assistidas. No entanto, em alguns casos em que ocorrem descumprimentos, relataram que realizam a prisão em flagrante delito. É importante salientar que essa prisão se dá tanto pelo descumprimento de medida protetiva quanto por outro crime eventualmente praticado, como lesão corporal e ameaça, que são os mais comuns no âmbito doméstico e familiar.

Para entrevistado PMM1, a implementação da Ronda foi bastante oportuna, e que já poderia ter uma dimensão maior, como a implantação de uma companhia específica, denominada Maria da Penha. O entrevistado destacou ainda que a RMP deveria ser subordinada a uma única unidade administrativa de Comando Estadual, pois isso traria uma uniformização da Ronda na Bahia.

O entrevistado PMM3 e a entrevistada PMF5 foram taxativos ao sinalizarem que o trabalho da Ronda é efetivo e gera resultados concretos, afirmando que as mulheres atendidas não foram vítimas de feminicídios, conforme discursos abaixo:

O trabalho da Ronda Maria da Penha é um trabalho que traz um resultado muito expressivo a ponto de nós não termos situação de feminicídio, por exemplo, com mulheres que eram acompanhadas pela Ronda. Acontece feminicídio mas não são com mulheres que eram acompanhadas pela Ronda. A gente percebe por aí que é um trabalho muito positivo, traz resultados visíveis e eu compreendo com exemplo de trabalho, de presença do Estado na sociedade. O Estado acaba aparecendo de forma muito interessante aí (PMM3).

A minha avaliação é que a Ronda é um trabalho importante e efetivo como falei agora, e eu tiro isso com base nos números de feminicídios, nenhuma das mulheres acompanhadas pela ronda foi morta pelo seu companheiro. E com o passar dos anos, após a sua implementação, a qualidade da ronda só fez melhorar, porque foi aprimorando o atendimento através da prática (PMM5).

A ausência de feminicídios entre o público atendido pela Ronda também foi sinalizado pelo entrevistado PMF10, que avaliou o trabalho realizado pela Ronda como brilhante. Para

esse respondente, tal fator evidencia a efetividade da Ronda e a importância de ampliar o projeto para outros municípios da Bahia.

A entrevistada PMF2, em seu depoimento sobre avaliação da Ronda, fez um relato impactante sobre a situação de extrema vulnerabilidade e fragilidade das vítimas atendidas, no qual se observa que muito mais que segurança, a mulher precisa de acolhimento.

Eu sou apaixonada pela Ronda (risos), então eu sou bem tendenciosa ao falar, porque eu acho o trabalho da Ronda excelente. Quando a gente chega para visitar essas mulheres, essas mulheres estão com a auto estima destruída e a partir do contato que tem com a Ronda, as conversas, a gente começa a perceber a mudança, até na forma dela se portar, no físico, no cuidado com a aparência, a gente começa a ver uma evolução. E tem situações que a gente chega e elas estão com medo terrível que ela pensa que sair na rua vai, a qualquer momento, encontrar o agressor, porque ele ameaça tanto que ela acha que a todo momento que sair vai encontrar com ele. Aí quando a gente começa a fazer as visitas e começa a mostrar que ela tem que dá seguimento a vida dela, que elas não podem paralisar, né? Elas se sentem mais confiantes (PMF2).

4.3.4 Práticas de atendimento dos(as) policiais militares na ORMP e interação com as assistidas

Conforme já abordei, os profissionais responsáveis por fornecer as políticas públicas são os burocratas de nível de rua. É por meio desses que o Estado alcança os cidadãos, ofertando-lhes direitos, benefícios, impondo-lhes restrições, possibilitando o acesso à máquina pública. No âmbito da Ronda, o(a) policial mantém contato direto com as assistidas, fiscalizando o cumprimento das MPU, de modo que sua atuação irá impactar na vida dessas mulheres, o que se amolda à função de burocrata de nível de rua (LIPSKY, [1980] 2019).

Assim, esses profissionais têm considerável poder discricionário e exercem muita influência na vida dos cidadãos, tendo em vista que, a depender do da forma pela qual proporcionam benefícios e sanções, pode organizar ou estruturar a vida das pessoas. Por isso, a atuação desses profissionais repercute no modo de vida das pessoas, na medida em que os cidadãos têm seu contexto social definido com base nos direitos concretizados e sanções impostas por estes agentes de nível rua.

No que diz respeito ao atendimento realizado na Ronda, os entrevistados relataram que recebem, diariamente, as medidas protetivas de urgência que serão fiscalizadas. Em seguida, dirigem-se até a residência da vítima, buscando deixá-la à vontade para conversar sobre os problemas, medos e aflições, e procuram principalmente saber como a vítima está, se o réu está importunando, se precisa de alguma orientação ou ajuda. Caso seja a primeira abordagem, a

equipe se identifica, explica como funciona o serviço e sinaliza para a vítima que é facultado a ela aceitar ou não o acompanhamento, assim esse primeiro encontro costuma ser mais demorado que os outros.

Entre os padrões de rotina estabelecidos pelos(as) policiais entrevistados(as) destaca-se *screening* (rastreamento)(LISPSKY, 2019), no qual se concretiza o acesso ao benefício através da fiscalização das MPU, acompanhando as assistidas para garantir direito à liberdade e à integridade física e psíquica.

A entrevistada PMF5 explicou que, na primeira abordagem, é realizado o preenchimento do formulário de acolhimento, no qual são registrados os dados pessoais da vítima, possibilitando traçar um perfil socioeconômico da mulher vítima de violência acompanhada pela ORMP. A entrevistada ainda afirmou que, nessa primeira abordagem, “perguntamos tudo que aconteceu com ela relacionado à violência e se o agressor continua importunando, a maioria fala que o homem mesmo com a medida ainda continua mantendo contato por telefone ou pessoalmente” (PMF5). Destaca-se aqui uma atenção para que esse tipo de abordagem não traga processos de revitimização, conforme previsto pela própria Lei Maria da Penha.

De modo geral, os entrevistados relataram que a primeira visita costuma ser realizada com muita cautela, porque, nesse momento, a equipe busca saber o que aconteceu com a mulher para traçar um plano de atendimento, entrando assim na esfera íntima da vítima. Por isso, é essencial que os policiais tenham sensibilidade, algum tipo de conhecimento e habilidade específica ao perguntar sobre os fatos sem que a assistida se sinta pressionada ou julgada, procurando acolher e ouvir mais a vítima. É possível verificar tais afirmativas nas falas dos(as) entrevistados(as):

É como se a gente fosse também uma psicóloga naquele momento, porque a gente escuta, quando a gente chega a fazer a primeira visita essa mulher está praticamente destruída e o primeiro contato da Ronda ela vai relatar tudo que passou ou, de certa forma, a gente preenche um questionário e tem que fazer aquela mulher lembrar o que passou e é bem doloroso para ela, mas assim ao decorrer das visitas a gente vai ganhando uma confiança e uma amizade. Elas passam a confiar na gente e se sentem protegidas (PMF2).

A gente vai buscar o endereço da assistida, a guarnição vai localizar o endereço pra ter contato com essa mulher. Encontrando ela, a gente vai fazer um questionário para saber as condições dela, o que aconteceu o que levou essa mulher a prestar a queixa na DEAM e essa queixa se transformar num processo junto a Vara de Justiça. Então na primeira abordagem a gente procura entender todo o ciclo de violência dessa mulher, ouvindo a mulher com toda atenção possível. Nesses momentos, ela costuma chorar, se emocionar, então a gente tem que ter todo cuidado e sensibilidade com essa mulher (PMM11).

A partir dos depoimentos, foi observado que, na primeira abordagem, as assistidas precisam relatar todo o processo de sofrimento experimentado na situação de violência na qual elas se encontravam, porque é um protocolo que foi estabelecido pela rede de enfrentamento da violência à mulher, através dos formulário disponibilizado (Anexo II). As entrevistadas inclusive reconheceram que é um processo bastante doloroso para a mulher ter que relembra toda a situação vivida, entretanto argumentaram que esse tipo de relato é necessário para que a equipe compreenda todo ciclo de violência e identifique a real situação de risco da vítima. Nesse sentido, ficam algumas inquietações, já que o(a) policial não tem formação específica em Psicologia ou Serviço Social, adequadas a fazer esse tipo de anamnese. Isso implica em algumas limitações e implicações do ponto de vista da atuação profissional e mesmo de caráter ético que precisam ser analisados de modo mais detalhado. Talvez, fosse o caso da atuação da ORMP ocorrer com uma equipe multidisciplinar, composta não apenas por policiais.

Apesar de ter acolhimento e empatia dos integrantes da Ronda, a finalidade principal da Ronda é evitar a reiteração do delito e proteger a vítima, fiscalizando, portanto, o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Não constitui papel principal desse instrumento realizar inquirições sobre o ciclo de violência, uma vez que estabelecer como requisito a narrativa da vítima de toda violência que sofreu pode caracterizar revitimização. A própria Lei Maria da Penha, em seu art. 10A, § 1º, inc. III, estabelece como diretriz a não revitimização da vítima, com o objetivo de evitar sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada. Nesse contexto, é possível perceber um distanciamento entre os discursos implícitos contidos no instrumento e seus conteúdos explícitos.

Esse distanciamento é evidenciado por duas questões. Primeiro, conforme relatado, é premissa explícita da política a não revitimização da mulher, que pode ocorrer quando submetida a repetidas inquirições, contudo a prática de solicitar às assistidas a descrição da violência sofrida, faz com que a mulher seja revitimizada. Segundo, entendo que essas inquirições são desnecessárias, uma vez que foi criado o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (FRIDA) (Anexo V), o qual deve ser anexado às medidas protetivas de urgência. Esse formulário é constituído por perguntas cujas respostas contribuem para identificação do grau de risco em que a vítima se encontra, evitando, desse modo, que a mulher precise descrever o fato por várias vezes.

Talvez o pedido de descrição obrigatório da violência que consta do formulário não seja adequado. Entretanto vejo como possível a escuta da vítima que, livre e espontaneamente inicia a narrativa, não devendo ser interrompida. Essa livre narrativa pode revelar a necessidade de ser ouvida e de atendimento multidisciplinar. Portanto, seria preciso encaminhamento para atendimento por órgão especializado integrante da Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência.

Pereira (2021), em sua pesquisa empírica, trouxe uma narrativa de uma policial implementadora da RMP na Bahia que evidenciou a revitimização da mulher no processo de recontar os fatos da violência toda vez que precisa se dirigir a um serviço, criticando a ausência de um sistema digital interligado que conste o histórico dessa mulher para que se possa fazer o acompanhamento sem que ela precise relatar repetidas vezes o fato. No caso da Ronda, uma guarnição fica vinculada a mesma vítima para, além de estabelecer uma relação de confiança, evitar o sofrimento gerado pela obrigatoriedade de narrar reiteradamente a violência sofrida.

É importante destacar ainda que essa mesma vítima deve ter sido ouvida na delegacia e obrigatoriamente deverá ser ouvida numa audiência judicial, em algumas hipóteses, por profissional de saúde e por fim os integrantes da Ronda ainda têm que reinquirir a respeito da violência sofrida. Quando se trata de vítima de violência sexual, geralmente, tem-se um maior constrangimento. Nesse sentido, observa-se que os instrumentos podem estabelecer padrões interpretativos e estruturar conforme sua própria lógica a política de proteção à mulher, produzindo efeitos contrários a essa política (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012b).

Sobre os demais atendimentos, analisando-se de forma geral, os(as) entrevistados(as) narraram que a equipe vai até o local designado pela assistida para saber se o agressor está descumprindo a MPU. Nesse sentido, o entrevistado PMM7 relatou:

Posteriormente, a gente continua fazendo a visita caso ela queira continuar e como, na maioria das vezes, elas pretendem continuar as visitas, a gente dá continuidade as visitas. Então a gente acompanha essas assistidas, vai na casa, vê se agressor está cumprindo a medida, porque já chegou algumas vezes que a gente foi até a casa e o agressor não cumpriu a determinação do juiz, então a gente teve que conduzir eles para delegacia. Então o objetivo nosso maior é fazer com que o réu cumpra a medida e não se aproxime da mulher para ela não correr nenhum risco (PMM7)

A duração dos encontros pode variar, conforme o momento e as circunstâncias, os(as) entrevistados(as) relataram que o primeiro encontro normalmente é o mais demorado e costuma durar 60 (sessenta) minutos ou até mais, enquanto que as visitas de rotina costumam ser mais rápidas, durando em média 10 (dez) minutos. No entanto, esse tempo de atendimento, nas

visitas de rotina, ainda pode depender da situação de fragilidade da vítima, conforme relato da entrevistada PMF4:

Mas só que muitas vezes extrapola porque a gente vai perguntar pra assistida e ela começa a relatar as coisas e você não tem como não dá ouvidos não escutar, não acolher aquela pessoa que tá ali. De repente, só tem você para conversar, muitas se afastam da família, dos familiares e muitas só têm a gente para chegar lá e conversar. Então numa visita que era pra levar 5 minutos, geralmente leva 30 a 40 minutos (PMF4).

A Ronda termina assumindo um papel que não se insere no seu rol de atribuições. Isso porque a ORMP, geralmente, é o único órgão que vai ao encontro da vítima, que visita para saber sobre seu bem-estar. Nesse sentido, o entrevistado PMM8 entende que as vítimas veem a Ronda como um ponto de apoio de fácil acesso. Embora a Rede de Proteção das Mulheres por outros órgãos, para acessá-los a vítima precisa deslocar-se até o local onde funcionam esses órgãos. Contudo, com a Ronda ela se sente protegida e acolhida de fato, porque esse instrumento vai até a casa ou outro local designado por ela. O entrevistado pontua ainda que, caso o agressor esteja pelas proximidades e a vítima se sinta ameaçada, a assistida liga para Ronda e a equipe vai até ela.

Nesse aspecto, observei a ausência de uma integração com a Rede, principalmente, dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para acompanhamento das assistidas de modo a garantir apoio psicossocial e proteção social.

Sobre os reflexos da atuação na Ronda para os(as) policiais, as entrevistas apontaram que os atendimentos realizados serviram para uma mudança de paradigma em relação a perspectiva de gênero, da situação da mulher na sociedade e da violência praticada contra ela, conforme relatos dos(as) policiais. Os(as) entrevistados(as) também afirmaram que atuar na Ronda significa crescimento pessoal, destacando ainda o PMM3 que implica repensar a forma de agir com a própria família.

Os(as) policiais entrevistados(as) pontuaram que o trabalho na Ronda é uma realização profissional e pessoal. Profissional, porque sentem que estão fazendo algo de fato útil e que surte resultados concretos. Já a realização pessoal está relacionada a ideia de salvar a vida de muitas mulheres, dando-lhes oportunidade de reconstruir suas trajetórias. Nesse sentido, a entrevista PMF9 também destacou que, embora sua ida para Ronda não tenha sido voluntária, atuar nesse instrumento está sendo uma experiência muito significativa, pontuando que a Ronda

trouxe uma perspectiva bastante diferente da formação e daquilo que o policial é treinado para fazer.

Nesse sentido, percebi com base nas narrativas que a atuação na Ronda significou para os(as) policiais uma mudança de paradigma quanto à atuação da polícia de modo geral. Assim, o entrevistado PMM11 explicou o sentido de atuar na Ronda

Significa, pra mim, algo muito gratificante, eu estou me sentindo mais útil. Agora eu não tenho a sensação de estar enxugando gelo. Quando você inicia um trabalho com a assistida e quando ela consegue se livrar daquelas amarras daquele agressor e você vê o brilho no olhar dela, ela radiante, voltando a viver de novo, você pensa: meu trabalho foi concluído com êxito, coisa que eu não sentia no serviço ordinário, me sentia enxugando gelo, porque todo dia era a mesma coisa e não resolvia. Já na Ronda Maria da Penha você vê resultado, vê evolução. Isso é muito gratificante para mim (PMM11).

A partir dos relatos, foi possível observar que os/as policiais se sentem mais entusiasmados(as) por realizarem um trabalho que não se resume a trabalho meramente repressivo. Isso porque a atuação na ORMP permitiu que as/os policiais enxergassem de forma concreta os resultados de sua atividade e que refletissem sobre a atividade da polícia como um todo.

4.3.5 Importância da formação profissional para atuação na Ronda

A categoria que será aqui analisada diz respeito às análises das narrativas que apontaram os reflexos da formação específica para atuação na Ronda, validando a importância dessa formação para o(a) policial desenvolver as atividades nesse instrumento.

O Termo de Cooperação Técnica, instituidor da Ronda Maria da Penha da Bahia, estabelece as ações que visam a, inicialmente, promover a capacitação de policiais militares para a realização das rondas ostensivas ou protetivas, no intuito de qualificar os serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais. Uma atuação fundamentada na prevenção, na proteção e educação pressupõe que o processo seja iniciado dentro da própria corporação, especialmente com as e os policiais que atuam na RMP.

No que diz respeito à formação policial para fazer parte da Ronda, os entrevistados informaram que, no início da implementação da Ronda em Feira de Santana, foi realizado um curso de formação para ingressar nesse instrumento. Do efetivo atual, oito policiais fizeram o esse curso, enquanto que os(as) demais policiais, aqueles que entraram no instrumento depois

da inauguração, não passaram por curso de nivelamento para ingressar na Ronda. No entanto, todos informaram que, ao longo do tempo que atuam RMP, participaram de seminários, palestras e *workshops* sobre a temática da violência de gênero.

Os entrevistados afirmaram que, no curso de nivelamento foi abordada a história e luta de Maria da Penha, e alguns aspectos jurídicos sobre violência doméstica e familiar disposto na Lei 11.340/2006, a forma como o policial deve proceder para evitar a revitimização da mulher. Foram discutidos também os aspectos sociais e históricos relacionados à construção de gênero e as causas da violência de gênero, notadamente a violência contra mulher no contexto doméstico e familiar. Houve também uma parte prática, na qual foram realizados atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sob orientação e supervisão de policiais que já atuavam neste serviço.

O entrevistado PMM1 acentuou a importância do curso para uma mudança de paradigma de atuação policial, cuja atuação neste serviço é voltada para a proteção da vítima, distanciando-se da atuação regular da policial que dirige seus esforços, em regra, para a captura do agressor. Nesse sentido, o PMM7 relatou que, antes do trabalho na Ronda, atuava mais no combate à criminalidade, mas o curso trouxe uma perspectiva diferente e, particularmente, muito significativa, porque passou a enxergar o cidadão por um outro viés, e, principalmente a mulher na condição de vulnerabilidade em que se encontra quando vítima de violência doméstica e familiar.

Já a PMF5 destacou que a mudança de paradigma ocorreu, de fato, com a associação do curso à prática, conforme relato abaixo:

Eu acho que só o curso não foi suficiente, mas a prática das coisas que foram ditas no curso. Vi muitos policiais que diziam não gostar muito de atuar nesse tipo de ocorrência, mas, depois que passaram a trabalhar, mudaram o pensamento e a forma de agir. Até a agressividade deles enquanto pessoa diminuiu. Teve colegas que falaram que mudaram a atitude em casa com as mulheres. Eles adquiriram e ampliaram o conhecimento sobre gênero. A gente trabalha com trans, com homossexuais que tiveram a medida protetiva de urgência então foi bastante positivo para quebrar preconceitos (PMF5).

Essas narrativas se articulam a perspectiva de que as experiências na RMP contribuem para uma mudança nas percepções dos agentes sobre o modo de enxergar a violência de gênero. Relatos de policiais que atuam na Ronda Maria da Penha de Senhor de Bonfim-BA apontaram para um processo contínuo de mudança de percepção ao qual se está submetido desde a entrada na RMP, possibilitando que os/as policiais percebam a necessidade de desconstrução constante.

Tais noções também foram importantes para que policiais femininas percebessem violências específicas dentro da própria instituição (PEREIRA, 2021).

Quando questionadas sobre as competências requeridas para desenvolver o trabalho na Ronda, todas as entrevistadas falaram que é imprescindível que o policial tenha empatia e sensibilidade com as questões relacionadas a gênero. Para o PMM1, é necessário que o policial se identifique com a causa, ilustrando que a presença de policial machista iria de encontro aos princípios da Ronda, inviabilizando seu funcionamento. No entanto, esse entrevistado ainda reconheceu que a instituição militar apresenta valores machistas, admitindo que já trabalhou policial com esse perfil na Ronda, mas, quando identificado tal perfil, foi imediatamente transferido.

É importante destacar que, na implementação de instrumentos, as ações dos implementadores, mesmo que diferentes dos propósitos dos gestores políticos em certos momentos, são preponderantes. Como já explicado, essas políticas visam, sobretudo, enfrentar os problemas advindos da desigualdade de gênero, então, a Ronda, se implementada por agentes com valores e ideologias contrários a esse objetivo, pode nos revelar que a teoria explícita e a teoria implícita, as quais o instrumento é portador nem sempre estabelecem uma relação de coerência entre si (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012b).

Tudo isso aponta para a necessidade de atenção na identificação de perfis de policiais que atuarão na Ronda, bem como para imprescindibilidade da formação básica e de processos de educação permanente e continuado sobre violência de gênero. Nas entrevistas, não ficam evidentes a priorização de tais processos ao longo da implementação, de modo a aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

4.3.6 Principais desafios e avanços na execução da Ronda

A partir dos relatos dos(os) entrevistados(as) foi possível identificar alguns avanços que ocorreram ao longo da implementação da Ronda, assim como as dificuldades com as quais esse instrumento ainda se depara. Para melhor ilustração dessa categoria, trago os desafios e avanços organizados no quadro abaixo:

Quadro 3: Avanços e dificuldades na implementação da ORMP

DESAFIOS	AVANÇOS
Falta de credibilidade institucional	Credibilidade social
Recursos materiais limitados	Estrutura - sede própria e viatura
Recursos humanos reduzidos	Experiência e aperfeiçoamento dos policiais
Integração com os demais órgãos da Rede	Ampliação dos serviços da Ronda (Operação Paz no Lar)

Fonte: elaboração própria (2022)

Destacando inicialmente os desafios identificados, a entrevistada PMF2 expressamente apontou que muitas dificuldades decorrem justamente do fato de não ser atribuído a esse serviço a mesma importância do serviço considerado operacional. Igualmente, a entrevistada PMF12 destacou que:

As dificuldades eu diria que falta de material bélico, falta mais investimento, não tem um espaço. Eu acho que a própria corporação deixa a gente restrito, principalmente o preconceito que você sofre por acharem que seu serviço não tem uma relevância social como do policial que está no trabalho ordinário tão somente para combater a criminalidade. Os avanços, eu acho que a gente ganhou a confiança de muita gente (PMF12).

Nesse relato, a entrevistada sinalizou as dificuldades decorrentes do fato de a Ronda não possuir a mesma estrutura administrativas que determinados setores possuem, a exemplo das Companhias de Polícia.

A entrevistada PMF2 pontua ainda que o tratamento dispensado à mulher na DEAM, constitui um grande entrave na execução da Ronda, porque, muitas vezes, a mulher, nessa Delegacia, é ignorada na presença da equipe da RMP, desconstruindo todo trabalho de acolhimento que foi realizado, ao encorajar e encaminhar a vítima à delegacia para que ela noticie o descumprimento da medida protetiva.

Essa afirmação apresenta uma questão intrigante, porque, como o próprio nome retrata, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, foi implementada pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) com o objetivo de realizar atendimento policial especializado à mulher. A ideia de criação de atendimento especializado é justamente para evitar a revitimização, proporcionando à vítima um atendimento humanizado e acolhedor. A Lei estabelece que é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar a salvaguarda de sua integridade física, a não revitimização, a garantia de proteção policial e que sua inquirição seja feita em recinto especialmente projetado para esse fim.

De modo geral, quando questionadas sobre as principais dificuldades na execução da Ronda, uma quantidade expressiva das entrevistadas destacou a falta de recursos humanos e materiais como a principal dificuldade da Ronda. O número de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar é muito grande em Feira de Santana, exige-se, por sua vez, uma quantidade maior de recursos para atender essa demanda.

O entrevistado PMM1 argumentou que o efetivo reduzido e a quantidade de viatura constituem a principal limitação no trabalho da Ronda. A limitação de efetivo e de viatura impede que as mulheres vítimas de violência, que residem nos distritos de Feira de Santana, sejam acompanhadas pela Ronda. O entrevistado PMM8 também sinalizou que o pequeno efetivo e uma só viatura são incompatíveis com a demanda da Ronda em Feira de Santana.

Para o PMM3, a “burocracia” é uma das principais dificuldade para execução da Ronda. Ele entende que todos os procedimentos exigidos para que a Ronda possa desenvolver seu trabalho, por vezes, acaba funcionando como um obstáculo. Além disso, relatou que falta uma conexão entre os órgãos da Rede. De acordo com o respondente, não existe um alinhamento de ideias quanto à tomada de decisões relacionadas a violência contra mulher.

Por outro lado, os(as) entrevistados(as) também apresentaram os principais avanços ocorridos durante a implementação da Ronda, destacando-se a criação de uma sede própria, porque antes funcionava em estruturas físicas cedidas por outras unidades da polícia, e a aquisição de uma viatura maior, mais adequada para o deslocamento, sobretudo em zonas rurais, e para conduções de homens presos em flagrante delito.

Outro ponto destacado pelos(as) entrevistados(as) foi o reconhecimento e credibilidade social alcançados pela Ronda. A PMF10 informou que o reconhecimento da sociedade em relação ao atendimento da Ronda constitui um grande avanço, uma vez que as pessoas passaram a se reportar diretamente a equipe, quando tem conhecimento de alguma situação de violência contra mulher, passando a ser uma referência na solução desse problema. Além disso, o trabalho realizado pela Ronda tem um impacto positivo, encorajando as mulheres a noticiarem a violência sofrida, porque elas sentem que podem denunciar sem se colocar em risco, podendo contar com uma rede de proteção.

A entrevistada PMF2 sinalizou que a experiência adquirida ao longo dos anos com a realização dos atendimentos e as particularidades vivenciada por cada mulher possibilitou grande aprendizado, constituindo *know how* para a equipe policial, que facilita o acolhimento e a atuação com empatia com as assistidas.

Já ressaltai que a distribuição de serviços e políticas públicas ocorre mediante um processo complexo de interação entre burocratas e nível de rua e cidadãos, no qual esses agentes precisam tomar decisões, escolher instrumentos e até mesmo traçar estratégias que julguem adequados à execução do trabalho. Assim, o depoimento realizado pela entrevistada PMF2 evidencia que os burocratas de nível de rua possuem significativo poder e influência nas organizações, sobretudo, porque as instituições podem ser dependentes desses agentes, na medida em que esses burocratas adquirem, armazenam e controlam informações sobre pessoas e mecanismos que são importantes para o funcionamento das instituições. Nesse sentido, trabalham em situações que, muitas vezes, requerem respostas para as dimensões humanas das situações. Eles têm discricionariedade porque suas tarefas demandam legitimamente observação e julgamento sensíveis, que não são redutíveis a formatos programados (LIPSKY, [1980] 2019)

Um avanço considerado importante pelos(as) entrevistados(as) foi a implementação pela própria Ronda de uma outra operação, denominada Paz no Lar, na qual a equipe da ORMP, durante finais de semana, passa a atender as ocorrências de violência doméstica e familiar, registradas no CICOM/Feira de Santana (190). Sobre esse fato, o entrevistado PMM8 argumentou que:

Quando atende uma ocorrência, como não é aquela visita rotineira da Ronda, e a vítima não quer prestar a queixa, a viatura ordinária vai embora. Então, a gente tenta fazer um trabalho de conscientização, a gente sugere que a vítima poderia ir à delegacia junto conosco para solicitar a medida protetiva, mesmo que ela não queira que a gente proceda com o flagrante. Mas são muitas chamadas que a gente não consegue contemplar, então temos que passar para a viatura ordinária (PMM8).

A atuação da Ronda também foi ampliada para alcançar mulheres que sofrem violência e vivem aprisionadas pelos seus marido e companheiros, limitadas a frequentar apenas postos de saúde e igrejas. A PMF9 ressaltou que a Ronda passou a atuar nesses ambientes, realizando palestras com o objetivo de orientar seus funcionários e líderes religiosos para que identifiquem e auxiliem essas mulheres que não conseguem denunciar a violência.

Uma vez questionadas sobre a visão das vítimas em relação à Ronda, os(as) entrevistados(os) afirmaram que as assistidas enxergam esse instrumento de forma bastante positiva. De acordo com o PMM11:

As vítimas veem de forma bastante positiva. Um serviço que passou a ser essencial, porque quando não havia a Ronda Maria da Penha, não tinha nenhum órgão que fiscalizasse as medidas. A mulher pegava sua medida, um papel botava na bolsa e tá

protegida? Não. Então com a Ronda passou a trazer uma maior segurança pra ela (PMM11).

O PMM6 acredita que as vítimas se sentem mais seguras com a presença da Ronda, principalmente pelo fato de ser uma equipe policial. Ele relata ainda que o trabalho da Ronda envolve orientação psicológica e jurídica, até apoio financeiro, porque as equipes já prestaram apoio material, adquirindo cestas básicas para ajudar mulheres que estavam em situação de extrema pobreza. Assim, o trabalho da Ronda ultrapassa as fronteiras da esfera da Segurança Pública, adentrado no campo da assistência social.

Semelhantemente, explicou a PMF12 que as assistidas consideram a Ronda como uma segunda família, uma vez que, com esse instrumento, ela é acolhida, amparada e ouvida. Reiterando a necessidade de uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento da Ronda, essa entrevistada afirmou que a equipe procura saber as necessidades da assistida, não só aquelas relacionadas à atividade policial, mas as de cunho social, psicológico e jurídico, para buscar atendê-las na medida do possível.

A partir dessas narrativas, evidenciou-se mais uma vez que a Ronda, por manter um maior contato com as assistidas, promove atendimento que vai além do acompanhamento das medidas protetivas de urgência, buscando suprir algumas necessidades decorrentes da situação de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram. Por outro lado, revelou-se implicitamente uma fragilidade nos órgãos da Rede de proteção à mulher, demonstrando a necessidade de maior integração e ampliação dos serviços para que a mulher que se encontre em situação de grande vulnerabilidade tenha acesso à assistência psicossocial.

Este entendimento também é defendido por Pereira (2021) que destacou a importância de fortalecer a Rede de atenção às mulheres vítimas de violência, porque falta mais articulação com serviços que são imprescindíveis para a garantia de direitos, sobretudo o direito a uma vida sem violência, pontuando ainda que a fragilidade na intersetorialidade do município constitui um entrave na articulação dos órgãos.

De modo geral, os entrevistados, quando questionados sobre a visão da sociedade a respeito da Ronda, afirmaram que a sociedade considera a Ronda um bom projeto, um instrumento de defesa da mulher. Para justificar essa percepção que acreditam que a sociedade tem sobre o serviço desenvolvido na Ronda, os(as) entrevistados(as) relataram que as equipes costumam ser bem recebidas e, por vezes, aplaudida, principalmente, quando da prisão em

flagrante dos agressores. Em seu depoimento, a PMF2 afirmou que a sociedade vê a Ronda como a “Polícia da Mulheres”, que inclusive gera o título desta dissertação.

O entrevistado PMM7, ao afirmar que a Ronda é vista pela sociedade de forma positiva, destacou que queria que a sociedade enxergasse a polícia, enquanto instituição, com os mesmos olhos que enxergam a Ronda, porque as pessoas colocam o policial da Ronda em outro patamar, diferente daquele em que são colocados os(as) policiais que desenvolvem outros tipos de policiamento.

Essa sensação de aceitação social do trabalho da Ronda, relatada pelos(as) entrevistados(as) talvez se deva ao fato desse instrumento ter seu foco voltado para a garantia de direitos da vítima, como a sua integridade física, e não focada no aspecto punitivo, a exemplo da busca de prisão do agressor, o que pode ocorrer, mas não constitui o objetivo principal. Resposta semelhante da sociedade em relação ao serviço da polícia já foi verificada em pesquisas que mediram o grau de confiança da sociedade em órgãos públicos, oportunidades em que os Corpos de Bombeiro Militares, por diversas vezes ocuparam lugar de destaque, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Ranking Brasil, em 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa me proporcionou refletir e compreender como o machismo, as distinções de gênero e o patriarcado operam em todos os sistemas sociais, estimulando comportamentos que podem se revelar em violências sutis e extremas contra as mulheres. Daí a importância de se pensar em ações públicas que visem a responder a tais problemas. Nesse contexto, os instrumentos de políticas públicas constituem mecanismos essenciais no alcance das demandas públicas, através desses instrumentos que as políticas públicas são concretizadas e que as relações entre poder público e seus destinatários são estruturadas.

Esta dissertação, a partir de uma perspectiva sociocêntrica e multiatorial, se propôs aprofundar as análises da implementação do instrumento de política Operação Ronda Maria da Penha - ORMP, na cidade de Feira de Santana-Bahia, tendo como foco as percepções dos(as) policiais implementadores(as). Para tanto, foram empreendidos esforços em busca de encontrar respostas para o seguinte problema de pesquisa: Qual a percepção dos(as) policiais implementadores(as) da Operação Ronda Maria da Penha, em Feira de Santana, sobre a sua atuação nesse instrumento de política pública de enfrentamento da violência de gênero?

Tal problema revela a possibilidade de verificar fatores que influenciam o processo de implementação de políticas, que se desenvolve mediante ações e interações de atores.

Como ficou evidenciado durante a pesquisa, o problema violência contra mulher é um tema interdisciplinar e transversal, uma vez que transita e é discutido em diversas áreas do conhecimento. Desse modo, para analisar as políticas e ações que visam ao enfrentamento desse problema foi necessário buscar amparo não apenas na ciência política, mas também na sociologia, história e no direito. Em face desse caráter do tema escolhido, cuja complexidade de análise foi acentuada pelo corpus da pesquisa, percepção dos(as) policiais, percorri todo o caminho guiada pela teoria da ação pública que permite abordar as políticas públicas através de seus instrumentos (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012b).

Assim, as entrevistas realizadas com os(as) policiais implementadores(as) da Ronda foi imprescindível para se alcançar os fins deste estudo. Dessas narrativas e dos argumentos analisados, emergiram 6 (seis) categorias empíricas que foram correlacionadas às categorias teóricas, a saber, violência de gênero e patriarcado (SAFFIOTI, 2004), instrumentos de políticas

públicas (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012b) e burocracia de nível de rua (LIPSKY [1980] 2019).

Os resultados coletados na pesquisa de campo mostraram que a Ronda representa para os(as) policiais implementadores(as) um instrumento de grande importância no enfrentamento da violência contra mulher. De igual modo, e por consequência, esses(as) implementadores(as) acreditam desenvolver um trabalho relevante para as assistidas. Transpondo os limites de meros fiscalizadores do cumprimento de decisões judiciais que deferem medidas protetivas, esses policiais se veem no exercício de múltiplas funções relacionadas ao acolhimento das vítimas de violência doméstica, que incluem desde ao acolhimento psicológico a orientações jurídicas.

Partindo para análise do primeiro objetivo específico de identificar a estrutura das equipes e o perfil dos policiais que atuam no atendimento das vítimas, em linhas gerais, verifiquei que o número de policiais femininas e policiais masculinos é equivalente, contando com a mesma quantidade de homens e mulheres. Desse modo, obrigatoriamente, toda equipe terá em sua composição a presença de uma policial feminina. A maior parte dos(as) policiais tem idade entre 33 (trinta e três) e 42 (quarenta dois) anos e a grande maioria cursou ensino superior e se declarou preto ou pardo. No tocante ao tempo de polícia, a maioria tem mais de dezesseis anos de polícia e está na Ronda desde sua implementação. Todos(as) os(as) policiais já desempenharam atividade de policiamento ordinário em algum momento.

Nesse sentido, é importante destacar que foi observado que a atuação na Ronda trouxe uma outra perspectiva para os(as) policiais, sobretudo para aqueles(as) que sempre realizaram policiamento ostensivo. A mudança de paradigma não se restringiu a concepção que tinham sobre as questões relacionadas a gênero e a condição da mulher na sociedade, mas ocorreu também na percepção sobre o policiamento. Para esses(as) policiais, o trabalho na Ronda possui um sentido: eles conseguem perceber que seu trabalho está gerando resultados concretos, enquanto que, quando desempenhavam a outra modalidade de policiamento, não conseguiam ver os resultados. O policiamento ostensivo de natureza preventiva tem como foco a garantia da segurança pública com um destinatário difuso que é a coletividade e isso afasta do(a) policial, que realiza o policiamento, a possibilidade de mensurar os resultados de suas ações. Enquanto que Ronda Maria da Penha tem como destinatário pessoas específicas, embora seja um tipo de policiamento ostensivo, tem como beneficiário um indivíduo concreto.

O que se pode observar nessa pesquisa é que esse modelo de atuação atinge, de certo modo, a prática definida como ideal por Lipsky ([1980] 2019) quando explica como os

burocratas de nível de rua deveriam responder às demandas dos cidadãos, buscando as necessidades individuais ou características específicas de cada pessoa que atendem, mas, na prática, isso não ocorre porque esses agentes precisam lidar com os clientes coletivamente para atender as exigências do trabalho que proibem respostas individualizadas.

A quebra de paradigmas começa na formação inicial para integrar a Ronda, ocorrendo de fato com a associação dos conhecimentos adquiridos no curso à prática. Isso porque, nesse curso, foram abordados diversos temas relacionados a gênero, a mulher e a violência, possibilitando ao(a) policial compreender os fundamentos históricos, culturais e sociais que legitimam as diversas opressões.

Nesse sentido, verifiquei que enxergar a condição de vulnerabilidade da mulher em situação de violência contribuiu para que o(a) policial passasse a ver o cidadão por um outro viés, em outras palavras, de uma forma mais humanizada. A formação continuada e a educação permanente do(a) policial em matéria de cidadania e direitos humanos deve conduzi-lo a refletir sobre seu papel na sociedade, sobretudo na qualidade do serviço que é dispensado aos cidadãos.

Foi observado que nem todos que hoje atuam na Ronda participaram do processo de formação mais aprofundado, porque a exigência de participação nesse curso só houve quando o instrumento foi implementado. Contudo, a capacitação e essa formação teórica voltada para as questões de gênero são fundamentais para compreender o ciclo de violência no qual as vítimas se encontram e, por sua vez, para a atuação dos(as) policiais. É preciso que a ORMP invista mais em tais processos educacionais contínuos de modo a promover mudanças de valores entre burocratas de nível de rua que lidam cotidianamente com novas situações. Essa deve ser uma estratégia adotada para que a implementação desse instrumento de políticas públicas diminua os riscos de implementar novas desigualdades.

Além de contribuir para percepção da vulnerabilidade da vítima, as narrativas revelaram que essa formação ampliou a compreensão de direitos humanos, mostrando-se essencial para uma percepção do seu papel e, sobretudo, de um novo olhar para o cidadão enquanto vítima.

Desse modo, acredito que esses temas devem ser incluídos no currículo dos cursos de formação para ingresso na carreira policial, bem como nas demais atividades de aperfeiçoamento, uma vez que não só as(os) policiais que integram Ronda lidam com a violência de gênero, mas outros(as) policiais também atendem ocorrências dessa natureza. Um outro motivo para que esta formação seja universal no âmbito da capacitação policial é que, conforme demonstrado nas entrevistas, a Polícia Militar é uma instituição essencialmente masculinizada

que carrega e reforça valores machistas, assim seus membros tendem a reproduzir esses princípios.

O segundo objetivo específico que examinou a atuação dos(as) policiais militares no atendimento das assistidas revelou, de modo geral, que esses(as) agentes buscam estabelecer uma relação de confiança com as assistidas, proporcionando-as acolhimento. Assim o acompanhamento não se limita apenas a um mero atendimento policial de verificação dos cumprimentos das medidas protetivas. Observou-se que o propósito de estabelecer esse tipo de relação se dá pelo fato de a vítima se encontrar muito fragilizada emocionalmente devido ao tipo de violência sofrida. Desse modo, a atuação policial que não seja pautada pelo atendimento humanizado não seria apta a alcançar os anseios das vítimas que se encontram em extrema vulnerabilidade.

Se, por um ângulo, essas narrativas demonstraram que os(as) policiais têm empatia e um grande interesse em proporcionar a assistida acolhimento, por outro ângulo, o discurso implícito revelou uma necessidade de integração dos demais órgãos da Rede de proteção à mulher. A Ronda, nesse contexto, não deveria ser vista como a finalização ou último passo das políticas públicas destinada às mulheres, com visão apenas ao que diz respeito ao cumprimento da MPU. Ao contrário, em uma Rede de proteção de fato efetiva, uma vez identificadas tais vulnerabilidades, deveriam as assistidas ser encaminhadas aos demais órgãos, com especialidade em cada área de atendimento. Isso reforça a imprescindibilidade de uma atuação realmente integrada de toda Rede.

A integração e comunicação entre os órgãos de proteção à mulher, dentre outros benefícios, pode gerar ainda o acesso da equipe ao FRIDA, excluindo a necessidade de a vítima novamente relatar a violência sofrida no atendimento inicial realizado pela Ronda, evitando a revitimização e, principalmente, o constrangimento de relatar as experiências vividas em situações de violência sexual.

O terceiro objetivo específico buscou compreender a percepção dos(as) policiais militares acerca da violência de gênero e da ORMP, no que diz respeito à eficácia quanto à redução da reincidência e a imagem que a comunidade e as próprias vítimas têm sobre o instrumento de política pública. Desse modo, esse objetivo contribuiu para analisar como os(as) policiais veem o problema da violência praticada contra mulher e a Ronda Maria da Penha.

Quanto à compreensão acerca da violência de gênero, foi observado que, de modo geral, os(as) policiais estabelecem uma relação de similaridade entre essa violência e a violência

contra mulher, isso porque eles compreendem que a violência de gênero incide preponderantemente em corpos femininos, e decorre das relações assimétricas de gênero. Notou-se que os(as) policiais compreendem ainda que a violência de gênero tem raiz histórica, cultural e social, relacionando-se ao machismo e ao patriarcado que definem as relações entre homens e mulheres, e seus papéis na sociedade, reforçando a crença de superioridade masculina.

Foi observado que os(as) policiais acreditam que a cultura masculinizada da PM ainda constitui em um entrave para implementação de políticas com viés de gênero, pois ainda existe discriminação ao serviço da Ronda, primeiro porque muitos policiais não o consideram como serviço “operacional” e, segundo, por ser uma atividade desenvolvida para enfrentar os problemas decorrentes da desigualdade de gênero. Muito embora a Ronda se depare ainda com essas questões, os(as) policiais perceberam que a Ronda aos poucos vem ganhando espaço na Corporação. A criação da Ronda, por si só, já reflete avanço da Instituição no campo das políticas de gênero e enfrentamento da violência e, conseqüentemente, revela também uma tendência de mudança cultural da Instituição. Observei que, o crescimento do número de mulheres na polícia, muitas ocupando posições de comando, tem demonstrado que, ao longo dos anos, ainda que lentamente, tem ocorrido mudanças.

A pesquisa de campo evidenciou que, para as(os) policiais, a Ronda possui uma importância significativa e sua implementação foi bastante oportuna. Eles(as) acreditam que o trabalho desse instrumento é efetivo e traz resultados concretos, sobretudo, pela ausência de feminicídios entre o público atendido e por conseguir interromper o ciclo de violência com sua execução, não se registrando reincidência ou reiteração criminosa contra a grande maioria das assistidas. Desse modo, com base no objetivo principal da Ronda, que é a garantia de cumprimento das MPU, verifica-se que esse instrumento permite a concretização e a materialização da proteção da mulher, uma vez que a mera decisão judicial desacompanhada de um instrumento que a concretize não garante a segurança da vítima.

A pesquisa apontou ainda que a facilidade de acesso à Ronda e seu modo de execução que tem como característica ir ao encontro da vítima constituem fatores que fazem com que a Ronda tenha boa aceitação social, notadamente das mulheres assistidas. É importante destacar que atendimento da mulher pode e deve ser visto mais do que um caso de polícia, mas como um caso de assistência de “busca ativa”, que pode ser realizada também por outros órgãos que possam partir ao encontro dessas mulheres.

Diante dos resultados aqui encontrados e analisados, entendo que a Rede de proteção deveria funcionar de forma ampla, mais precisa e constante para que tenha assistência social, psicológica, jurídica, a exemplo da renovação de medidas protetiva ou adequação delas. A Ronda pode funcionar como um catalizador para encaminhar as vítimas para os mais diversos serviços de proteção que funcionam no município.

Em relação as críticas que foram feitas pelos(as) policias quando encorajam a vítima a registrar a ocorrências, mas ao chegarem na delegacia elas, por vezes, são mal atendidas ou desacreditadas, entendo que poderia ser criado um fluxo direto entre a equipe da Ronda e a DEAM, para facilitação dos registros quando se tratar de ocorrências previamente filtradas pelos seus integrantes. Esse fluxo de informação entre os órgão deve ser contínuo, a fim de que seja reportada a necessidade de atuação de cada instituição dentro da sua esfera de atribuições.

Nesse sentido, concluo que é preciso investir em parcerias da PM com outros órgãos de proteção à mulher, principalmente, com o SUS e SUAS, inclusive no sentido mais preventivo, para que a PM seja acionada quando necessário, avaliando o grau de risco da vítima ou a possibilidade de reincidência da violência. Aqui não se fala em substituição de órgãos, mas em trabalho conjunto, de complementação, uma vez que os diversos órgão poderiam realizar o acompanhamento da necessidade da vítima, a partir da análise do caso concreto.

Considero que o presente trabalho alcançou o fim ao qual se propôs: analisar a implementação da Ronda Maria da Penha sob a ótica de quem a implementa. Nesse sentido, ouvir os policiais possibilitou perceber a necessidade de ajustes na implementação deste instrumento de política de proteção da mulher, uma vez que é ele(a) quem estabelece a comunicação direta com as mulheres, executando, em tese, o que se foi idealizado para atender às necessidades desse público específico.

A análise da ORMP desenvolvida na presente pesquisa tem o condão de trazer para a academia a discussão sobre a execução deste instrumento de política pública voltado para a proteção da mulher vítima de violência doméstica, sobretudo em um contexto em que as mais diversas iniciativas punitivas não têm se mostrado aptas para reduzir essa modalidade de violência de gênero. Ter acesso à práxis, ao modo como os policiais executam o instrumento e, sobretudo, como percebem sua própria atuação, abre caminho para outras fases de estudos a respeito das práticas de enfrentamento da violência e de acolhimento das vítimas, os quais podem ter como referência a percepção das mulheres, bem como dos demais atores que integram a rede de proteção.

Desse modo, sugere-se futuros estudos que tenham caráter complementar a esta pesquisa, ouvindo as percepções das vítimas assistidas pela ORMP, para compreender o que elas pensam desse modelo de Ronda. Entendo ser de extrema relevância compreender a percepção do policial. No entanto, estou ciente que o fato de ser policiais falando da sua própria atividade sua percepção pode ser limitada ou delimitada, podendo omitir detalhes importantes com relação a problemas de implementação. Isso porque as falas das entrevistas traduzem narrativas institucionais, que estão mais no discurso explícito, conforme trata a instrumentalização das políticas públicas.

Por isso, entendo ser possível e até necessário analisar esse instrumento, também, a partir de outros olhares. Assim, a inserção da vítima em uma nova etapa do estudo pode complementar a análise desse instrumento aqui realizada

Para além de possibilitar aprofundamento nas pesquisas, acredito que este estudo contribui para uma reanálise das práticas adotadas na ORMP em Feira de Santana/BA. Espero, assim, que os resultados aqui analisados sirvam enquanto elementos gerenciais e políticos de modo que possam aprimorar o importante e necessário instrumento de política pública.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019
- ALMEIDA, C. C. R., SOUZA, M. A. de, & GIMENES, Éder R.. Percepções sobre (des)igualdade de gênero: estudo comparativo entre civis e policiais. **Revista Do Serviço Público**. Vol. 69 n. 1, p. 239-264, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i1.1669>. Acesso em: 26 jul 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- BAHIA. Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/9_Lei12212de04demaiode2011CriacaodaSPMBahia.pdf. Acesso em: 20 mai 2021.
- BAHIA. Polícia Militar da Bahia. Comando de Policiamento da Região Leste. Feira de Santana.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 29 n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Acesso em: 26 set 2022.
- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970.
- BRASIL. Decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4625.htm. Acesso em: 20 mai 2021
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal (...). Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 25 mai 2021.
- BUENO, S; BRIGAGÃO, J. **Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA Salvador (BA)** In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública – Casoteca: São Paulo, 2017

BUGNI, Renata Porto. **Políticas Públicas para as mulheres no Brasil: análise da implementação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal.** São Paulo, 2016

CARDOSO, Ruth C. L. **Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método.** In: _____. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CEFAÏ, Daniel. **Públicos, problemas públicos e arenas públicas.** O que nos ensina o pragmatismo. (Parte 2) Tradução: Rosa Freire de Aguiar. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 02, p. 187-213, jul. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Wilmara Martins da; CRUZ, Anna Karoline Rocha da; SOUZA, Amara Luciane Silva de. **Violência doméstica e familiar contra a mulher em Manaus: análise dos casos atendidos pelo projeto ronda maria da penha.** Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3251>. Acesso em 25 de jan de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. **Estudos Feministas.** 2002.

DANTAS, Fernanda Argolo. **Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil.** Salvador, 2019.

D'ASCENZI, Luciano e LIMA, Luciana Leite. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. **Revista de Sociologia e Política.** V. 21, Nº 48: 101-110. Curitiba, 2013

DAVIS, A. **A Liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

_____. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016

DUBOIS, Vicente. **Políticas no guichê, políticas do guichê.** In: Pires, Roberto Rocha C. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. FGV-EASP. Florianópolis, 2004.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: *policy inquiry* na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, v. 7, n. 12, p. 163-180, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31350/18693>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. “Lei Maria da Penha: entre os anseios da resistência e as posturas da militância” A. Flauzina, F. Freitas, H. Vieira, T. Pires (orgs). **Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo**. Brasília, Brado Negro. 2015.

_____. **O corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Brasília, 2006.

FREIRE, Dutra Moema. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ed. 5, 2009

FREITAS, Mónica e Ivone Costa. “A Responsabilidade Social da Polícia para uma Melhor Liberdade e Segurança” em Ciências Policiais e Política Criminal. Justiça e Segurança: Um Discurso de Liberdade Democrática. Manuel Monteiro Guedes Valente (coord.). Portugal, 2015: ISCPSI - ICPOL. ISBN: 978- 972- 8630- 16- 4

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça – Casoteca FBSP 2019. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. – (Série Casoteca FBSP, v.3). 216p

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2 Ed. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 12 mar 2021.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364. Ano 15. 2021

G1BA. **Números de casos de violência doméstica registrados no Cicom de Feira de Santana e região cresce mais de 100% entre 2017 e 2019**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/02/05/no-de-casos-de-violencia-domestica->

registrados-no-cicom-de-feira-de-santana-e-regiao-cresce-mais-de-100percent-entre-2017-e-2019.ghtml. Acesso em 13 de maio de 2021.

IBGE - Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/historico>. Acesso em: 10 jun 2022.

INSTITUTO RANKING BRASIL – Disponível em: <https://rankingpesquisa.com.br/noticias/pesquisa-aponta-quais-as-instituicoes-de-maior-credibilidade-no-brasil/> Acesso em: 04 nov 2022.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília Macdowell. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **EIAL**, v. 16, n. 1, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Nunes Leite. Rio de Janeiro 4 ed. LTC, 2019.

_____. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria C. S. Raposo. 20 Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HIRATA, Helena. **Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das relações sociais**. Em: Tempo Social, v. 26, n. 18, p-61-73.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**. V.9, n.18, jul/dez. 2012a

_____. Sociologia da Ação Pública. Maceió: Ed. UFAL, 2012b. Capítulo 1

LEÃO *et al.* O que podemos aprender com o estudo de casos em administração? Um Ensaio Baseado na Abordagem Naturalista de Robert Stake. **Revista Amazônia Organizações e Sustentabilidade**, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277563803_O_Que_Podemos_Aprender_com_o_Estudo_de_Casos_em_Administracao_Um_Ensaio_Baseado_na_Abordagem_Naturalista_de_Robert_Stake. Acesso em: 26 dez 2022.

LOTTA, Spanghero Gabriela. **Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família**. São Paulo, 2010

_____ Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradutor Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 6 ed. São Paulo: EPU, 2003. (Temas básicos em educação e ensino)

MAY, T. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processo. Tradução: Carlos Alberto S. Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MUELLER, Betânia; COLLAZIOL, Marcell Emer and QUADROS, Maíra Meneghel de. **Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.691-700. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300015>.

MISE, Michel. **Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina**. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019

OLIVEIRA, Antonio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600007>. Acesso em: 06 jul 2022.

OLIVEIRA, Laudicéia. Soares. **“Teto de vidro” relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick. (Orgs.). (2021). **Sociologia política da ação pública: Teorias, abordagens e conceitos**. Enap, Brasília.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Railma Valéria Dantas. **RONDA MARIA DA PENHA: uma análise de sua aplicabilidade no município de Senhor do Bonfim-BA**. Salvador: FLACSO/FPA, 2021.

PIRES, R., LOTTA, G., & OLIVEIRA, V. (Orgs.). (2018). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

PIRES, Roberto Rocha C. A implementação de políticas públicas nos encontros entre burocratas e destinatários: contribuições da sociologia do guichê. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/mr-7/10004-mr23-a-implementacao->

de-politicas-publicas-nos-encontros-entre-burocratas-e-destinatarios-contribuicoes-da-sociologia-do-guiche/file. Acesso em: 20 jul 2022.

PRESSMAN, J. and WILDAVSKY, A. *Implementation*. University of California Press, Berkeley, 1973.

RAMOS, Alcilene Coutinho. **Atendimento a mulheres em situação de violência: atuação e ponto de vista de policiais militares**. Salvador, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2004

SANTANA *et al.* **Feminicídios na Bahia: Uma análise dos padrões e especificidades entre 2017 e 2020**. Textos para Discussão. Nº 23. Publicações SEI. Salvador, 2021

SANTIAGO, Denice. **As interseccionalidades necessárias à questão do enfrentamento da violência contra mulher**. In: Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2 Ed. FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Vol. 20. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, 1995.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias n. 16. Porto Alegre, 2006.

STAKE, Robert E. *The art of case study research* (p. 49-68). Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

TELES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica de. **O Que É Violência contra a Mulher**. São Paulo, Brasiliense, 2002.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? 2014 [<http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.h8jBXJA> - acesso em 26 jun. 2021].

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** Trad. Daniel Grassi - 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

I - Roteiro da Entrevista

- 1 – Fale sobre sua formação e trajetória na PMBA, como você chegou a ORMP e qual sua função atual.
- 2 - Para você o que é violência de gênero e quais as causas desta?
- 3 - Quais os perfis de mulheres que mais se encontram em situação de violência?
- 4 - Como você avalia a Ronda Maria da Penha?
- 5 – O que você pensa com relação ao trabalho da ORMP sendo realizada por policiamento ostensivo?
- 6 – Fale sobre processos de formação específico para atuar na Ronda e quais competências são requeridas para esse trabalho.
- 7 - Quais as principais dificuldades e os principais avanços na execução da ORMP?
- 8 – Na sua opinião, como a ORMP é vista pela polícia, pelas vítimas e pela sociedade?
- 9 - O que significa para você fazer parte da Ronda?

II - Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante, Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Implementação da Ronda Maria da Penha em Feira de Santana/BA: percepção dos(as) policiais militares” desenvolvida por ERICA LIMA GONÇALVES, discente de MESTRADO em SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA e CIDADANIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, sob orientação do Prof. Dr. EDGILSON TAVARES DE ARAÚJO. O objetivo central do estudo é analisar a percepção dos burocratas de nível de rua (policiais militares) sobre o processo de implementação da Ronda Maria da Penha na cidade de Feira de Santana.

O convite a sua participação se deve a sua condição de atuação profissional como policial militar, sendo, portanto, um agente implementador da ORMP. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Sua participação é muito importante para a execução da pesquisa e serão garantidas a total confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas, não sendo usado seu nome e cargo em qualquer material resultante da pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em entrevista gravada que, posteriormente, poderá ser transcrita parcial ou integralmente, com média de 40 minutos a uma hora para a realização. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução 466/12 CNS.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de poder colaborar com o estudo e pesquisa científica relacionado à Ronda Maria da Penha, permitindo que seja traçado o perfil dos policiais militares que nela atuam em Feira de Santana, enquanto sujeito responsável pela implementação da Ronda, viabilizando, inclusive, a análise de questões concretas evidenciadas no processo de implementação.

Os resultados serão divulgados em palestras, artigos científicos, dissertação e tese. Este termo 29 está redigido em duas vias, sendo uma da participante e outra da pesquisadora. Todas as páginas seguem rubricadas e ou assinadas pelo(a) participante e pela pesquisadora.

ERICA LIMA GONÇALVES

Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

E-mail: ericalitter@hotmail.com

Feira de Santana, 09 de agosto de 2021.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome do participante

CPF:

ANEXOS

I – TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM, A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TJ/BA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR PRATICADA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA RONDA MARIA DA PENHA E SALA LILÁS.

A **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.763.132/0001-17, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 776, Bloco A, 3º andar, Caminho das Árvores, CEP 41.820-904, Salvador/BA, neste ato representada pela Secretária de Estado **MARIA OLÍVIA SANTANA**, brasileira, solteira, portadora do documento de identidade RG nº 02244581-16, expedido pelo SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob nº 412.069.405-49, doravante denominada SPM, a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.937.149/0001-43, com sede na 4ª Avenida, nº 430, CAB, Salvador/BA, neste ato representada pelo Secretário de Estado **MAURÍCIO TELES BARBOSA**, portador do documento de identidade RG nº 20.510.914-47, expedido pelo SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.480.497-03, doravante denominada SSP, e como intervenientes, a **POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**, a **POLÍCIA CIVIL DA BAHIA** e o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA**, todos os órgãos integrantes da Administração Pública e vinculados à estrutura da Secretaria da Segurança Pública, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede na 5ª Avenida, nº 560, CAB, Salvador/BA, neste ato representado pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Desembargador **ESERVAL ROCHA**, portador do documento de identidade RG nº 00731549-03, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 061738455-04, doravante denominado TJ/BA, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04142491/0001-66, com sede na ..., neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça **MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL**, portador do documento de identidade RG nº 4395399-94, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 471.222.775-34, e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no CNPJ/MPF sob o nº 07.778.585/0001-14, com sede na ..., neste ato representada pelo Defensor Público Geral **CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO**, portador do documento de identidade RG nº 06588110-96, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 597.768.035-04, por interesse comum resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante a união de esforços e sob a forma de cooperação mútua para o Enfrentamento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar praticada contra as Mulheres no Estado da Bahia, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constituem o objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:

a) a promoção da cooperação mútua entre os órgãos signatários na área de formação, com a capacitação de policiais militares na execução de rondas ostensivas ou protetivas especializadas denominadas de **RONDAS MARIA DA PENHA - RMP**, e a qualificação dos serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica, para prevenir e reprimir atos de

violações da dignidade do gênero feminino no enfrentamento à violência doméstica e familiar;

b) garantia de cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência;

c) dissuasão e repressão ao descumprimento de ordem judicial;

d) o encaminhamento das vítimas à Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica no âmbito Municipal ou Estadual, de acordo com a natureza das necessidades que as mulheres vitimadas demandem junto aos organismos da Segurança Pública;

e) a implantação da Sala Lilás para acolhimento e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Compete aos Partícipes as seguintes atribuições:

I - À SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES:

a) promover, em parceria com a SSP, a capacitação dos profissionais que forem atuar nas RONDAS MARIA DA PENHA, no que se refere aos aspectos sociais, culturais e legais pertinentes, tanto para as ações de atendimento das situações de emergências, através de palestras de conscientização, quanto para o policiamento preventivo e repressivo, por meio de cursos e oficinas de capacitação;

b) elaborar e supervisionar o conteúdo programático, a metodologia, material didático e carga horária, dos cursos e oficinas;

c) providenciar local adequado para realização dos cursos e oficinas de capacitação;

d) contribuir, mediante Termo de Cessão de Uso, com o aparelhamento da Sala de Coordenação Operacional das RONDAS MARIA DA PENHA e da Sala Lilás em Salvador, com os móveis e equipamentos necessários;

e) capacitar de forma progressiva os profissionais da Segurança Pública na Capital e no Interior do Estado, iniciando nos Municípios de Salvador, Feira de Santana e Porto Seguro, com foco na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar;

e) articular, com a Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria do Planejamento e a Secretaria da Fazenda, esforços conjuntos para a continuidade da ação RONDA MARIA DA PENHA - RMP;

f) indicar um(a) servidor(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA - RMP;

II - À SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:

a) ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA:

1. disponibilizar o efetivo necessário à execução da RONDA MARIA DA PENHA, após avaliação estratégica do órgão de planejamento da PMBA, no local

2. apresentar um(a) Oficial(a) de ligação para coordenar as capacitações e qualificações do seu efetivo sobre a RMP;
3. designar um(a) Oficial(a) para Coordenação da RONDA MARIA DA PENHA;
4. realizar as RONDAS MARIA DA PENHA, em atendimento à demanda oriunda das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher em Salvador para mulheres com medidas protetivas de urgência ou risco iminente de morte, após avaliação da autoridade policial, ou seja comprovada a necessidade em razão da situação de risco;
5. confeccionar relatório mensal das ações desenvolvidas pela RMP;
6. realizar avaliação trimestral de acompanhamento e avaliação da RMP com os atores que compõem o presente Instrumento;
7. indicar um(a) Oficial(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA - RMP;

II – QUESTIONÁRIO DE ACOLHIMENTO

Cod/Atd
MP/



Área/UN

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO -
OPERAÇÃO RONDA MARIA DA PENHA
QUESTIONÁRIO DE ACOLHIMENTO

CONTROLE E IDENTIFICAÇÃO	
Guarnição/GH:	Origem solicitação: [] TJ/ _Vara [] MP [] DP [] DEAM [] OUTROS _____
Data 1ª visita:	
MPU Nº:	
IDENTIFICAÇÃO DA ATENDIDA	
1. Nome:	
2. Endereço Residencial :	
3. Ponto de referência:	
4. Bairro:	5. Telefone(s):
6. Endereço para visita:	
7. Ponto de Referência:	8. Bairro:
9. Melhor turno para visita: [] Matutino [] Vespertino	10. Estado civil: [] Casada/união estável [] Solteira [] Divorciada [] Viúva [] Separada [] Outro
11. Filho(a)s/Quanto(a)s: _____ [] 0 A 4 ANOS [] 11 A 15 ANOS [] ACIMA DE 18 ANOS [] 05 A 10 ANOS [] 16 A 18 ANOS	12. Filho(a)s com Agressor? [] SIM [] NÃO Quantos? _____
13. Escolaridade: (C para Completo I para Incompleto) [] Não escolarizada [] Ensino Médio [] Fundamental I [] Graduação [] Fundamental II [] Pós Graduação	
14. Raça/Etnia: [] Preta [] Parda [] Branca [] Amarela [] Indígena [] Outra: _____	
15. Idade:	16. Religião: [] Católica [] Evangélica/Protestante [] Espírita [] Matriz Africana [] Outros _____
17. Profissão/Ocupação:	18. Último emprego/ocupação:
19. Trabalha: [] SIM [] NÃO	20. Local de trabalho:
21. Renda: (SM – Salário Mínimo) [] NR [] SR [] ATÉ 01 SM [] 02 A 04 SM [] ACIMA DE 05 SM [] Outra: _____ NR = Não Revelou – SR = Sem renda	
21. Quem é o (a) principal responsável pelo sustento da família? [] A própria [] O(a) Agressor(a) [] Outro(a) membro(a) familiar. Quem? _____	

22. Participa de algum Programa ou Benefício do Governo Federal, Estadual e Municipal?	
<input type="checkbox"/> Programa Bolsa Família- PBF	<input type="checkbox"/> Programa Primeiro Passo
<input type="checkbox"/> Programa Minha Casa, Minha Vida	<input type="checkbox"/> Outro(s): _____
<input type="checkbox"/> Benefício de Prestação Continuada- BPC	
IDENTIFICAÇÃO DO(A) AGRESSOR(A)/ CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA	
23. Nome do(a) Agressor(a):	
24. Qual o grau de proximidade entre você e quem praticou à violência?*	
<input type="checkbox"/> Companheiro / Esposo/ Namorado	<input type="checkbox"/> Pai/ Irmão/ Primo
<input type="checkbox"/> Ex-companheiro / ex-esposo /ex- Namorado	<input type="checkbox"/> Mãe/ Irmã/ Prima
<input type="checkbox"/> Outro(a)s:	* Flexionar gênero, se necessário
25. Tipo(s) de violência sofrida? <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Psicológica <input type="checkbox"/> Moral <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Patrimonial	
26. O(a) Agressor(a) responde a algum processo? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
27. Ocupação/Trabalho do Agressor(a): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Local/Empresa: _____
Endereço do Local de Trabalho:	
28. Raça/Etnia (Autodeclaração):	
<input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Outra: _____	
29. Tempo de relação com o(a) Agressor(a)?	
<input type="checkbox"/> 0 a 2 anos <input type="checkbox"/> 03 a 5 anos <input type="checkbox"/> 06 a 09 anos <input type="checkbox"/> Acima de 10 anos <input type="checkbox"/> Outro _____	
30. O(a) agressor(a) costuma ser violento (a) com outras pessoas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
31. Idade do(a) Agressor(a): _____	
32. Escolaridade do(a) Agressor(a):	
<input type="checkbox"/> Não escolarizada	<input type="checkbox"/> Ensino Médio
<input type="checkbox"/> Fundamental I	<input type="checkbox"/> Superior
<input type="checkbox"/> Fundamental II	<input type="checkbox"/> Outros
33. Outras observações sobre o(a) Agressor(a):	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
34. Encaminhamento para as Instituições parceiras:	
35. Outras solicitações/observações:	

III – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Of. 91/2022 – PROGESP/UFBA

Salvador, 01 de agosto de 2022.

Ao
Ilmo. Sr.
Cel PM Adalberto Oliveira Piton da Silva
Comandante Regional Leste
Feira de Santana-BA

Assunto: Ofício de solicitação de autorização para realizar entrevistas com policiais militares com a finalidade exclusiva de subsidiar trabalho de pesquisa do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, promovido pelo PROGESP/UFBA.

Senhor Comandante,

O Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Segurança Pública da Faculdade de Direito/Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, vem apresentar a discente Erica Lima Gonçalves, matrícula 2019132661, que desenvolve o projeto de pesquisa sobre “Implementação da Ronda Maria da Penha em Feira de Santana-Ba: percepção dos policiais militares”, no âmbito do curso, sob orientação do professor Dr. Edgilson Tavares de Araújo.

No sentido de se construir resultados de qualidade para o projeto de pesquisa da referida aluna, solicita-se a colaboração de V. Sa. para que a discente tenha acesso às informações de dados sobre violência doméstica e realize entrevista com os policiais militares que integram a Ronda Maria da Penha em Feira de Santana. Ressaltamos que todas as informações são exclusivamente destinadas à pesquisa acadêmica, sem qualquer identificação das partes envolvidas.

Atenciosamente,


Ivone Freire Costa

Coordenadora do Mestrado Profissional
em Segurança Pública, Justiça e Cidadania – UFBA

**POLICIA MILITAR DA BAHIA
CPRL
COMANDO**

DESPACHO

AO SRH

Informar à interseção

que conforme nota

em B60 a solicitação

de autorização deve

ser encaminhada

ao IEP (Cel Albuquerque)

Em 03/08/22

Adalberto O. Piton da Silva - Cel PM

IV – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

Ofício nº 74/2022 - PMBA/IEP/CPEX

Salvador/BA, 11 de outubro de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor

Cel PM PAULO JOSÉ REIS DE AZEVEDO COUTINHO

Comandante Geral

Assunto: autorização para pesquisa de Mestrado

Após a análise do projeto de pesquisa, este Instituto opina favoravelmente sobre a sua aprovação. Entretanto, é necessário que a pesquisadora observe as recomendações apresentadas no parecer 00055579184.

Respeitosamente,

JORGE RICARDO **ALBUQUEQUE** PEREIRA - **Cel PM**

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Ricardo Albuquerque Pereira, Coronel**, em 11/10/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00055671980** e o código CRC **036B4A75**.

Referência: Processo nº 030.2087.2022.0117571-

CEI nº 00055671980

Ofício PMBA/IEP/CPEX 00055671980

SEI 030.2087.2022.0117571-99 / pg. 41

V – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO E PROTEÇÃO À VÍTIMA



Formulário de Avaliação de Risco em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Esclarecimento para a mulher sobre a importância do formulário de avaliação de risco.

Leia antes de iniciar as perguntas. Certifique-se de que a mulher compreendeu a importância da avaliação. Caso ela tenha dúvidas, esclareça antes de iniciar.

Senhora, este formulário contém 19 perguntas sobre a situação de violência que a senhora está relatando. Algumas das informações já foram registradas antes, mas deverão ser repetidas para que possamos responder corretamente cada uma das perguntas. Essas informações serão utilizadas para orientar os encaminhamentos que serão dados após a conclusão de seu atendimento. Caso tenha alguma dúvida ou não compreenda a pergunta, por favor, me avise. Após o preenchimento, conversaremos sobre o que podemos fazer.

Nome da usuária: _____ data _____

Perguntas	Sim	Não	Não sabe	Não se aplica
A violência vem aumentando de gravidade e/ou de frequência no último mês?				
A senhora/você está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses?				
A senhora/você tem filhos(as) com o(a) agressor(a)? (caso não tenham filhos em comum, registre não se aplica) Em caso afirmativo, estão vivendo algum conflito com relação à guarda dos filhos, visitas ou pagamento de pensão pelo agressor?				
O(A) agressor(a) persegue a senhora/você, demonstra ciúmes excessivo, tenta controlar sua vida e as coisas que você faz? (aonde você vai, com quem conversa, o tipo de roupa que usa, etc.)				
A senhora/você se separou recentemente do(a) agressor(a), tentou ou tem intenção de se separar? Especifique: Separou <input type="checkbox"/> Tentou <input type="checkbox"/> Manifestou intenção <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) também é violento com outras pessoas (familiares, amigos, colegas etc.) Especifique: Crianças <input type="checkbox"/> Outros familiares <input type="checkbox"/> Outras pessoas <input type="checkbox"/>				
A senhora/ você possui algum animal doméstico? (caso não tenha animal doméstico, registre não se aplica) Em caso afirmativo, o(a) agressor(a) maltrata ou agride o animal?				
O(A) agressor(a) já o agrediu fisicamente outras vezes?				
Alguma vez o(a) agressor(a) tentou estrangular, sufocar ou afogar a senhora/você?				
O(A) agressor(a) já fez ameaças de morte ou tentou matar a senhora/você?				
O(A) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra a senhora/você ou te fácil acesso a uma arma? Especifique: Usou <input type="checkbox"/> Ameaçou usar <input type="checkbox"/> Tem fácil acesso <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) já o ameaçou ou feriu com outro tipo de arma ou instrumento?				
A senhora/você necessitou de atendimento médico e/ou internação após algumas dessas agressões? Especifique: Atendimento médico <input type="checkbox"/> Internação <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) é usuário de drogas e/ou bebidas alcoólicas				
O(A) agressor(a) faz uso de medicação controlada para alguma doença mental/psiquiátrica?				
A senhora/você já teve ou tem medida protetiva de urgência? (caso não tenha tido medidas protetivas de urgência antes, registre não se aplica) O(A) agressor(a) já descumpriu medida protetiva de afastamento ou proibição de contato?				
O(A) agressor(a) já ameaçou ou tentou se matar alguma vez?				
O(A) agressor(a) já obrigou a senhora/você a ter relações sexuais contra a sua vontade?				
O(A) agressor(a) está com dificuldades financeiras, está desempregado ou tem dificuldade de se manter no emprego?				
Total				



Formulário de Avaliação de Risco

FRIDA

		Nº de itens assinalados com "não sabe" ou "não se aplica"												
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11-19	
Nº de itens assinalados com "sim"	0-2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	M
	3	B	B	B	B	B	B	B	B	M	M	M	M	M
	4	B	B	B	B	M	M	M	M	M	M	M	M	M
	5	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	E	M
	6	M	M	M	M	M	M	M	M	E	E	E	E	M
	7	M	M	M	M	M	M	E	E	E	E	E	E	M
	8	M	M	M	M	E	E	E	E	E	E	E	E	M
	9	M	M	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	M
	10-19	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

Legenda: B = Risco baixo; M = Risco médio; E = Risco elevado.

Escala de gravidade de risco Baixo () Médio () Elevado ()